



AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS 10 ANOS

2011 – 2020

CONSELHO DELIBERATIVO DA FASE

Tatiana Dahmer Pereira
PRESIDENTE

Leilah Landim Assumpção
VICE-PRESIDENTE

André Pacheco Teixeira Mendes
1º SECRETÁRIO

Leila de Andrade Linhares Barsted
2ª SECRETÁRIA

Fátima Vianna Melo
3ª SECRETÁRIA

SUPLENTES

Adhemar dos Santos Mineiro
Renato Sergio Maluf
José Sergio Leite Lopes
Generosa de Oliveira Silva

CONSELHO FISCAL

TITULAR

Carlos Bernardo Vainer
Jorge Vicente Muñoz
Ricardo Gouveia Correa

SUPLENTE

Paulo Frederico Petersen

ENDEREÇO

RUA DAS PALMEIRAS, 90 – BOTAFOGO
RIO DE JANEIRO – RJ – 22270-070

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

TEL: +55 (21) 2536-7350
FASERIO@FASE.ORG.BR
FASE.ORG.BR



AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS 10 ANOS

2011 – 2020

1ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO
ANO 2022

Dedicamos esta publicação a Zileia Reznik, a Jorge Eduardo Saavedra Durão, a Jose Orlando Caldas Falcão, a Maria das Graças de Figueiredo Costa, a Maria Emília Lisboa Pacheco e a Matheus Henricus Antonius Otterloo. Pessoas valiosas para a existência da FASE, incansavelmente compromissadas com a luta por uma sociedade justa e solidária, que generosamente partilham suas sabedorias conosco.



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International license. Os textos e fotografias podem ser utilizados, copiados, distribuídos, expostos ou reproduzidos em qualquer suporte ou forma, mecânica ou electrónica, incluindo fotocópias, desde que não tenham fins comerciais e que as fontes, autores e autores sejam reconhecidos.

A presente publicação é um resultado coletivo que mobilizou amplo conjunto de educadoras e educadores da FASE, a quem agradecemos desde aqui.



FICHA TÉCNICA

FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA
ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

**COORDENAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTUDO
DOS IMPACTOS 10 ANOS (2011-2020):**

Letícia Tura
DIRETORA

Evanildo Barbosa
DIRETOR

Jorge Eduardo Saavedra Durão
ASSESSOR DA DIREÇÃO

Rosana Giordana M. Carvalho
ASSESSORA DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO

Luciano Padrão
CONSULTOR EXTERNO E COORDENADOR DA AVALIAÇÃO

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rachel Gepp

REVISÃO

Jorge Eduardo S. Durão
e Luiz Antônio Carvalho

GRÁFICA

Aerographic

The background features a series of overlapping, semi-transparent geometric shapes in various shades of gray and black. These shapes are primarily triangles and polygons, creating a dynamic, layered effect. The colors range from light gray to dark charcoal, with some areas appearing almost black due to the high contrast and overlap. The overall composition is abstract and modern.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	12
APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	22
INCIDÊNCIA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E AGROEXTRATIVISTA	32
INCIDÊNCIA E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM SANEAMENTO NO RECIFE	48
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA	62
AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE DE SUJEITOS POLÍTICOS NAS CIDADES	77
AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DAS MULHERES	90
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO TERRITORIAL	104
MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA CLIMÁTICA	117



LISTA DE SIGLAS

AABA	Articulação de Agroecologia da Bahia
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ADSCAF	Agência de Desenvolvimento Sustentável e Comercialização da Agricultura Familiar
AGE	Advocacia Geral do Estado
AMAFAP	Associação das Mulheres Agricultoras Familiares Araras do Pantanal
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANP	Agência Nacional de Petróleo e Gás
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARPA	Associação Regional de Produtores Agroecológicos
ARPEP	Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
BIS	Banco de Informações sobre Sementes
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE	Conselhos Municipais de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAUS	Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade
CDTM	Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
COBH	Comitê de Bacias Hidrográficas
CODETER	Colegiados de Desenvolvimento Territorial
COMAM	Conselho de Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAREDD+	Conselho Nacional de REDD+
CONCIDADES	Conselho Nacional das Cidades
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPEÍPE	Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável do Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul
CPDH	Centro Popular de Direitos Humanos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
DHESCA	Direitos Humanos Econômicos Sociais, Ambientais e Culturais
DPE	Defensoria Pública Estadual
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ERA	Encontro Regional de Agroecologia
ES	Espírito Santo
FAAP	Fundo de Apoio a Pequenos Projetos
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBAF	Fórum Baiano de Agricultura Familiar
FBMC	Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FCP	Fórum Comunitário do Porto
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FNSA	Frente Nacional de Saneamento Ambiental
FORMAD	Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso
FRS	Fundos Rotativos Solidários
GCB	Grupo Carta de Belém
GEE	Gases de Efeito Estufa
GIAS	Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável
GNA	Grupo Nacional de Assessoria
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MME	Ministério das Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONDAS	Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Pará
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PE	Pernambuco
PGPMbio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPP	Parceria Público Privada
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RECOMA	Rede Latino-americana contra os monocultivos de árvores
REDSAN	Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional
RESEX	Reserva Extrativista
RJ	Rio de Janeiro
RMR	Região Metropolitana do Recife
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SESAN	Secretaria de Saneamento
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINTRACI	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social



APRESENTAÇÃO

A trajetória das organizações da sociedade civil brasileira tem sido contada pela chave de sua permanente construção e reconstrução. Isso marca um caminho próprio de sua resiliência até aqui, apesar dos insistentes contextos de negação e de retrocessos que se impõem sobre movimentos sociais, organizações populares e todo o vasto e diversificado campo de sujeitos políticos ativos na defesa dos direitos das maiorias.

É daí que emerge o sentido de existência e de resistência dessas forças sociais, pois, são esses setores que vêm cumprindo relevante papel político e educativo de transformação da sociedade e conferindo necessário contraponto à opinião pública acerca dos caminhos para a democracia no país.

Essa é apenas uma síntese e no seu avesso se quer afirmar que na ação coletiva dessas organizações, antes de tudo, há muita solidariedade com a população, “trabalho de formiga” pela ação direta, milhões de pessoas mobilizadas para a cidadania, resistências cotidianas às violações, inovação nos territórios, incidência em políticas públicas, enfim, mudanças e conquistas, apesar das muitas perdas e recuos sobre os direitos dos últimos tempos.

A FASE, nas seis décadas, é uma dessas organizações ativas e em permanente construção e reconstrução no país sendo, por assim dizer, uma companheira que anda junta e misturada com a história da sociedade civil brasileira. Soubemos lidar com os dilemas inerentes à condição de ONG (Organização Não Governamental) e apesar de nosso olhar crítico a essa identificação que se pretende singular e homogênea – quando o óbvio é sua inadequação intelectual e política –, transitamos na História e em vários lugares do país como uma organização marcada por diferentes modos de existir e atuar, com distintas singularidades e variados papéis que ora nos aproximam e ora nos diferenciam de outras organizações, portanto, uma instituição com muitas identidades.

Passados tantos anos e, por dispor desse lastro temporal, nos interrogamos: uma organização tão orgânica ao seu tempo histórico e tão plural na sua identificação “com os outros” teria chegado ao momento de mergulhar sobre sua singularidade, para buscar aquilo que seria específico de sua existência e lançar luz sobre qual o

diferencial de sua necessária nitidez em meio a um ambiente tão vivo e tão presente como o da sociedade civil brasileira, hoje? Evidente que sim! A interrogação é só mais um recurso pedagógico para seguirmos nesse dialético mergulho “pra dentro” e “pra fora” de nós mesmos como instituição, pois, se chegamos até aqui como construção e reconstrução é porque estivemos apoiados por muitos olhares externos e incontáveis olhares internos sobre a FASE, seu sentido, seu lugar, sua identidade!

Portanto, o que oferecemos à sua leitura nesse Caderno é mais que um estudo que rastreia impactos do trabalho da FASE na última década. Compartilhamos conexões entre passado e presente, entre como “somos vistos” e “como nos vemos” em uma espiada de 10 anos, recortada por roteiro próprio, em seis grandes temas de nossas opções político-metodológicas, na intimidade de muitas territorialidades e vivências coletivas ativadas em tempos metade apreensão, metade esperança ao que se seguirá na realidade brasileira.

Tal como em brincadeira de crianças, num convite à abstração e à contação de histórias reais de educação popular da ação da FASE, de territórios reais e de organizações e pessoas reais, fomos nos juntando em grupos, num mergulho aqui e acolá sobre memórias, documentos e afetos de nossas práxis...

Cada um a seu modo e em contextos próprios, os grupos foram nos revelando releituras e sínteses de tamanho trabalho coletivo, de aprendizagens recíprocas sobre como se enquadrar e se desenquadrar da noção corrente de impactos – quase sempre nos perguntando “porque ainda não elaboramos nossa própria noção de impactos?” – para, afinal, termos em mãos uma sistematização que nos dá a oportunidade de refletirmos e atualizarmos sobre o que é o específico da existência da FASE, o seu diferencial como organização e sobre aquilo que mais tem potencial de conferir nitidez à existência política dessa instituição na sociedade e na opinião pública, aqui e lá fora. Essa tarefa-desafio sequer está iniciada e nem foi propósito do estudo de impactos. Mas, o Caderno que ora compartilhamos nos deu pistas sobre ela, pois, o estudo de impactos da ação da FASE nos últimos 10 anos inseriu uma abordagem sobre seu papel diferencial em cada caso analisado, nos abrindo nova chave de leitura a ser trabalhada.

Há muito de permanências nessas autopercepções coletivas sobre impactos, o que indica solidez nos compromissos históricos da FASE. A soma das leituras sobre o papel diferencial da FASE é rica e diz do como a organização se vê e se reconhece, ainda que a partir de recortes temáticos de sua ação (ainda não de seu todo!). Vejamos o que o estudo diz sobre essa instituição:

A FASE é uma organização assim definida como sendo de alta capilaridade institucional e multitemática; o fato de estar em várias regiões, estados, biomas, territórios, aldeias, comunidades e periferias marca um diferencial de sua existência, permite abertura para variadas agendas e relações com públicos diversos.

É uma instituição que dispõe de visão qualificada do debate público e sistêmico acerca dos direitos, das violações a esses direitos e das raízes das interposições e desigualdades sobre o cotidiano das populações, portanto, qualifica contextos e seus efeitos desde uma perspectiva local-global-local, o que marca outro diferencial em termos de metodologia de seu trabalho firmada e reafirmada por seus vínculos com a educação popular.

Portanto, por ser organização de educação popular, a FASE vivencia e narra processos e histórias de lutas populares desde tal perspectiva, muito embora o diferencial que daí emerge está nas práticas coletivas, nas metodologias orientadas para valorizar o sujeito político, seu conhecimento e suas capacidades de se tornar ator de sua própria luta.

A FASE é uma organização de ação direta e insiste em existir desde os territórios de lutas, com incentivo à inovação nas práticas e reflexão acerca dos desafios do contexto em que tais lutas se inserem. Estar presente e atuar lá onde as pessoas estão manejando possibilidades de reinvenção da vida é o que permite que a instituição promova iniciativas de contraponto a modelos hegemônicos ou ao enraizamento das falsas soluções em termos de gestão, produção, preservação ou mesmo oferta de bens e serviços públicos, o que exige da FASE que esteja vigilante e dotada de elementos políticos e técnicos que procurem fazer avançar caminhos alternativos – muitas das vezes inspiradores de políticas públicas – diante da mercantilização da vida e da natureza. Uma das forças do fazer metodológico da FASE é o processo de

formação e ele está marcado por uma diferenciação nem sempre óbvia nessa sua missão: ela se faz para fortalecer o sujeito coletivo porque esse, a priori, já se encontra atento à noção “do direito a ter direitos” que, invariavelmente, se robustece na luta e nos caminhos que inovam e renovam metodologias participativas desde esse sentido político. A articulação e os diálogos com universidades, setores sensíveis à pesquisa e promoção de conhecimentos participativos tem sido um diferencial duplo para FASE: tanto porque fortalecem e ampliam percepções sobre os fenômenos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais, como também porque marca uma aliança teoria e prática por demais valiosa para as partes.

Muitos caminhos levam ao mesmo lugar metodológico na ação da FASE: a instituição busca integrar na formação uma abordagem interseccional, gerando oportunidades para também integrar agendas de lutas e pautas temáticas entre diferentes identidades e sujeitos políticos com quem a FASE atua. Não só é um ganho em termos de alianças políticas, como também ajuda a romper barreiras programáticas que fazem mais sentido quando estão associadas, a exemplo de saneamento e água, terra e alimentos, gênero e raça.

A FASE é, ao mesmo tempo, uma organização que atua e fortalece redes, como também se constitui ator próprio realizando incidência em políticas públicas o que lhe permite uma visão e conhecimento amplos de seus conteúdos, como também do arcabouço jurídico, técnico ou de seu funcionamento, dinâmicas e operacionalização de programas governamentais, como está demonstrado em vários dos casos estudados nesse Caderno.

Em grande medida – e como cuidado metodológico relevante – esse conhecimento é condição prévia de formação das equipes e parceiros. Ou seja, a FASE insere a formação interna como diferencial de sua prática e visando seu próprio desenvolvimento institucional, político e programático em áreas que despontam como necessidade de incidência mais e mais qualificada. A organização busca adaptar metodologias para o trabalho em situações de visível vulnerabilidade tanto sobre o contexto, quanto sobre seus públicos e parceiros historicamente mais invisibilizados. Esse cuidado se torna mais real especialmente em situações de criminalização e ou violência contra movimentos sociais,

grupos, segmentos sociais de baixa conexão com redes e fóruns, ou mesmo contra lideranças populares.

A FASE tem se colocado ativa e presente em áreas de menor interesse das agendas políticas mais tradicionais, razão pela qual apoia e fomenta o desenvolvimento institucional e organizacional de organizações populares, coletivos, dentre outros. As equipes da FASE nos estados recepcionam e dão tratamento a essas demandas, assim como os fundos (SAAP e DEMA) que tem cuidado em oferecer suporte metodológico, fomento e apoio para a resiliência dessas formas organizativas locais, fundamentais nos territórios.

Por ser uma organização mista, a FASE agrega um diferencial muito importante pra sua trajetória recente: ela se relaciona e agrega vasta diversidade de identidades organizativas em suas ações, o que amplia e alarga relações com amplo perfil de mulheres, de juventudes, dentre outros, estabelecendo diálogos entre diferentes pautas e com diferentes visões de mundo.

Enfim, o Caderno que chega até você é uma amostra e um compartilhamento de estudos concretos e dos impactos captados daí e que se pode observar da ação da FASE, nos últimos 10 anos. Mas, é também uma semente que se lança na direção de nossa própria autoidentificação, o que esperamos, seja também uma contribuição para as reflexões acerca da construção e reconstrução da sociedade civil brasileira, dos próximos anos.

Letícia Tura e Evanildo Barbosa
Direção da FASE



INTRODUÇÃO

LUCIANO PADRÃO

Nas últimas décadas a FASE se consolidou como uma organização de referência da sociedade civil brasileira, com crescimento da densidade de sua atuação dentro dos territórios em que atua, em processos regionais e incidência nacional. É notável o seu reconhecimento por sua capacidade e qualidade ao responder a demandas importantes apresentadas por diferentes públicos e sujeitos.

Ao celebrar 60 anos, a FASE decidiu enfrentar um dos seus grandes desafios de gestão institucional: conduzir, em caráter formativo, uma avaliação de impacto de sua intervenção tomando como referência um extenso marco temporal de 10 anos (2011-2020). Um exercício de identificação de efeitos potencialmente transformadores da intervenção, que considera um período que ultrapassa os marcos de seus planejamentos e projetos, indo além de olhar apenas para metas e resultados de curto-médio prazo.

O termo desafio, acima utilizado, é também adequado ao se ter em conta que a avaliação foi conduzida pela própria equipe, respondendo a uma dificuldade comum a organizações da sociedade civil brasileira com forte inserção territorial: a tarefa de “sistematizar” – a metodologia de trabalho, as escolhas políticas, o fluxo de intervenções, as mudanças geradas e os aportes específicos diferenciados.

O objetivo do trabalho pode ser, portanto, assim resumido: implementar uma autoavaliação dos impactos da FASE na última década (2011-2020) no cumprimento de sua missão institucional¹, a relevância das conquistas e a qualidade das estratégias de trabalho. A implementação da avaliação foi possível por meio de dotação orçamentária contida na iniciativa BUILD, da Fundação Ford².

A decisão de uma autoavaliação segue certa tendência (em um contexto de proliferação de teorias destinadas a orientar avaliações) de expandir responsabilidades internas na prática avaliativa, com efeitos positivos no de planejamento, sistematização, coleta / análise de dados e,

¹ A missão da FASE *contribue para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, com justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos como condições iniciais para a inclusão de grande parcela da população do país ainda em condições de desigualdade, pobreza e discriminação.*

² O **Programa BUILD**, criado em 2016, volta-se para fortalecer institucionalmente uma seleção de parceiros estratégicos da Fundação Ford para torná-los ainda mais relevantes em seus distintos campos de atuação.

sobretudo, de convergência interna sobre áreas de fragilidades e demandas por novas capacidades. A avaliação como uma faceta estratégica para o planejamento institucional. Acreditamos que a opção por uma avaliação interna, aberta e transparente não comprometeu a legitimidade dos achados: o resultado é a compreensão de uma instituição plural sobre os efeitos mais relevantes de seus programas de trabalho.

Apesar de bem-sucedido na sua condução e resultados, este trabalho lidou com desafios que merecem ser brevemente registrados nesta introdução. Sem dúvida, o mais importante é o próprio contexto político-institucional coberto pela avaliação em que o estudo foi desenvolvido.

No plano nacional, 2019 marca o início de um período de intensificação de retrocessos, iniciados em meados da década passada, em que feitos e conquistas da FASE ao longo de anos estavam sendo ameaçados. A extinção de políticas e espaços de participação, aumento da violência nos territórios rurais e urbanos, crescimento dos conservadorismos e indefinições sobre os rumos da democracia eram processos que atingiam o centro da intervenção da FASE. Em síntese, este parecia não ser um momento promissor e oportuno para um estudo de impacto.

Contudo, chegou-se a um entendimento comum de que este era também um momento oportuno para analisar a sustentabilidade e resiliência das mudanças geradas pela FASE ao longo da última década, dois elementos centrais em um estudo de impacto. Paralelamente, sabia-se que a década de 2011 – 2020 envolveu contextos especialmente turbulentos, com rupturas e pontuado por períodos muito distintos no plano político-institucional e socioeconômico.

Dado seu caráter formativo, a avaliação de impacto era também uma oportunidade para a FASE refletir sobre questões importantes quanto ao papel das organizações da sociedade civil em um contexto de retrocessos, mudanças e imprevisibilidade: que mudanças importantes nos contextos foram devidamente consideradas? Em que medida a equipe identificou oportunidades em um ambiente de adversidades? Quais as escolhas orientaram os planos de ação? Que efeitos relevantes de longo prazo foram gerados? Ainda que de modo diferenciado, os estudos dão respostas satisfatórias a questões como essas.

METODOLOGIA

A metodologia da avaliação foi desenvolvida por uma consultoria externa independente, com experiência em avaliação de impacto e cuja principal missão foi criar condições para que a equipe da FASE pudesse melhor observar, dimensionar e sistematizar os efeitos mais relevantes de sua ação (impactos) ao longo de uma década. Coube a essa consultoria, sobretudo, zelar pelo uso correto da noção de “impacto” (impedindo que os trabalhos priorizassem a apresentação de “produtos”, “resultados” ou “atividades”), contribuir para que a trajetória de geração do impacto fosse sistematizada, e explicitar o papel diferenciado da FASE (atribuição).

Resumidamente, o arranjo metodológico que possibilitou a avaliação é composto basicamente de cinco componentes:

- 1 Autoavaliação externamente assistida;
- 2 Marco temporal delimitado e extenso (10 anos);
- 3 Definição de dimensões de impacto entrecruzando territórios e causas;
- 4 Preocupação com a abordagem processual da FASE (trajetória do impacto);
- 5 Avaliação como uma oportunidade de aprendizagem.

Vejam os detalhes de alguns detalhes do arranjo. A verificação dos impactos teve por base a análise de seis processos relevantes de transformação que contaram com a contribuição destacada e continuada da FASE ao longo da década passada (ver figura na próxima página).

Para contemplar as diferentes inserções territoriais³ e questões priorizadas⁴ pela FASE e possibilitar um maior aprofundamento e concretude da avaliação, cada processo foi examinado com base em três experiências práticas de unidades regionais e/ou nacionais. As contribuições dos dois fundos geridos pela FASE (Fundo Dema e SAAP) foram também consideradas e analisadas de modo transversal nos sete processos. A escolha dos casos a serem estudados (processos de transformação e respectivas unidades) foi feita pela equipe e direção da FASE, com respaldo do coordenador da avaliação.

³ Tais inserções territoriais se dão a partir de seis regionais: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro

⁴ Visando a uma maior integração entre as equipes, a FASE organiza sua atuação a partir de quatro grandes causas: **Direito à Cidade com Justiça Socioambiental; Promoção da Soberania, da Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia; Promoção da Justiça Ambiental, Defesa dos Bens Comuns e dos Direitos Territoriais; e Organização de Mulheres como Sujeitos de Direitos.**

FIGURA 1 – ARRANJO GERAL DA AVALIAÇÃO
 PROCESSOS, UNIDADES DA FASE E FOCOS

PROCESSOS	UNIDADES	FOCOS
Incidência e acesso a políticas públicas	Nacional Bahia Mato Grosso	<ul style="list-style-type: none"> ● CONSEA ● Mercados institucionais para a agricultura familiar: PNAE e PAA (BA / MT / Nacional)
	Nacional Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas urbanas nas cidades: saneamento ambiental, habitacional e ordenamento urbano (Recife)
Soberania e segurança alimentar e agroecologia	Nacional Bahia Mato Grosso	<ul style="list-style-type: none"> ● Afirmção da produção agroecológica ● Redes territoriais de agroecologia e Caminhos da agroecologia (MT) ● Construção social de mercados - Afagos (BA)
Afirmção da diversidade de sujeitos políticos nas cidades	Pernambuco Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ● Grupos e coletivos de direitos humanos atuantes nas favelas e periferias urbanas do Rio de Janeiro e Recife. ● Mães de Manguinhos (Rio); coletivos de jovens (Recife; Rio); Articulação Recife de Luta (Recife); coletivos de mulheres jovens negras (Rio e Recife); Associação de catadoras e catadores de recicláveis (Recife).
Autonomia econômica e política das mulheres	Amazônia, Bahia, Fundo Dema, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro e SAAP	<ul style="list-style-type: none"> ● Autonomia econômica e política das mulheres: Fundos: SAAP/FAE, DEMA ● Afirmção das mulheres como sujeito político: mulheres quilombolas MT, PE, AM, BA
Regularização e proteção territorial	Nacional Amazônia Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none"> ● Retomada dos territórios quilombolas (ES) ● Afirmção de instrumentos de proteção territorial: i) conceito de áreas livres de mineração (MT); ii) projeto demonstrativo de ordenamento fundiário (PAE Lago Grande)
Meio ambiente e Justiça climática	Mato Grosso Nacional Fundo Dema Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none"> ● Incidência internacional em processos / mecanismos internacionais de clima ● Consolidação do Fundo Dema como referência de instrumento financeiro participativo para uso sustentável da floresta e da biodiversidade ● Campanha Nem um Poço a Mais

Como dissemos, a avaliação foi executada pela equipe da FASE, mais precisamente por seis equipes, em geral compostas por três assessores/as não necessariamente vinculados aos Regionais em questão, i.e., profissionais da FASE não responsáveis pela concepção e implementação da intervenção. Esse desenho contribuiu para certa externalidade do processo avaliativo e para alimentar a integração entre as diferentes partes da FASE.

A montagem das equipes foi feita de forma participativa e os/as integrantes selecionados/as com base em critérios que incluem experiência, capacidade de sistematização e de análise que conciliasse dimensões local e nacional. Parâmetros de equidade de gênero, étnico-racial e geracional foram determinantes na construção da equipe. Todo o processo foi supervisionado pela Diretoria Executiva e contou com sua destacada colaboração, inclusive na elaboração de partes dos estudos. Ao todo, a avaliação envolveu diretamente 26 profissionais da FASE.

Coube ao coordenador a responsabilidade de assegurar um olhar externo, provocador, propositivo e crítico da avaliação, dispondo de ampla autonomia metodológica em todas as etapas do trabalho e assegurando credibilidade à avaliação.

A avaliação buscou conciliar uma abordagem qualitativa e, quando possível, quantitativa, envolvendo coleta e sistematização de dados e informações que pudessem validar as análises. A dimensão quantitativa foi um ponto de dificuldade, uma vez que a FASE ainda não dispõe de uma base de dados comum aos regionais e áreas. A ausência de dados georreferenciados também ocasionou perdas à avaliação. A metodologia previu ainda a realização de entrevistas com atores externos relevantes nas diferentes áreas temática.

IMPACTOS

Nesse trabalho, utilizamos uma noção de impacto próxima à da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵ por ser esta de ampla disseminação e reconhecida por atores muito distintos: mudança relevante, duradoura e transformadora da intervenção.

⁵ <https://www.oecd.org/dac/evaluation/daccriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm>

Impactos, em geral, remetem às mudanças mais profundas, mais amplas, de longo prazo e, por isso, contam com a contribuição de diferentes intervenções e atores.

Como se sabe, a identificação de impactos tendo por base um marco temporal extenso não é um exercício fácil e tem sido um desafio para avaliação dos projetos. Nesse primeiro exercício podemos afirmar que a intervenção da FASE contribuiu e fez diferença em três dimensões principais de impacto sintonizadas com sua agenda “clássica” de trabalho com o tratamento de novas questões e demandas de seus públicos.

Podemos aqui destacar três dimensões principais de impacto que sintetizam a contribuição relevante da FASE:

Mudanças positivas em políticas públicas. A avaliação demonstra que tais mudanças ocorreram em setores e níveis diversos: quatro dos sete casos aqui analisados tratam explicitamente de impactos em políticas públicas. Por sua abrangência e solidez, cabe particularmente destacar as contribuições da atuação da FASE em impulsionar a construção e implementação de políticas públicas fundamentais de segurança alimentar e nutricional, beneficiando amplos segmentos da população brasileira, ocasionando mudanças particularmente visíveis nas condições de vida da agricultura familiar. O êxito aqui alcançado foi fruto de investimentos em diversos regionais, servindo para a FASE ampliar o raio de influência junto a diferentes públicos e territórios. A seção que trata de impacto nas políticas de saneamento no Recife apresenta informações sólidas sobre incidência e acesso.

Consolidação de novos sujeitos políticos, com base no uso estratégico dos processos de educação popular, com crescente ênfase na valorização cultural, afirmação de identidades e combate ao racismo. A afirmação de sujeitos políticos étnico-raciais nas favelas e periferias resulta de dois investimentos de longo prazo:

- 1 apoio continuado ao fortalecimento organizativo desses grupos, priorizando novos formatos, dinâmicas de articulação e espaços de participação;
- 2 ênfase na participação política e econômica das mulheres que reafirmou seu crescente protagonismo e incidência política na defesa e proteção

de seus direitos. No campo, o trabalho resultou no reconhecimento da identidade dos povos e comunidades tradicionais e da importância da destinação coletiva de territórios tradicionais.

Novas ferramentas para atuação da sociedade civil. Duas ferramentas merecem ser destacadas por seu caráter de impacto transformador e pioneiro. De um lado, a afirmação do Fundo Dema como o primeiro mecanismo financeiro de apoio a iniciativas comunitárias com governança de populações da floresta. O Fundo Dema supriu uma demanda histórica de comunidades e associações de base de meios financeiros que lhes possibilitem implementar *diretamente* ações de gestão territorial, fortalecimento organizativo e incidência política. Também merecem destaque as novas abordagens desenvolvidas pela FASE para integração territorial contidas na afirmação e disseminação do conceito político de “territórios livres”, com a incorporação em instrumentos normativos existentes.

Mudanças positivas nas condições de vida da população. Esta dimensão central de impacto esteve presente nos estudos, inclusive na análise de processos que em tese seriam mais difíceis como os estudos de incidência e acesso a políticas públicas. Em contraste com a forte presença das equipes nos territórios e comunidades, essa dimensão de impacto foi a mais desafiadora em termos demonstrativos, revelando que a FASE precisa aprimorar seus sistemas de indicadores nesse campo.

Uma parte específica de cada estudo, examina as particularidades da contribuição da FASE para a geração dos impactos. Não iremos detalhá-las aqui, mas cabe apresentar três elementos que perpassam os estudos e marcam bem a especificidade da atuação da FASE:

- ❶ A abordagem de educação popular, por meio de um amplo e contínuo investimento formativo, com efeitos visíveis, mas não imediatos;
- ❷ Capacidade de inter-relacionar diferentes níveis de ação, particularmente a intervenção local nos territórios com processos nacionais, com efeitos em nível de incidência, qualidade da análise, inovação e visibilidade;
- ❸ A cooperação entre atores como princípio metodológico para efetividade das ações e elemento determinante para a produção de impactos e a sustentabilidade destes.

APRENDIZAGEM

O processo de avaliação cumpriu seu papel formativo e mapeou áreas em que os esforços de aprendizagem da FASE deveriam ser melhor desenvolvidos nos próximos anos por meio de exercícios contínuos e estimulados por sua direção. A busca de melhores condições para esse tipo de avaliação traz uma agenda bastante clara, onde se destacam quatro desafios:

Estratégias de impacto: a avaliação mostrou a necessidade de atualizar o desenho de planejamento da FASE para que seus setores e regionais passem a dispor de uma visão mais clara de impacto que oriente revisão de programas de intervenção. É possível que a construção dessa visão traga a necessidade de novas agendas, parcerias e abordagens. Sugerimos que a presente avaliação seja considerada em um planejamento orientado a impactos.

Coleta e análise de dados: é preciso dar continuidade aos esforços de construir uma base formal de dados quantitativos comum aos regionais e que sirvam para alimentar indicadores relevantes de resultados e impactos. Esta base deve estar efetivamente integrada ao trabalho programático da FASE. Como já destacado, dados georreferenciados não disponíveis contribuiriam para uma melhor compreensão de processos de impacto de uma organização como a FASE com forte base territorial.

Integração institucional: apesar de esforços, a integração entre as diferentes partes da FASE permanece como um desafio e parece que caminhou pouco. Há uma série de barreiras (metodológicas, conceituais,) que precisam ser superadas. Para tanto, há necessidade de uma instância estratégica que ainda não existe ou precisa ser reformada. Vale refletir se a própria governança organizacional não mereceria maior atenção.

Sistematização: a equipe da FASE tem alto grau de entrega e dedicação, corretamente priorizando o trabalho nos territórios, de articulação e incidência política. Observou-se, contudo, ser comum que o trabalho de análise e sistematização fique em um segundo plano. Sugerimos que nos próximos anos a FASE estimule sua equipe a buscar um maior equilíbrio entre intervenção social e a produção de informações e conhecimento. Estes elementos devem se tornar rotina.

Uma palavra final: esse exercício avaliativo buscou identificar processos de mudanças que contaram com a contribuição da FASE e que por sua relevância mereciam um esforço de sistematização para uma divulgação mais ampla. Com isso, espera-se também inspirar outras organizações da sociedade civil a um esforço similar e a refletir sobre uma questão simples e básica: olhando com nossas próprias lentes e por meio das ferramentas que dispomos, que diferenças marcantes nosso trabalho gerou na sociedade brasileira? Com base nas respostas que obtivemos, como devemos melhor nos preparar para sermos mais relevantes no futuro?

1

INCIDÊNCIA
E ACESSO A
POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA
A AGRICULTURA
FAMILIAR E
AGROEXTRATIVISTA

PAULO DEMETER E
ROSANA GIORDANA M. CARVALHO

CONTEXTO

No Brasil, 90% dos 5.570 municípios têm a atividade agrícola como base econômica e a agricultura familiar⁶ e agroextrativista, com suas várias identidades, é um ator político e sujeito de direitos essencial na construção e implementação de iniciativas territoriais que articulam o combate à fome, à promoção da segurança alimentar e nutricional, à conservação ambiental e relações de gênero e de geração mais equitativas. A partir de suas lutas, em meados dos anos 1990, constituiu-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, desde 2003, outras significativas políticas públicas voltadas para esta categoria ocorreram, muitas instituídas no âmbito do Programa Fome Zero⁷. Destacamos aqui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Neste contexto, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi um espaço fundamental de articulação e participação popular na promoção de marcos legais estratégicos, para além da agricultura familiar, como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Na década de 2010, foram impulsionadas políticas sociais fundamentais no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Iniciadas com a aprovação da nova lei do PNAE e a inclusão do Direito Humano à Alimentação no artigo 6º da Constituição, e como resultado, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, permaneceram as desigualdades, com maior incidência de insegurança

⁶ A Agricultura Familiar é a agricultura desenvolvida em pequenos estabelecimentos rurais a partir de pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas e pescadores. Está associada as formas de cultivo da terra e produção rural, onde a mão de obra é majoritariamente proveniente do núcleo familiar. As técnicas de cultivo e extrativismo que englobam práticas tradicionais e conhecimento popular estão presentes, voltadas para uma produção de alimentos, com maior diversidade, o que a difere do agronegócio - agricultura industrial. A agricultura familiar teve sua definição reconhecida pela Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm; e povos e comunidades tradicionais pelo Decreto 6040. Salientamos que no presente texto ao utilizarmos o termo 'Agricultura Familiar' nos referimos a descrição aqui exposta, em toda diversidade.

⁷ Criado em 2003 visando combater a pobreza e a fome e as suas causas estruturais, para assegurar o direito à segurança alimentar da população brasileira, convergindo três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e iniciativas institucionais nas três esferas governamentais e em todos os ministérios.

alimentar no Norte e Nordeste e entre povos indígenas, comunidades tradicionais, população negra e mulheres. A alta concentração da propriedade da terra e o favorecimento governamental ao agronegócio mantiveram o campo como local com maiores índices de desigualdade.

Depois de anos de vigência de “gerações de políticas públicas para a agricultura familiar”, podemos afirmar que foram as políticas de segurança alimentar e nutricional que chegaram aos segmentos mais empobrecidos. No entanto, terminamos a década com medidas recessivas de ajuste fiscal, que refletiram na desconstrução de programas e no abandono de políticas de proteção social, e extinção do CONSEA e de vários espaços participação.

O CASO EM RESUMO

A FASE contribuiu para a superação das desigualdades, redução da pobreza e da fome incidindo sobre a ampliação de políticas para a garantia da soberania, segurança alimentar e nutricional (SSAN) e o fortalecimento da agricultura familiar e agroextrativista.

A intervenção sinérgica nos planos local, regional e nacional, abrangendo diversos sujeitos e ações, buscou garantir o acesso da agricultura familiar e agroextrativista às políticas públicas (priorizando o PAA e PNAE) por meio do fortalecimento e articulação interinstitucional, bem como a consolidação de espaços de participação, controle social e consulta, notadamente o CONSEA. Assim, integrou o CONSEA nacional, estaduais e municipais, Conselhos Municipais de Alimentação Escolar (CAE), Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e demais conselhos estaduais de educação e assistência social. Participou, ainda, da coordenação da organização de conferências nacionais, estaduais e municipais de SAN e fomentou a criação de representações do CONSEA nas suas áreas de atuação.

No presente estudo, priorizou-se a intervenção educativa da FASE no âmbito nacional e regional, nos estados da Bahia e em Mato Grosso. Nestes estados, foram desenvolvidos planos de trabalho para o fortalecimento institucional das associações comunitárias, cooperativas e grupos de produção, processos de monitoramento e formação sobre PNAE e PAA. Estimulou-se a constituição de alianças com outras organizações,

redes e fóruns para troca de experiências e maior representatividade na incidência sobre essas políticas. A sistematização desses processos era socializada nos espaços de participação onde a FASE atuava, e contribuía para a sinergia e potencialização das ações de exigibilidade de direitos, acesso às políticas e incidência sobre elas.

IMPACTOS

A atuação da FASE em espaços de proposição e gestão colegiada de políticas públicas, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), principalmente no CONSEA, pode ser considerada uma das expressões mais contundentes e efetivas de incidência em políticas públicas da instituição na última década. Ela expressa-se em conquistas no aperfeiçoamento do PAA e PNAE, na elaboração da PNATER, no monitoramento da implementação e no fomento ao acesso a estes programas. Na Bahia e em Mato Grosso, a ação contribuiu para modificar o comportamento de prefeituras e organizações representativas da agricultura familiar.

CONSOLIDAÇÃO DO CONSEA COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO DE PARTICIPAÇÃO, CONSULTA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ligado à Presidência da República, com 2/3 de representação da sociedade e 1/3 do governo, o CONSEA configurou-se em iniciativa inovadora de controle e participação social em políticas públicas por sua gestão democrática. Contou com representação de diversos grupos sociais, incluindo povos e comunidades tradicionais, mulheres e articulações e fóruns. Reconhecido nacional e internacionalmente como espaço político para a concertação sobre definições estratégicas do governo para o desenvolvimento do país e de integração das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. A legitimação do trabalho da FASE resultou na indicação de sua assessora nacional, Maria Emília Lisboa Pacheco, para a Presidência do CONSEA por dois mandatos (2012-2016), tornando-se a primeira mulher a assumir sua presidência pela sociedade civil. A experiência do CONSEA também influenciou a criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Consan-CPLP), em 2012.

QUALIFICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- O PAA passou a integrar o eixo “Inclusão Produtiva” do Plano Brasil sem Miséria, e incorporou a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos⁸.
.....
- Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (RDC nº 49/2013)⁹ com o estabelecimento de normas de proteção à produção artesanal para favorecer o acesso dos agricultores familiares aos mercados formais e institucionais como PAA e PNAE; e revisão das normas sanitárias (Portaria Nº 1.346/2014).
.....
- Modificação da Resolução nº 26/2013/FNDE¹⁰ com favorecimento da agricultura familiar no fornecimento de alimentos via PNAE.
.....
- Inserção da abordagem agroecológica e da priorização de mulheres, nos editais de chamada pública para prestação de serviços de ATER, com novas modalidades específicas de Chamadas para jovens rurais e a perspectiva de atuação em rede.

IMPLEMENTAÇÃO E ACESSO

- Sete prefeituras baianas realizaram Chamadas Públicas do PNAE e quatro propiciaram iniciativas de PAA para Agricultura Familiar.
.....
- Melhoria da estrutura de produção e comercialização de 46 associações comunitárias e 2 cooperativas, na Bahia e Mato Grosso, que acessaram recursos públicos via PNAE, PAA e Bahia Produtiva, no montante de R\$ 6.098.718,74, entre 2015 – 2020, com 3.303 toneladas de alimentos diversificados comercializados via PAA e PNAE.
.....
- Dezesete grupos produtivos de mulheres administraram 3 Fundos Rotativos Solidários (FRS), viabilizando a comercialização junto ao PNAE, PAA, feiras e eventos.

⁸ O instrumento dessa parceria foi o Termo de Adesão - MDS/SEDES-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria de desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

⁹ <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/5aed88004673f947bdc2bd99223cd76e/RDC+comentada+49+de+2013+vers%C3%A3o+PDF.pdf?MOD=AJPERES>

¹⁰ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30683767/do1-2013-06-18-resolucao-n-26-de-17-de-junho-de-2013-30683763

MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS

- 8.265 famílias assessoradas, sendo 7.131 através de Chamadas de ATER, saíram da situação de insegurança alimentar grave, moderada e/ou leve para segurança alimentar. Cerca de 3 mil famílias envolvidas em 1.113 práticas agroecológicas, com diversificação da produção voltada para autoconsumo e comercialização em diferentes mercados.
.....
- Inclusão econômica e social de 371 mulheres organizadas em 41 grupos produtivos, que ampliaram sua autonomia econômica via acesso ao PAA e ao PNAE, fornecendo alimentos para instituições públicas.

PROCESSOS

Como membro da ANA e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) – ambientes de articulação com grande influência nos espaços de incidência e monitoramento de políticas públicas –, a FASE participou ativamente do processo de gestão do CONSEA, da definição da sua agenda política e de suas proposições. De onde partiam propostas de criação e aperfeiçoamento de políticas, com base nas experiências territoriais acompanhadas.

As contribuições ao PAA, PNAE e à PNATER, das quais a FASE participou, deram-se em sinergia com as demais políticas relacionadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O monitoramento e incidência era feito i) na instância consultiva de programas, como no caso do PNAE; ii) em instâncias das respectivas políticas, como o Comitê Consultivo do PAA, iii) em GT's da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), como o GT de ATER; e iv) no processo de assessoramento às organizações dos agricultores/as na implementação local dos programas, nos territórios de atuação da FASE.

O CONSEA foi o espaço de convergência dessas informações, construção de ações e fortalecimento de políticas públicas. A FASE, com capilaridade local e regional, teve apoio de movimentos sociais e organizações para assumir a presidência do Conselho (2012 – 2016). A gestão incorporou temas controversos, explicitou alternativas e foi exemplo de democratização da administração pública. Posicionou-se contra a criminalização das

organizações sociais e lideranças de agricultores/as e gestores públicos na operação 'agrofantasma' sobre o PAA, denunciando as arbitrariedades e irregularidades na investigação¹¹.

As experiências e reflexões territoriais alimentavam a elaboração de conteúdo para negociações no Conselho, superando entraves técnicos e jurídicos impostos pela contradição entre a realidade da Agricultura Familiar e limitações legais das políticas públicas. É deste período, também, a construção da CNAPO, espaço de debate e construção da PNAPO, com implicações nas diferentes modalidades de ATER, de acordo com as especificidades dos públicos a serem beneficiados.

Em 2012, o CONSEA elaborou recomendações à proposta de Projeto de Lei de Política de Abastecimento da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), mas sem seguimento. No âmbito do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013, propôs o aumento de recursos para ATER e a garantia de acesso a recursos para equipamentos e infraestrutura para organizações da agricultura familiar que operassem com o PAA, através da criação de fundos específicos estabelecidos entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Grupo Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do qual a FASE era membro, publicou a Resolução/CD/FNDE nº 26, que trouxe avanços à Lei do PNAE, como a:

- A** Transparência na definição da ordem dos critérios de seleção sem a inclusão do 'menor preço';
- B** Inclusão dos alimentos orgânicos/agroecológicos e em caso de empate das propostas figura como terceira prioridade de compra;
- C** Manutenção da possibilidade de compra de grupos informais, aumentando o limite do valor da chamada pública.

¹¹ Essa operação chamou atenção pelo aparato policial utilizado e repercussão midiática, resultou na detenção de 13 agricultores e de funcionário da Conab no Paraná, em 2013, bem como no indiciamento policial do diretor de Política Agrícola e Informações da Conab. Gerou um clima de medo e insegurança, provocou a interrupção da execução do PAA e atraso de pagamentos aos agricultores. Várias medidas passaram a ser tomadas pelo governo provocando o engessamento do programa e perda de protagonismo das organizações da sociedade civil. Viu-se o deslocamento da atenção da sociedade da necessária apuração de irregularidades na execução do programa, para o tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação, cujos resultados não foram divulgados pela mídia - por exemplo, na época o PAA adquiria alimentos de mais de 185 mil agricultores, beneficiando 19.681 entidades, com a distribuição de 529 mil toneladas de alimentos por ano. <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3898>

A relação entre Comitê Gestor do FNDE e sociedade civil era democrática, expressa no anúncio de pautas e minutas de propostas antes das reuniões do Grupo Consultivo.

A articulação entre CONSEA, fóruns, redes e movimentos sociais em defesa da biodiversidade, reverberou internacionalmente com a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional (REDSAN) na CPLP, espaço de interlocução com a sociedade civil dos países africanos de língua portuguesa.

A importância do CONSEA foi de tal ordem no espaço de disputa por políticas sociais, na democratização da administração pública e como propagador de sinergias entre agendas da agricultura, alimentação, segurança alimentar, nutrição, saúde, meio ambiente, justiça social e sustentabilidade, que num cenário extremamente conservador, o Conselho foi extinto em 01/01/2019.

ACESSO ÀS POLÍTICAS E ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NO ÂMBITO LOCAL

O acesso aos programas PAA e PNAE foi mais expressivo junto aos públicos da FASE nas suas unidades da Bahia e Mato Grosso, com centenas de famílias assessoradas via programas de ATER, nacional e estadual.

O CASO DA BAHIA

A Bahia é o estado com maior número de propriedades agropecuárias, 766.516 propriedades, sendo 77% da agricultura familiar. A área de trabalho da FASE, no Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul, é marcada pelo desmatamento, a degradação ambiental e pouca diversificação da produção, num cenário de minifundiarização.

Nesse cenário, a FASE atuou na Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), manteve diálogo com representações sindicais (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – Sintrafs, Polo Sindical e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – Fetraf Bahia), articulação com as merendeiras de escolas municipais. Encaminhou denúncias ao Ministério Público Estadual e reivindicações às instâncias

governamentais municipais, estadual, como as Diretorias Regionais de Educação 5 e 29 (DIREC 5-Valença-BA e 29-Amargosa-BA), para a realização de Chamadas Públicas (PNAE) e celebração de Termos de Adesão (PAA) pelas Prefeituras; e participou dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional. Iniciativas que resultaram, por exemplo, em avanços no cumprimento da legislação que previa participação mínima de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar nas aquisições governamentais para o PNAE.

Nesta mesma direção, sensibilizou e assessorou as direções da Coopeípe, de associações, do Polo Sindical e sindicatos para elaboração de propostas e interlocução com gestores governamentais encarregados da operacionalização do PAA nos municípios e no estado, como as secretarias de educação, ação social e agricultura, para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar pelos órgãos municipais. No âmbito federal, em parceria com a Fetraf Bahia, realizou visitas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília, somando-se à reivindicação de liberação de recursos para o PAA. O **PAA** funcionou com certa regularidade com celebração via Termos de Adesão ao PAA/SEDES Bahia, durante o decênio. O **PNAE** apresentou diferenças na sua operacionalização, registrando avanços mesmo com algumas prefeituras descumprindo a legislação.

Com relação à política de **ATER** e de promoção da Agroecologia, a estratégia foi qualificar a participação da FASE na AABA, no Fórum Baiano de Agricultura Familiar (FBAF) e na Articulação do Campo, decisão importante para a operacionalização das Chamadas de ATER Agroecologia, em conformidade com deliberações construídas na ANA e na CNAPO, priorizando-se o processo de construção coletiva.

Por fim, a FASE apoiou todas as iniciativas de enfrentamento da Fetraf, Polo Sindical e Sintraf's frente aos retrocessos, sobretudo a partir de 2016, em conjunto com entidades dos Codeter do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, aos quais integrava.

Mato Grosso possui 118.679 propriedades rurais, sendo 88% caracterizadas como agricultura familiar, embora seja expoente do agrogócio, o maior produtor de grãos e de gado do país e campeão no uso de agrotóxicos. Nos municípios de Poconé, Cáceres e Mirassol D'Oeste, territórios de atuação da FASE, a perda de biodiversidade e a queda na produção de alimentos diversificados ameaçam a Agricultura Familiar, constituída por migrantes de outros estados, assentados da reforma agrária e populações tradicionais.

O Consea MT foi o espaço de discussão do PAA e PNAE e da efetivação do SISAN no estado. A FASE, em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), socializava no conselho as pautas e reivindicações da Agricultura Familiar, oriundas da assessoria às famílias, às associações e aos grupos produtivos de mulheres, e dos diálogos com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), observando as particularidades da Agricultura Familiar na região. Pautas e reivindicações também levadas aos conselhos Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Cáceres e Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Mato Grosso (CEDRS), pressionando pela resolução dos entraves ao acesso do PAA e PNAE.

A pressão política para o acesso ao PAA e PNAE, deu-se em articulação com o Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), Associação das Mulheres Agricultoras Familiares Araras do Pantanal (AMAFAP) e STTR Cáceres em Mato Grosso. A participação da FASE no Conselho Estadual de Alimentação Escolar que reunia dirigentes associativos e técnicos também possibilitou o diálogo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para discussão da liberação de recursos desses programas.

O PAA foi acessado com regularidade até 2013, e teve papel fundamental no fortalecimento da ARPEP e da ARPA, que se tornaram referências no acesso aos programas no estado. Contudo, a emissão

das Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP's foi um desafio durante todo o período, assim como a legislação sobre os produtos artesanais.

A partir de Mato Grosso, também foram realizadas ações junto ao MDA a fim de modificar o formato das Chamadas Públicas de ATER e pressionar pela liberação de recursos para as organizações executoras. A participação no GT Mulheres da ANA, que concentrou debates sobre ATER, foi fundamental para as proposições de modificação da legislação sobre a política e nas discussões com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, após a extinção do MDA, em 2016.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

Capilaridade institucional: por ser entidade de âmbito nacional, com inserções localizadas, e alcance regional, a FASE foi capaz de intervir na assessoria às associações comunitárias da Agricultura Familiar, grupos de mulheres, sindicatos e cooperativas existentes nos municípios e biomas. Integrou redes, fóruns e articulações, mantendo presença em contextos diferenciados e em espaços de disputa e operacionalização de políticas públicas. Enquanto ator próprio, interveio em instâncias de abrangência nacional e estaduais, permitindo a retroalimentação de informação baseadas em experiências concretas que vocalizaram a diversidade da Agricultura Familiar na incidência sobre PAA, PNAE e PNATER.

Entidade de educação popular: produziu e socializou conhecimentos sobre a temática, traduzindo o aparato dessas políticas, e sistematizou as necessidades da Agricultura Familiar em linguagem acessível à compreensão de interlocutores. Qualificou organizações e movimentos sociais – no percurso formativo de lideranças e nos materiais pedagógicos –, articulada à assessoria técnica para a diversificação da produção agrícola familiar e ao fortalecimento e autonomia da organização comunitária e sindical para disputa no acesso aos programas.

A posição de mediadora também ocorreu em situações de conflito nos espaços de participação.

Ação em rede e incidência no fortalecimento dessas próprias redes:

preocupou-se em apoiar outros protagonistas, contribuiu para a elevação da qualidade de reivindicações comuns, congregando amplos setores interessados na problemática. Definiu encaminhamentos e parcerias de sua intervenção, sem os quais não teria sido possível que associações, grupos informais e cooperativas, acessassem tais políticas, mantendo interação e mecanismos de consulta regulares entre esferas regionais e instâncias nacionais.

Os processos de conferências nacionais e estaduais – como Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Conferência Nacional “Ater, agroecologia e alimentos saudáveis”, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, dentre outras – evidenciaram o fortalecimento das articulações interinstitucionais. A partir de exercício de diferentes enfoques e com sugestões metodológicas inovadoras, as propostas amadurecidas e aprovadas nesses eventos eram objetos de incidência na elaboração dos planos das políticas nacionais a elas relacionadas, e a ANA e o FBSSAN tinham um papel fundamental no encaminhamento dessas propostas em suas atuações no CONSEA e na CNAPO.

Conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento e operacionalização dos programas PAA, PNAE e da PNATER:

esteve presente, no cerne da elaboração e aperfeiçoamento dessas políticas, junto as organizações assessoradas que acessaram o PAA e, posteriormente, o PNAE. Esteve na vanguarda da execução da ATER junto à Agricultura Familiar. Isto possibilitou a FASE, por exemplo, no que se refere ao PAA levar mais argumentos ao CONSEA que serviam para a ‘Exposição de Motivos’, bem como subsidiar os demais espaços, onde o Conselho estava inserido. Sendo o PAA um programa que se articulava com outras políticas, tais como alimentação escolar e estoques de alimentos, e anterior à regulamentação do PNAE e da ATER, a FASE, ao participar dos espaços consultivos destas políticas, já possuía anos de experiência na operacionalização do PAA, favorecendo a apresentação de normativas alternativas fosse via representação própria, ou via CONSEA, FBSSAN e ANA.

LIÇÕES APRENDIDAS

Sobre a estratégia: a simples aprovação legislativa de reivindicações, defendidas por setores da população com os quais a FASE trabalha,

a exemplo do PNAE e do PAA, não implica automaticamente em sua correta aplicação por parte de diferentes setores da burocracia governamental, sendo a pressão social organizada indispensável e insubstituível. Assim, foi fundamental manter a atuação a nível local, regional e nacional, com mecanismos regulares e eficazes para retroalimentação de informações.

Sobre os sujeitos: foi necessária a busca constante por aliados e parcerias interessados na problemática relacionada ao PAA e ao PNAE, em diferentes níveis e instâncias, além de fortalecer e qualificar a capacidade política de sindicatos, associações, grupos de mulheres e cooperativas. Sem esses sujeitos não há condições para pressionar o poder público no cumprimento de legislação vigente.

Da mesma forma, é imprescindível empenhar-se em alianças com gestores municipais responsáveis pelo setor de alimentação escolar e de assistência social. Tal como a importância de instituir canais de comunicação com a comunidade escolar, a fim de estabelecer coalizões de atores interessados e comprometidos com o PNAE nos municípios, e com Secretarias Municipais (de agricultura e de assistência social) e gestores da CONAB para funcionamento do PAA.

Sobre a metodologia: foi crescente a qualificação da FASE para cumprir exigências legais inerentes à elaboração de projetos de venda (PNAE) e dos projetos para as modalidades Compra com doação simultânea executado pela CONAB e do PAA Sedes na assessoria às associações comunitárias e cooperativas. Também o monitoramento regular da situação documental dessas entidades interessadas em se credenciar para o acesso ao PNAE e ao PAA. Logo, foram medidas acertadas a qualificação e socialização de conhecimentos construídos com a maior parcela possível de representantes das populações priorizadas na intervenção educativa da FASE, visibilizando os princípios e diretrizes conquistados na legislação e resoluções posteriores do PAA e do PNAE e na efetivação da ATER.

Esse processo educativo expressou-se na capacidade de autogestão comunitária, no desenvolvimento e aplicação de novas práticas de produção e comercialização, na gestão coletiva de FRS, na articulação e participação coletiva em audiências públicas, campanhas e mobilizações, no âmbito regional e nacional, para denúncias, visibilização e exigibilidade.

PERSPECTIVAS

Atuar para restaurar propostas de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia, Política Nacional para agricultura familiar e camponesa, povos e comunidades tradicionais com participação e controle social e abordagem de gênero, étnico racial.

Assumindo, desta forma, o desafio contemporâneo de lutar pela transição para um sistema alimentar que estreite e fortaleça os vínculos entre produção agroecológica, consumo sustentável, saúde e conservação ambiental, no campo, na cidade e nas florestas. Para tanto, faz-se necessário, por exemplo:

- ❶ Construção de uma política de preço mínimo para produtos da agricultura familiar e agroextrativismo;
- ❷ Reconstruir o PAA em suas várias modalidades;
- ❸ Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio) com ampliação de produtos, adequação de preços e facilitação do acesso;
- ❹ Assegurar o PNAE com seus objetivos e instrumentos de acesso originais;
- ❺ Avançar na proposta de políticas de segurança alimentar e nutricional para as cidades (agricultura urbana, equipamentos de acesso à alimentação saudável, rede de abastecimento, etc.) e política de assistência técnica pública com abordagem agroecológica que assegure a participação de organizações da sociedade civil com programas de apoio às mulheres agricultoras.

A FASE atuará contra os retrocessos. Seguirá posicionando-se pelo reconhecimento da especificidade e lógica econômica da agricultura familiar contra a flexibilização das normativas recentes de seu enquadramento. Contribuirá com a mobilização política contra a extinção do PAA e sua substituição pelo programa Alimenta Brasil, defendendo a recomposição do PAA em seu formato original com ampliação de recursos.

Manterá o diálogo com os gestores municipais a fim de fortalecer as alianças entre estes e as lideranças da Agricultura Familiar e da Educação Pública, visando a ampliação do PNAE.

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- **<https://www.youtube.com/watch?v=k-dnlpn1erQ>**
Documentário História da Fome no Brasil produzido pela Ação da Cidadania, lançado em 2017 mostra a cronologia da Fome no país. “Do Brasil Colônia, onde foram plantadas as sementes das desigualdades sociais, até as políticas públicas recentes que culminaram na saída do Brasil, em 2014, do Mapa da Fome divulgado pela ONU, retratamos como se deu o enfrentamento deste mal por parte da sociedade e do governo”
.....
- **<https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/ba-revista-de-sistematizacao/>**
Nesta publicação, o programa da FASE na Bahia sistematiza o conjunto de ações do projeto “Fortalecimento da capacidade de geração de renda e da integração socioeconômica de agricultores familiares”. Com apoio da União Europeia, entre 2015 e 2018, buscou-se alcançar os resultados preconizados no planejamento, com a flexibilidade para enfrentar um momento histórico permeado por crises políticas, sociais e econômicas expressivas. Esta revista busca dar voz aos protagonistas das experiências: as centenas de mulheres, homens e jovens agricultores familiares de oito municípios, do Vale do Jiquiriçá e do Baixo Sul, diretamente alcançados pela intervenção educativa da FASE, evidenciando ainda como se construíram as condições para o fortalecimento da organização associativa e cooperativista de 600 famílias agricultoras.
.....
- **https://issuu.com/ongfase/docs/proposta-130-eletronica_1**
Revista Proposta – Fome, pobreza e os caminhos para a soberania alimentar. Maria Emília L. Pacheco e Maureen Santos (orgs), Nº 130, Ano 44, FASE, Rio de Janeiro, 2021. Expõe os desafios da interligação das crises alimentar, ambiental e climática no contexto da tragédia da fome e da pandemia da Covid 19; examina os sentidos e impactos da Cúpula dos Sistemas Alimentares e apresenta análises e propostas sobre questão do abastecimento alimentar, mercado e compras públicas; bloqueios e perspectivas para a valorização dos sujeitos de direitos e culturas alimentares.
.....
- **<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/89/77>**
A Incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional ao Programa Nacional de Alimentação Escolar: Trajetória e Perspectivas por Vanessa Schottz. Artigo, aborda “os processos de

inovação social no âmbito das políticas públicas, considerando, sobretudo, trajetórias de transformação política e institucional que tentam se contrapor às formas dominantes de definição e regulação dos problemas públicos, encontrando suporte na atuação de movimentos sociais e de redes de organizações da sociedade civil”, no âmbito do PNAE.

.....

- **<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Cartaconvocatoriainferencia20201.pdf>**

Carta Convocatória para Conferência Nacional, Popular, Autônoma: Por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2020. A Carta apresenta o processo de constituição que levou a convocação da conferência e as organizações, coletivos, redes e movimentos envolvidos no processo.

.....

- **<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/12/mulheres-fazem-curso-em-mt-para-aproveitar-frutos-tipicos-do-cerrado.html>**

Reportagem do G1 MT do dia 09/12/2013. A Reportagem feita com mulheres da ARPEP, assessoradas pela FASE, sobre a colheita e manuseio do babaçu, pequi e cumbarú e acesso a mercados para vendas dos produtos beneficiados e o impacto na vida dessas mulheres.

.....

- **<https://agroecologia.org.br/2022/01/19/pesquisa-acao-sobre-o-pnae-e-divulgada/>**

A pesquisa-ação, coordenada pela ANA e pelo FBSSAN, realizada entre 2019 e 2021 em parceria com diversas organizações e atores locais em nove municípios de todas as regiões do país, com o objetivo entender os desafios, os avanços e as inovações na implementação do PNAE. Dentre as ações acompanhadas está a atuação da FASE no Mato Grosso.



2

INCIDÊNCIA
E ACESSO A
POLÍTICAS
PÚBLICAS EM
SANEAMENTO
NO RECIFE

EVANILDO BARBOSA E
AERCIO B. DE OLIVEIRA

CONTEXTO

A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU)¹² determina que água e esgoto estejam disponíveis, acessíveis e de qualidade para todos. No entanto, no Brasil (e no Recife) há uma grande desigualdade na oferta de água e no acesso aos serviços de saneamento nessa década¹³. Nos anos de 2010-2012, o **Brasil** contava com quase 40 milhões de pessoas sem acesso à água encanada¹⁴ e apenas 50% da população conectada às redes de esgoto – apenas 39% deles sendo tratados adequadamente. Com 7 milhões de pessoas sem banheiro, o país estava entre os 10 piores países do mundo nesse quesito.¹⁵ A partir de 2010, a Região **Nordeste** passou por um dos mais difíceis períodos de estiagem, tendo se agravado o já precário acesso à água, mobilizando a população em defesa da provisão dos serviços públicos de água e saneamento. Período em que Recife foi beneficiada pelo ambiente favorável à participação social e pela existência de governos que fortaleceram o espaço de diálogo para a construção coletiva de políticas, a exemplo do saneamento. Nesse período se elabora participativamente e se aprova a execução do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)¹⁶. Em **Pernambuco**, seis municípios estavam entre os 100 que menos aplicavam recursos em saneamento. No **Recife**, capital com pouco mais de 1,6 milhão de habitantes, mais de 65% de sua população, principalmente as com menor renda, não contava com rede de esgoto. Entre os anos de 2003 e 2016, o governo

¹² Resolução da ONU (64/A/RES/64/292, de 28.07.2010) afirma que “o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, fundamental e universal, indispensável à vida com dignidade...”, sendo reconhecido como “condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos”.

¹³ O país tem, desde 2007, a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445) que incorpora uma visão de direitos humanos nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, refletidos nos princípios de universalização do acesso, transparência das ações, preservação da saúde pública e meio ambiente, qualidade e regularidade dos serviços, acessibilidade econômica e controle social e a Lei de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (Lei 9433 – 1997) que diz que a prioridade ao uso da água para o consumo humano também está assegurada para a população.

¹⁴ Entre as Regiões do país, o Nordeste era a que menos consumia água (habitante/dia, 21,5% da população supria as suas necessidades hídricas de maneira inadequada, tendo ainda as maiores taxas de intermitência no abastecimento de água).

¹⁵ Dados do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS), no que refere à população total, mostram que o Brasil alcançou (i) 86% de domicílios com acesso à água segura, (ii) 13,5% com acesso básico e (iii) 0,5% ainda possuem acesso pouco seguro. Para o caso do saneamento (i) apenas 48,7% têm acesso seguro, (ii) 41% acesso básico, (iii) 10% pouco seguro e (iv) 0,3% praticam defecação a céu aberto.

¹⁶ A FASE foi uma das organizações do Conselho Nacional das Cidades (CONCIDADES) a atuar no Comitê de Saneamento e aprovar o PLANSAB (2014) que, por sua vez, instituiu um sistema nacional integrado para a realização progressiva da universalização deste direito no Brasil, prevendo financiamento do orçamento federal próximo a 500 bilhões de reais, para 20 anos, meta essa já interrompida nos últimos sete anos.

federal¹⁷, atendendo a demandas históricas dos movimentos sociais, desembolsou R\$87,3 bilhões para a execução de projetos para ampliar os serviços públicos de saneamento em estados e municípios. Durante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – programa criado em 2007 – o governo do estado de Pernambuco e seus governos municipais estabeleceram um total de R\$1,4 bilhão em investimento em saneamento.¹⁸ Porém, paradoxalmente, é na década de 2010 que se ampliará o processo de privatização de saneamento e água no país, tendo a Região Metropolitana do Recife (RMR) realizado uma Parceria Público Privada (PPP), apesar das reações contrárias da sociedade¹⁹. Mesmo com importantes avanços²⁰, a dificuldade da universalização do acesso ao saneamento urbano se mantém, tendo se ampliado no atual governo.²¹

O CASO EM RESUMO

Em Pernambuco a FASE, que atua em periferias urbanas abaixo da linha de pobreza há mais de 4 décadas, entendeu que incidir diretamente na defesa do saneamento público é um caminho de impacto cidadão, sanitário e ambiental em favor das maiorias, tendo sustentado essa agenda pública até os dias de hoje que, na atualidade, encontra-se muito desprezada pelos governos. Apesar dos entraves,

¹⁷ Relatório de Aplicações Governo Federal e Fundos Financiadores 2016: gasto público em saneamento básico – https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Gasto_Publico_Saneamento_2016.pdf

¹⁸ Empreendimentos de Saneamento Básico no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - <https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/biblioteca>

¹⁹ Diante disso, em 2013, para a relatora especial das Nações Unidas sobre o direito humano à água e ao saneamento, Catarina de Albuquerque “...outro exemplo que evidencia a necessidade de fortalecer a participação ativa da população reside no fato de que a maior parceria público-privada na área do saneamento em Recife, ter sido acordada no início deste ano com uma empresa privada a qual passará a assegurar a operação, manutenção e ampliação da coleta e tratamento de esgoto do Grande Recife e de Goiana (cobrindo um total de 15 cidades e 3,7 milhões de habitantes) sem qualquer consulta nem com a população e nem com os municípios afetados. Sendo a meta a alcançar a de garantir o acesso de 90% da população a serviços de saneamento, é indispensável que sejam incluídas as pessoas mais marginalizadas e vulneráveis e que este contrato não sirva para perpetuar a sua exclusão” (http://sr-watersanitation.ohchr.org/en/presstatement_Brazil3.html)

²⁰ CF. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/OS-AVAN%C3%87OS-DO-SANEAMENTO-EM-RELA%C3%87%C3%83O-AO-PIB-PRODUTO-INTERNO-BRUTO-1.pdf>

²¹ A Lei 14.026/2020, aprovada pelo governo Bolsonaro, de um lado, facilita a privatização dos serviços prestados pelo setor de saneamento em favor das empresas privadas e, de outro lado, obriga empresas públicas a terem que disputar licitação com tais empresas privadas para permanecerem realizando serviços de água e esgoto sendo, pois, mais um mecanismo de ampliação da desigualdade no acesso.

audiências públicas, diálogos e parcerias com gestores e autoridades locais acerca do diagnóstico sobre saneamento no Recife e ou alternativas para a problemática foram assertivos para a ampliação da legitimidade da FASE, tendo sido a organização convidada a coordenar e a realizar a primeira Conferência Municipal de Saneamento em uma Capital do país, conquistando amplo reconhecimento a partir daí nessa arena de conhecimento e incidência política, o que incluiu o Concidades (Conselho Nacional das Cidades), ambos essenciais aos impactos aqui aludidos.

IMPACTOS

Na última década, destacamos os impactos abaixo descritos, possíveis pela existência de um ambiente favorável à participação local e nacional e porque a FASE PE aceitou o convite para organizar e coordenar a 1ª Conferência Municipal de Saneamento de uma capital brasileira. Com isso, ficou mais reconhecida pelo seu histórico de atuação territorial, conferiu e compartilhou legitimidade às redes, fóruns, articulações e movimentos sociais atuantes na defesa do direito ao acesso à água e ao saneamento, bem como se permitiu cooperar com autoridades públicas e acadêmicas em área de confluência entre o conhecimento popular e técnico. Isso favoreceu práticas territoriais de educação popular e gestão em saneamento condominial, de recuperação de “olhos-d’água,” bem como de resiliência política dessa agenda de lutas que, ainda hoje, permanece atual uma vez que persistem inúmeros problemas não resolvidos no saneamento do Recife.

a) Mudanças institucionais participativas e sobre o modelo de gestão da política pública de saneamento no Recife e no plano nacional:

Não havia arranjos de gestão e governança para o saneamento no Recife. Passaram a existir entre 2001 e 2012 nos governos do Partido dos Trabalhadores²². Vejamos:

Passaram a existir a Secretaria de Saneamento (SESAN), a autarquia municipal para o Saneamento (SANEAR), o Fundo Municipal para Saneamento,

²² CF. análise saneamento no período: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/121/118>

o Conselho Setorial de Saneamento e a Política Municipal de Saneamento, tendo impulsionados a execução de obras (recursos do PAC), o que ampliou a oferta de serviços de saneamento à população.

Ocorreram **mudanças no modelo de gestão da política de Saneamento no Recife**, com realização da Conferência de Saneamento e instituição do Conselho Setorial, inaugurando um período de diálogo democrático sobre as condições de acesso à água e ao esgoto.

Até metade da década de 2010, no plano Nacional, igual contexto favorável à participação popular contribuiu para **mudanças no modelo de gestão da política de Saneamento do governo federal**, com (i) **aprovação do PLANSAB** (2014), após longos anos de elaboração, com presença ativa da FASE no Conselho Nacional das Cidades (Concidades) e em espaços da sociedade civil (Frente Nacional de Saneamento Ambiental e Fórum Nacional de Reforma Urbana) e (ii) com **execução de recursos do PAC** (obras em saneamento nos estados). A partir de 2015, diminuem os indicadores de cumprimento das metas do PLANSAB para anos seguintes.

b) Ampliação do acesso à água e ao saneamento pela população do Recife, alterando de forma positiva os indicadores do Saneamento municipal:

No comparativo entre os principais indicadores de Saneamento no Recife²³ (2010 – 2019²⁴), **observa-se ampliação percentual relevante em todos eles:**

COMPONENTE ACESSO À ÁGUA:

- aumento em 44,73% da extensão da rede de água (km);
- aumento em 4,43% do volume de água produzido (1000m³/ano);
- aumento em 13,30% do volume de água consumido (1000m³/ano);
- aumento em 15,26% da população atendida com abastecimento de água;
- aumento em 6,4% o índice de atendimento urbano de água (82,9%/2010 e 89,3%/2019).

²³ Há que se registrar que, no Recife, contextos políticos-eleitorais adversos reduziram as condições de universalização da política instalada para o saneamento local, o que ainda não dá para concluir que a Capital tenha superado a enorme desigualdade existente nesse setor.

²⁴ FONTE: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) - Série Histórica (mdr.gov.br). Município Recife (PE) - Série Histórica SNIS 2010/2019. Brasília/DF, 2021.

NO COMPONENTE ACESSO AO ESGOTO SANITÁRIO, DESTACAMOS:

- aumento em 35,22% da extensão da rede de esgotos (km);
- aumento em 7,97% da quantidade de ligações totais de esgotos (domicílios);
- aumento em 33,82% da população total atendida com esgotamento sanitário e aumento em 12,34% do Índice de coleta de esgoto (62,55%/2010 e 74,89%/2019).

PROCESSOS

Desde os anos 2000 que, diante da permanência da falta de acesso à água e ao esgoto pela população brasileira (geral) e do Recife (particular), a atuação da FASE visou (a) minimizar as dificuldades para que o direito a ter saneamento se torne disponível, acessível e de qualidade para todos e todas e (b) fortalecer a incidência coletiva para que a agenda política pela existência e execução da aplicação pública da política nacional de saneamento se torne o meio seguro para a igualdade na oferta e no acesso a esse direito essencial à vida. Para tanto, a FASE percorreu os **seguintes processos**:

Educação popular e mobilização de sujeitos políticos para incidir na política de saneamento: para atuar em favor da política do saneamento, organizou metodologia de trabalho baseada em (a) processos de educação popular nos territórios locais; (b) fortalecendo o campo de atores e movimentos sociais em defesa do direito à cidade e (c) agindo como ator próprio na sociedade e nos arranjos institucionais participativos. Tais processos, nos últimos 20 anos, foram dinamizados com metodologias e ações de caráter diverso, desde a escuta comunitária, o diagnóstico participativo das situações cotidianas em áreas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e comunidades periféricas de sua atuação no Recife, até processos continuados de formação de lideranças populares, produção de conhecimento, campanhas, atos públicos, oferta de denúncias sobre violações, bem como participação institucional direta, com diálogos e parcerias com autoridades públicas e redes e fóruns da sociedade civil local e nacional.

Formação permanente em educação popular e produção de conhecimentos: diante da necessidade de compreender mais para poder apoiar e enfrentar melhor a problemática do saneamento – apontadas nos diálogos com as comunidades –, o primeiro passo da FASE foi desenvolv-

er ações de autocapacitação de sua equipe, o que logo se transformou em acúmulos compartilhado com outros sujeitos políticos e parceiros locais. O passo seguinte foi organizar uma programação anual de socialização, formação, qualificação de informações sobre saneamento destinados a associações, espaços de participação e lideranças / delegados e delegadas de Orçamento Participativo Recife, CONCIDADES, dentre outros que duram até hoje. A FASE também liderou e passou a realizar Chamadas Públicas visando o monitoramento acerca da obrigatoriedade da elaboração participativa do plano municipal de saneamento, como condição para acesso a recursos do governo federal nessa área, tendo realizado a coordenação da pesquisa “Planos Diretores Participativos” em que se observou também a indissociabilidade entre as problemáticas “moradia digna e saneamento ambiental” que veio a reorientar o tipo de atuação da FASE que passou a integrar essas duas agendas numa só desde então. Parcerias com setores de pesquisa da problemática do saneamento básico, saneamento ambiental e alternativas técnicas para o saneamento em periferias urbanas foram estratégicas para orientar as ações nos espaços de incidência da sociedade civil (FERU, por exemplo), bem como na construção e qualificação de propostas de plataformas eleitorais para candidaturas locais, ou em Audiência pública sobre a PPP do saneamento, na RMR.

Ação no “terreno” e iniciativas concretas do direito ao saneamento e à moradia: na passagem dos anos 2000 para essa década, o desenvolvimento de iniciativas de planos e projetos experimentais para moradia popular e saneamento em comunidades do Recife foi outra importante estratégia de trabalho. Ações diretas foram realizadas em comunidades do Recife como Zeferino Agra, junto a áreas coordenadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e nas ZEIS Caranguejo-Tabaiaras²⁵ (essa última com focos na educação e saneamento ambiental e limpeza de canal ²⁶), bem como no município de Feira Nova (construção de 100 casas para

²⁵<https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/acao-mobiliza-e-da-destino-certo-a-lixo-na-comunidade-caranguejo-tabaiaras-pe/>

²⁶ A monografia de Alexandre Ramos já registrava um dos pilares da desigualdade no acesso à água nessa comunidade que é o seu racionamento (CF. RAMOS, Alexandre Sávio Pereira Florianópolis. Os Impactos Socioambientais da Política de Racionamento de Água em Assentamentos Precários do Recife - O Caso de Caranguejo-Tabaiaras. Universidade Federal de Santa Catarina/Universidade Federal de Alagoas/FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA IBEROAMERICANA - Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos. Santa Catarina. 2006).

mulheres mandioqueiras, em parceria com Habitat Para Humanidade, Prefeitura, Centros de Mulheres de Vitória e de Glória do Goitá), todas elas como meio de mobilizar associações e movimentos para demonstrar a viabilidade técnica de implantação / experimentação dessas políticas no “terreno” concreto. Além da presença da instituição em Comitês de Bacias Hidrográficas (COBH’s) e no apoio emergencial às vítimas das enchentes na RMR e Mata Sul, nos anos 2000 e nessa década a FASE realizou incidência sobre a problemática do acesso à água, permanecendo até hoje como uma aprendizagem em situações de ajuda humanitária como a exigida pela pandemia provocada pelo novo coronavírus e seus efeitos negativos sobre o acesso à água.

Fortalecendo o campo de atores e movimentos sociais em defesa do direito à cidade: desde 2010, tanto as ações visando a ampliação e o convencimento de organizações e de lideranças para a agenda do saneamento passaram a ganhar qualificação e visibilidade nos atos, nos espaços, nas organizações, como as ações de formação específica voltada para mulheres e juventudes na problemática do saneamento (linguagens e exposições artístico-culturais voltados para o saneamento) foram momentos fundamentais para demarcar e sustentar a defesa da agenda do saneamento no Recife. Destaques desse processo fica para a mobilização de lideranças comunitárias femininas e para nossa participação direta na iniciativa “Cidades Seguras para as Mulheres”²⁷ que contribuíram para afirmar – desde o ponto de vista das mulheres – as condições essenciais para ampliação da agenda do direito à cidade, sendo o acesso à água e ao esgoto sanitário uma delas. A defesa e a sustentação da agenda do saneamento na década também ganham lugar na estratégia da FASE desde o fortalecimento de associações de moradores, até a presença e mobilização nos espaços de defesa do saneamento público, como o FNRU, Frente Nacional de Saneamento Ambiental (FNISA), Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS), dentre outras coalizões próprias da sociedade civil na defesa do direito à cidade.

Atuando como ator próprio na sociedade e nos arranjos institucionais participativos: em todos esses anos, como ator próprio, a FASE ocupou e manteve presença contínua em espaços e comissões de saneamento de Conselhos como o Conselho de Meio Ambiente (COMAM),

²⁷ Iniciativa de ActionAid, parceira da FASE, que juntou várias organizações do país nessa agenda.

CONCIDADES, COBH's, o que permitiu o diálogo e a formação conjunta entre equipe técnica de governos e da própria FASE. Essa presença propiciou à FASE (e parceiros) avançar, por exemplo, sobre elaboração de Emendas (aprovadas em 2011) para o orçamento público municipal que davam prioridade às mulheres no acesso à moradia digna (programas de habitação de interesse social dotados de infraestrutura de saneamento básico). Durante os anos de 2020 e 2021, a retomada da presença e do fortalecimento da FASE PE em ações emergenciais (com a pandemia da Covid-19, ações próprias nas comunidades) e na coordenação da Articulação Recife de Luta, fortalece a retomada da problemática da falta d'água nas periferias do Recife, obrigando a sociedade civil local a voltar a incidir de forma coletiva sobre a Companhia Pernambucana de Saneamento que, passados tantos anos, ainda não resolveu o problema da intermitência no fornecimento de água, deixando por dias muitos bairros desabastecidos²⁸.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

A FASE tem se conduzido como uma organização que fomenta a ampliação do debate urbano, desde a adoção de uma visão da urbanodiversidade até a questão do Direitos nas cidades, ambos visando acolher e dar visibilidade a novos direitos que emergem no cotidiano dos conflitos, a novas agendas e novos sujeitos em luta nas cidades.

Para o presente estudo, o **papel diferenciado** da FASE se fez pelos seguintes destaques:

- Presença e atuação em áreas pobres do Recife numa perspectiva da educação popular. Isso lhe conferiu um perfil de atuação que sustentou, com regularidade, as condições essenciais para se desenvolver incidência em política pública. Também lhe aportou um *mix de expertise* metodológica voltada para fortalecer o sujeito político para reivindicar seus próprios direitos e a destacar as injustiças ambientais produzidas por uma sociedade que reproduz a desigualdade, acentuando a seletividade na provisão de serviços e bens públicos.

²⁸ Acesse publicação sobre o assunto (https://issuu.com/ongfase/docs/publica_o_rls)

- Desde a década anterior, a FASE já atuava e reconhecia que os Conselhos das Cidades (CONCIDADES nacional, estadual e do Recife), o COMAM e os COBHS se constituíam em espaços fundamentais para elaboração e institucionalização de políticas, apesar da agenda de saneamento ser secundária na pauta da maior parte dos movimentos e governos, mesmo em um ambiente favorável à participação. Outra singularidade da ação da FASE foi assegurar e qualificar a problemática do saneamento ao mobilizar e participar de espaços próprios da sociedade civil (FERU; Comitê Popular da Copa; Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação Recife de Luta, dentre outros), contribuindo dessa forma para integrar esses processos de incidência institucional e de pressão popular em favor da agenda do saneamento.
-

- A FASE passou a se diferenciar e ganhar visibilidade política e técnica a partir do momento em que aceitou e coordenou um rico processo participativo (a conferência Municipal de Saneamento do Recife), contribuindo diretamente para a elaboração, institucionalização e gestão da política, dos arranjos e do orçamento de saneamento até então inexistentes e ou fragmentados no interior da máquina municipal
-

- Ao contribuir para lançar as bases da integração entre agendas da moradia, saneamento e meio ambiente, a FASE PE influenciou outros setores até então invisibilizados, como as mulheres catadoras de recicláveis, que reconheceram nessa agenda um caminho para compreender seu contexto socioambiental e a Segurança Alimentar e Nutricional de sua realidade, passando a demandar o acesso a tais direitos.²⁹ Em paralelo, há muito tempo, outras unidades da FASE em diferentes estados do país contribuíam e passaram a compartilhar acúmulos de leituras diversificadas sobre saneamento e água, aproximando-as da questão ambiental e influenciando conteúdos de espaços nacionais como Fórum Alternativo Mundial da Água (água como bem-comum e como um direito humano).³⁰

LIÇÕES APRENDIDAS

Algumas das lições aprendidas nessa trajetória de incidência em saneamento:

²⁹ <https://fase.org.br/pt/acervo/videos/mulheres-guerreiras-da-palha-do-arroz/>

³⁰ <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/declaracao-final-do-fama-reafirma-que-agua-nao-e-mercadoria/>

- Para desenvolver incidência em Política Pública – como é o caso de Saneamento –, deve-se reconhecer que ela requererá qualificação específica para defender publicamente proposições, razão pela qual a FASE investiu no conhecimento interno e na formação junto aos movimentos sociais e organizações parceiras.
.....
- De outro lado, é essencial conhecer, dar a conhecer e manter atualizadas informações sobre o saneamento, o que são condições básicas para habilitar o acesso ao debate da política. No entanto, são as experiências concretas de implantação de saneamento, de moradia ou de educação ambiental comunitária que aceleram não só a formação / qualificação de quem está envolvido, como servem de estímulo a que outros experimentos se realizem.
.....
- Nesse processo, aprendemos que é preciso aproveitar o contexto e o ambiente favoráveis à participação. Eles fazem a diferença e possibilitam que parcerias com autoridades públicas (seja na elaboração ou na implementação de ações pró-saneamento) impulsionam a estratégia de incidência, bem como a legitimidade de organizações como a FASE, os espaços das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) na agenda do saneamento, assim como produzem ganhos políticos ao gestor naquele determinado contexto.
.....
- No entanto, aprendemos também que apenas os aspectos formais da incidência e ou da construção técnica da política de saneamento não foram e não serão suficientes para enfrentar a desigualdade no amplo acesso pela população, o que explica em parte os baixos avanços dos indicadores em água e saneamento no país e, de modo particular, no Recife. Aprendemos ainda que, a disputa eleitoral crescentemente acirrada, a cada quatro anos, foi e se mantém como fator preponderante para descontinuar a progressão dessa política pública, uma vez que tal acirramento tem desestruturado as bases mais sólidas de acordos entre governos e sociedade, muitas das quais construídas desde conferências como as de saneamento. Aprendemos que o setor privado passou e continua a disputar, com sucesso, a gestão e a prestação dos serviços de água e esgoto como mercadoria (e não como um direito e um bem-comum), por vezes passando a se apropriar legalmente do orçamento público disponível, via PPP's.

- Outra aprendizagem bem desafiadora para organizações da sociedade civil é que a cultura de setorialização e segregação dos direitos básicos (moradia, saneamento, transporte etc.), fez e faz com que parte do movimento popular urbano ou de ONGs se vincule apenas a uma agenda, tornando-a sua prioridade e se distanciando da noção sistêmica dos “direitos nas cidades”, o que fez e faz ainda hoje com que agendas como saneamento sigam como pauta secundária. Aprendemos que evidenciar o caráter indissociável entre essas bandeiras de luta é um desafio de aprendizagem de grande valor e com potencial de integração das diferentes bandeiras de lutas em torno do enfrentamento às várias faces das desigualdades urbanas que estão não só saindo da invisibilidade, como revelando o surgimento de novos e diversificados sujeitos urbanos em luta.³¹
-

- Por fim, aprendemos que denunciar situações de violação de direitos no acesso à água e ao esgoto sanitário foi e permanece como recurso indispensável nas práticas de incidência em políticas de saneamento, razão pela qual foi relevante ter acionado iniciativas e instrumentos de exigibilidade de direitos como meio de ampliar visibilidade e o cumprimento de Leis, por meio de coletivos como Plataforma Direitos Humanos Econômicos Sociais, Ambientais e Culturais (Dhescas), Monitoramento Direitos Humanos, FNSA, FNRU, FERU, dentre outros que a FASE atuou e a quem agradece pelas alianças.

PERSPECTIVAS

Como vimos, a existência de um ambiente favorável à participação é essencial para que efeitos positivos em políticas públicas possam ocorrer. Nos últimos cinco anos, arranjos institucionais participativos sofreram desgastes severos mesmo na relação com governos populares, tendo sido praticamente extintos nos vários entes federativos, levando consigo boa parte das políticas construídas ao longo de anos com as organizações e movimentos sociais do país. Isso torna urgente e necessário a:

- Retomada dos canais de comunicação entre as organizações e seus espaços próprios e a comunidade ampliada (usuários, docentes,

³¹ Sobre essa dinâmica, favor conferir o estudo relacionado à emergência de novos sujeitos urbanos, nessa publicação.

lideranças locais) para reconstruir coalizões de atores comprometidos na retomada da agenda do direito ao saneamento, contra as desigualdades de acesso à água. Ambos são bens comuns e sua gestão deve ser pública. Juntos, o acesso a saneamento e água são dois fatores de promoção de saúde e segurança alimentar e nutricional. Enfrentar a insegurança hídrica é enfrentar uma das raízes da fome, pois, ela duplica em domicílios que não tem disponibilidade de água³².

.....

- Por isso, a FASE deve permanecer uma organização ativa na problemática do saneamento, apesar dos entraves do contexto, realizando o convencimento de lideranças comunitárias, dirigentes, e estimulando a pressão sobre autoridades públicas para a prioridade em saneamento, com maior articulação entre as OSCs para defesa política desse direito e seu plano nacional.
-

- Mesmo com o contexto desfavorável, a sociedade civil brasileira e a FASE nela, devem procurar fortalecer alianças com gestores municipais de perfil democrático, dirigentes e lideranças do Saneamento para retomada da agenda pública e dos respectivos Planos nacional e municipais de saneamento.
-

- Para tanto, será preciso resistir aos processos de PPP's e mercantilização da água/saneamento nos estados de atuação da FASE, fazendo uso de meios políticos e pedagógicos para demonstrar a relação de diversas lutas ambientais nas cidades com o saneamento, por exemplo, as relacionadas às mudanças climáticas, na defesa da água como um direito humano e ambos como um bem-comum.

³² <http://olheparaafome.com.br/> (*"Segundo a pesquisa VigiSAN, a proporção de domicílios rurais com habitantes em situação de fome dobra quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos (de 21,8% para 44,2%)"*)

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- Relatório da Oficina de Avaliação da Gestão do Saneamento Ambiental no Recife entre 2001 e 2004/Fórum de Reforma Urbana de Pernambuco. Recife, março de 2005.
.....
- <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/feru-promove-expedicao-ao-rio-capibaribe/>
.....
- <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/guia-explica-o-direito-ao-saneamento-ambiental/>
.....
- <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/recife-recebe-conferencia-internacional-sobre-saneamento/>
.....
- <https://ondasbrasil.org/declaracao-final-do-forum-alternativo-mundial-da-agua-fama-2018/>
Declaração final do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018
.....
- <https://ondasbrasil.org/wp-content/uploads/2020/09/Plansab-revisado-2019.pdf>
Plano Nacional de Saneamento



3

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGROECOLOGIA

MARIA EMÍLIA PACHECO,
GRAÇA COSTA,
LETÍCIA TURA E
ROSÉLIA MELO

CONTEXTO

Ao longo desta década vimos o Brasil sair e voltar ao Mapa da Fome, sem que nunca tivesse resolvido o problema da alimentação adequada e saudável, com aumento inclusive dos casos de obesidade e desnutrição.

Os últimos censos agropecuários têm demonstrado que a agricultura familiar, com suas várias identidades, apesar de ocupar as menores porções de terra no Brasil, é a responsável por parcela expressiva da produção de alimentos e do trabalho no campo no Brasil. Mas para os movimentos agroecológico e de soberania e segurança alimentar e nutricional, sua importância deve ir além disso. Assim, nos últimos anos estratégias territoriais e institucionais foram construídas e colocadas em prática para fortalecer a agricultura familiar e comunidades tradicionais como sujeitos articuladores dos espaços de produção de alimentos e lugares de vida, de proteção da biodiversidade e preservação do patrimônio natural e cultural, incluindo a diversidade das culturas alimentares, de emancipação das mulheres e combate ao racismo.

A agressiva dinâmica de expansão do agronegócio produziu fortes ações de resistência por parte dos movimentos sociais e articulação das lutas, nos planos nacionais e regionais. Como resultado, a última década foi marcada por contradições. Ao mesmo tempo em que políticas governamentais privilegiavam o agronegócio e obras de infraestrutura depredadoras do meio ambiente e violadora dos direitos, se constituíam políticas públicas e programas que, mesmo ocupando um lugar marginal na lógica dominante do Estado brasileiro, possibilitaram, não apenas melhorias nas condições de vida de agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais, como também espaços para incidência política, para além das ações de resistência.

Ao longo desse período a agroecologia se constituiu como alternativa e resistência territorial frente ao uso descontrolado de agrotóxico, à contaminação das águas, redução de áreas de plantio de alimentos, ampliando o diálogo entre campo e cidades, multiplicando-se pelo país iniciativas locais de acesso a alimentos saudáveis, via feiras, grupos de consumidores solidários, cestas camponesas etc. Enfrentou as dificuldades de escoamento da produção, as exigências de documentação impostas por

órgãos governamentais de inspeção que não respeitam a realidade em que vivem e trabalham agricultores familiares.

No final da década de 2020, vimos ampliar as enormes disparidades e forças entre os projetos de sociedade. Em poucos anos, a partir de 2015, as medidas recessivas de ajuste fiscal refletiram-se na redução brutal de orçamentos, desconstrução de programas e no abandono de políticas de proteção social.

O CASO EM RESUMO

Ao longo da década, a FASE aperfeiçoou sua estratégia de ação político-educativa expressa na interação entre a proposta da soberania e segurança alimentar e nutricional, baseada no Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, os princípios da agroecologia, socioambientalismo, do associativismo e cooperativismo e nos valores de igualdade de gênero e étnico-racial. Uma série de impactos foram gerados a partir da condução de processos formativos, articulados a uma contínua assessoria a grupos produtivos para a diversificação dos sistemas produtivos, organização da produção, beneficiamento com preparações culinárias e a inserção de coletivos de mulheres nos circuitos de comercialização, com a valorização das culturas alimentares e recuperação de alimentos tradicionais.

IMPACTOS

❶ Valorização da alimentação agroecológica e culturas alimentares

As redes territorializadas de agroecologia e comercialização e suas dinâmicas socio-organizativas produziram mudanças na melhoria da renda, nas condições de acesso e na qualidade da alimentação da agricultura familiar e dos diferentes públicos de consumidores com a valorização dos alimentos regionais.

❷ Fortalecimento de políticas públicas relacionadas à SSAN e à agroecologia

Novos conceitos e propostas foram incorporados regionalmente nos espaços institucionais e de articulação da sociedade, integrando a

abordagem agroecológica e soberania e segurança alimentar e nutricional: *alimentação adequada e saudável*³³ no combate aos agrotóxicos³⁴; diretriz agroecológica nos editais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); inovação de redes territorializadas no Programa Ecoforte.

3 Consolidação no plano nacional do papel da agroecologia

Agroecologia reconhecida como ciência, movimento social e práticas socioprodutivas, através da multiplicação e crescente visibilidade pública das iniciativas, ampliação do campo de influência e interação social de agendas compartilhadas entre agroecologia e saúde, justiça ambiental, dinâmicas econômicas de afirmação da agricultura familiar e dos direitos das mulheres, como contraponto ao agronegócio.

4 Liderança de grupos de mulheres nas dinâmicas socioprodutivas

Inserção de coletivos de mulheres nos circuitos de comercialização, como feiras e compras públicas; na gestão de agroindústrias familiares e comunitárias de preparações culinárias da cultura alimentar local, que geram renda e impulsionam a construção de sua autonomia econômica e política.

PROCESSOS

Integrando o núcleo executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no âmbito nacional, e a coordenação de articulações regionais de agroecologia – Rede de Intercambio em Agroecologia (GIAS) no MT; Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia), no Pará; Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA), que interage com o Fórum Baiano de Agricultura Familiar – a FASE contribuiu para as jornadas de preparação e realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs)

³³ A Alimentação Adequada e Saudável consiste na “realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados.” III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Por um desenvolvimento sustentável com segurança alimentar e nutricional, Documento Final, 2007.

³⁴ Ainda não foi aprovado o Programa Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos que se origina da articulação de proposta debatida em mesa de controvérsia no Consea e na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

e Encontros Regionais de Agroecologia (ERAs), em 2014 e 2018, com apresentação de experiências das regiões, que estimularam o intercâmbio e aprendizados entre as organizações da agricultura familiar, quilombolas, indígenas e agroextrativista.

No Encontro de Diálogos e Convergências, em 2011, como participante de outras redes e fóruns, a FASE favoreceu também a interação da ANA com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), o Grupo Carta de Belém e a, então existente, Rede Alerta contra o Deserto Verde³⁵.

A ação coordenada das instancias nacional e regionais da ANA, associada à dinâmica de grupos de trabalho produziu importantes sinergias. Um dos exemplos significativos resultou da convergência das ações do FBSSAN com ativa participação da assessoria nacional da FASE e equipe MT na criação e funcionamento do grupo de trabalho sobre segurança alimentar e nutricional. Uma publicação da ANA, em 2010, incluiu a experiência de promoção da agroecologia da FASE MT.

O espaço do grupo de trabalho Mulheres da ANA, onde também a FASE participa – assessoria nacional, Pará e Mato Grosso –, continuou visibilizando o papel crescente das mulheres na promoção da agroecologia, na luta contra as desigualdades, na elaboração de proposta de políticas públicas específicas, como o Programa de Inclusão Produtiva, impulsionando novas práticas.

Este ambiente propício influenciou a elaboração da diretriz que faz o diálogo entre as Políticas de Agroecologia e Produção Orgânica e de Segurança Alimentar e Nutricional³⁶, que recebeu aportes dos grupos atuantes nos espaços públicos de conselhos e comissões³⁷.

³⁵ O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências – Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Feminismos, Rede Alerta contra o Deserto Verde, contou com cerca de 300 participantes. A FASE participou da criação desse Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e integra desde então sua coordenação. Ver Carta Política do Encontro de Diálogos e Convergência em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/01/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias.pdf>

³⁶ Em 2010, o Decreto nº 7.272, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e regulamenta o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 2006), inclui em suas diretrizes “a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e base agroecológica...” E em 2012, o Decreto 7.794 que instituiu a Política Nacional de Agroecologia afirma que se orienta para “a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde”

OS CASOS DO MATO GROSSO E BAHIA

No âmbito regional, a FASE desenvolve também iniciativas agroecológicas nos estados do Pará e Espírito Santo, mas para efeitos desse estudo nos concentramos nos casos do Mato Grosso e Bahia.

As redes e organizações territorializadas compostas pelos coletivos socioprodutivos foram fortalecidas com a execução do inovador programa público de apoio a redes de agroecologia, denominado Ecoforte, para o qual as equipes do Mato Grosso e Bahia foram selecionadas em edital, nos últimos anos da década de 2020³⁸.

No Mato Grosso, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos do Sudoeste Mato-grossense (ARPA), a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP)³⁹ e o coletivo de animadoras e animadores do Banco de Informação sobre Sementes (BIS)⁴⁰, que integram o GIAS⁴¹, foram apoiados. Na Bahia, a AABA e a Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável do Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul (Coopeípe), que congrega 14 empreendimentos comunitários, dentre eles vários formados por mulheres, foram também inseridos nessa dinâmica⁴².

³⁸ Projeto com recursos da Fundação Bando do Brasil e BNDES. Na Bahia a FASE participou junto com a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e a ADSCAF (Agência de Desenvolvimento Sustentável e Comercialização da Agricultura Familiar) e na parceria com a ONG Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP).

³⁹ A ARPEP é formada por 4 coletivos de mulheres agroextrativistas: Grupo Frutos da Terra; Grupo das Margaridas; Grupo Amigas do Cerrado e Grupo Amigas da Fronteira.

⁴⁰ O BIS consiste em uma plataforma virtual onde são armazenadas as informações sobre as sementes que circulam na rede de troca. Um cadastro contém informações sobre as características de cada semente e/ou muda, e também informações dos agricultores/as que guardam e protegem essas sementes.

⁴¹ São 30 organizações e articulações que participam do GIAS. Além desses coletivos socioprodutivos, há representação de movimentos sociais, sindicatos e entidades de apoio.

⁴² Entre 2011 e 2020, a Fase Bahia assessorou 5.694 famílias, totalizando 22.262 pessoas (15.583 mulheres e 6.679 homens). Destas famílias, 4.860 foram assessoradas via Chamadas Públicas de Ater, 19.440 pessoas (13.608 mulheres e 5.832 homens). A FASE também atuou junto a 17 grupos de mulheres (171 mulheres), 514 jovens (364 mulheres e 150 homens), 2 cooperativas e 38 associações. Durante esses 10 anos suas ações alcançaram, 152 comunidades de 12 municípios do Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá. Monitorou de forma permanente 8 municípios, e 187 práticas de alternativas agroecológicas. Indiretamente, alcançou 5.568 famílias. A FASE Mato Grosso assessorou 2.571 famílias, totalizando 7.713 pessoas (5.013 mulheres e 2.700 homens). Destas, 2.271 foram assessoradas via Chamadas Públicas de Ater, 6.813 pessoas (4.428 mulheres e 2.385 homens). Trezentas (300) famílias, já contabilizadas, estão organizadas em 2 associações que por sua vez comportam 12 grupos de produção (4 deles de mulheres), além de outros 12 grupos produtivos. A FASE atuou em 151 comunidades de 14 municípios das regiões Sudoeste e da Baixada Cuiabana, fomentou e fortaleceu 493 Práticas de alternativas agroecológicas junto a 1.014 famílias. Indiretamente suas ações alcançaram 1.775 famílias.

As ações pedagógicas para a promoção da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional nos territórios atravessaram a década, seguindo vários caminhos. Diagnósticos rurais participativos, intercâmbios, elaboração de planos de assistência técnica e cursos de formação contemplaram os princípios da agroecologia, como a diversidade de produção de alimentos sem agrotóxicos e transgênicos e coleta de frutos nativos; saúde ecológica do solo baseada na reciclagem dos seus nutrientes; manejo ecológico e conservação da diversidade biológica das paisagens silvestres e das sementes.

A realização do exercício dos testes sobre contaminação dos transgênicos e o monitoramento sobre o impacto dos agrotóxicos no Mato Grosso, articulou-se com a participação da equipe na coordenação nacional da *Campanha Permanente* contra os agrotóxicos e pela vida e contribuição na formulação das propostas para o *Plano de Redução do Uso de Agrotóxicos*.

Na Bahia, a execução e participação na construção de políticas públicas estaduais, como a chamada pública de ATER-Agroecologia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Foram muitos os desafios enfrentados na transformação dos alimentos, suas preparações culinárias, assim como para a sua comercialização. Mapeamento da produção de cada associação ou coletivo da agricultura familiar e agroextrativista; formação sobre princípios cooperativos e adequação de normas sanitárias para a construção de agroindústrias e cozinhas comunitárias⁴³, reflexões sobre o valor dos alimentos e as culturas alimentares locais, são alguns exemplos. A necessidade de atender às exigências de mercado, com garantia de melhor renda aos agricultores foi impulsionando a estratégia de certificação participativa de produtos.

Essas ações propiciaram aos atores engajados na produção, transformação, distribuição e consumo criarem um sistema de inter-relações formando circuitos de mercado para a comercialização⁴⁴. Apreciados nos

⁴³ Na Bahia são 10 cozinhas comunitárias geridas por grupos de mulheres em: São Paulinho (Teolandia), Calumbi, Tesoura e Novo Horizonte (Presidente Tancredo Neves), Gervasio e Bananeiras (Valença), Rio do Braço, Capelinha do São José, duas Barras do Fojo e Pindoba (Mutuípe), Tabuleiro da Santa (São Miguel das Matas).

⁴⁴ No Mato Grosso, houve intercâmbios de culturas alimentares, pois aí vivem quilombolas, agroextrativistas, agricultores e agricultoras familiares assentados da reforma agrária, com a presença de comunidades constituídas de imigrantes de outras regiões do país.

cardápios das escolas, através do Programa de Alimentação Escolar⁴⁵; vendidos na loja de produtos agroecológicos na Bahia e nas feiras agroecológicas, tanto no Mato Grosso, como na Bahia; presentes nas exposições, como a Mostra dos Produtos do Cerrado, no Mato Grosso, e a Feira Baiana da Agricultura Familiar, em Salvador, na Bahia; festejados em celebrações tradicionais, como a festa da banana na comunidade quilombola da Mutuca, no Mato Grosso, os alimentos foram despertando o interesse de vários públicos. Com o propósito de manter esse interesse, expandir circuitos de mercado e afirmar a identidade dos produtos da agricultura familiar, tornou-se necessária a análise de sua composição nutricional, consultoria para marketing e design gráfico para a criação dos selos e marcas: “*Afagos da Terra*” e “*Selo da agricultura familiar*,” na Bahia, e “*Cerrado-Produção Extrativista*,” no MT.

O Mato Grosso inovou sua estratégia com a proposta da **Rota de Comercialização nos Caminhos da Agroecologia**, para mobilizar em rede de comercialização as organizações socioprodutivas, no trajeto que liga o município de Comodoro a Cuiabá, perfazendo cerca de 730 km de distância. Envolve diretamente mais de 20 organizações, grupos informais, comunidades tradicionais e indígenas. Cerca de 500 famílias estão hoje articuladas neste caminho⁴⁶. Os alimentos são entregues em vários municípios: mercearias; pequenos restaurantes e hotéis; consumidores/as em suas organizações e ou à domicílio; vendas efetivadas por um aplicativo e locais para cumprir contratos de PNAE, PAA e Compras Institucionais.

As vozes das mulheres, que se constituíram na maioria do público das ações da FASE, ecoaram nos territórios com as propostas educativas voltadas para a afirmação de seus direitos. Participaram ativamente das atividades de assistência técnica e troca de saberes, a exemplo dos Agentes Multiplicares de ATER, na Bahia, em sua maioria mulheres.

⁴⁵ Ver estudo Incidência e Acesso a Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Agroextrativismo nesta publicação.

⁴⁶ Envolve organizações do Vale do Guaporé, como o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Comodoro (Coopermaf); da região de Jauru, Mirassol Doeste e Porto Esperidião, respectivamente, como a ARPA, a Cooperativa de Produção Agroecológica da Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso (Cooparas), a Cooperativa de Agropecuária de Jauru (Cooperjauru), e a Associação Portense de Apicultores (APA); de Cáceres, como a Associação Flor do Ipê, a ARPEP, Associação das Mulheres da Agricultura Familiar Araras do Pantanal (AMAFAP) e a Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável (Coopersol); e da Baixada Cuiabana, com o a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Ribeirão da Mutuca/ACORQUIRIM, Associação São Manoel do Pará e Monjolo/ASMPari e Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Capão Verde.

Orientaram-se para a auto-organização de grupos produtivos agroecológicos; mobilizaram-se para novos aprendizados em diálogo com a equipe técnica nas atividades de formação para gestão econômico-administrativa de agroindústrias e cozinhas comunitárias, e participaram nos circuitos de comercialização.

Os fundos rotativos solidários, um aprendizado importante para as agricultoras na Bahia, contribuíram para a resiliência de grupos produtivos. Ainda na Bahia, a juventude, também com significativa participação de mulheres, foi integrada no trabalho, através do *Projeto Semear – Jovens gerando renda na agricultura familiar*. Essas ações de caráter técnico foram articuladas com atividades de formação sociopolítica e oficinas sobre a violência contra as mulheres.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

A FASE aposta na agroecologia como um contraponto ao agronegócio, partilhando o ideal de respeito às diversidades locais e à convivência com os ecossistemas, tendo em conta relações justas de comercialização, trabalho e gênero na produção de alimentos e criação de animais. Nesse sentido, as ações da FASE para a promoção da agroecologia e soberania e segurança alimentar e nutricional vão desde a diversificação da produção, associada à utilização de técnicas de manejo sustentável do solo, da flora e dos recursos hídricos e a baixa dependência de insumos externos, passando pela proposição e execução de políticas públicas, associativismo comunitário, além do acesso à terra e defesa do território.

Para o alcance desses impactos, a FASE inicia sua ação a partir de um trabalho político-pedagógico, junto a organizações de agricultores e agricultoras familiares, de quilombolas e de agroextrativistas, baseado em processos formativos continuados com uma abordagem interseccional. Assim, estes processos buscam tanto constituir e fortalecer sujeitos como protagonistas de seus direitos articulados em redes socioterritoriais, quanto relacionar a agroecologia à conservação ambiental e da biodiversidade, à garantia da soberania, segurança alimentar e nutricional e à equidade de gênero, raça e etnia.

Em consonância, paralelamente, a FASE trabalha para a formação de um tecido associativo em prol da agroecologia e a soberania, segurança

alimentar e nutricional, constituindo e fortalecendo organizações, redes e campanha, no âmbito local e nacional, que se integram em um sistema de inter-relações entre atores engajados tanto na produção, transformação, distribuição e consumo, quanto no ensino, na pesquisa e na luta por direitos. Dessa interação, formam-se circuitos de proximidade para a comercialização de alimentos locais e valorização das culturas alimentares, incorporando a abordagem de “construção social de mercados” – com interação de várias iniciativas: feiras, empório, venda na porta, mercado institucional. Esse mesmo tecido associativo se articula para a construção e execução de políticas públicas, a denúncia e a defesa de direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal como o direito humano à alimentação e saúde e artigo 225 sobre meio ambiente.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Importância do planejamento e monitoramento frequentes do processo produtivo (qualidade das sementes, práticas segundo os princípios da agroecologia, etc.), para não haver risco de desarticulação do sistema produtivo com falta do fornecimento de produtos nas iniciativas associativas de comercialização.
.....
- As perspectivas agroecológicas para a construção de um ambiente favorável para avançar em políticas públicas, apontam para demandas de investimentos em programas de comercialização, especialmente de mercados sociais e institucionais.
.....
- Relevância do diálogo com universidades e organizações sociais para a realização de pesquisas participativas e diálogo horizontal de saberes, com reconhecimento e respeito à diversidade sociocultural.
.....
- A circulação de sabores dos produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo e saberes tradicionais sobre o manejo e usos sociais da biodiversidade para influenciar a difusão de hábitos alimentares de outras regiões e a revalorização de tradições de cultivos regionais.
.....
- O fortalecimento do trabalho coletivo das mulheres, através dos grupos produtivos, amplia sua autonomia política e econômica e favorece a consolidação do trabalho de agroecologia nos territórios.

- Promoção de ações de fomento para iniciativas conduzidas por jovens nos sistemas produtivos e comunidades, garantem sua permanência no campo.

PERSPECTIVAS

A FASE continuará contribuindo para a mudança dos sistemas de provisão alimentar seguindo o caminho de construção social de mercados com o foco na territorialização, e princípios do direito humano à alimentação, soberania alimentar e agroecologia. A ênfase na preservação do patrimônio natural e cultural se traduz no apoio à reprodução social da agricultura familiar e agroextrativismo, com suas práticas, costumes e saberes das culturas alimentares tradicionais, valorização dos alimentos *in natura* agroecológicos e preparações culinárias.

No âmbito da construção social de mercados⁴⁷ supõe:

- 1 A continuidade das iniciativas existentes dos circuitos de proximidade entre agricultores(as) e consumidores(as), como a consolidação da inovadora proposta em curso da Rota de Comercialização nos Caminhos da Agroecologia no Mato Grosso, de ação em rede, com a participação ativa das mulheres;
- 2 Diversificação e ampliação de iniciativas, por exemplo, feiras, pontos de venda em lojas físicas e virtuais, cestas em domicílio, serviços no próprio estabelecimento e comunidades com ações do agroturismo e gastronomia;
- 3 Formação de CSAs – Comunidades que Sustentam a Agricultura, que estabelecem o compromisso entre o consumidor e agricultor com pré-financiamento, e favorecem o consumo responsável e a defesa da agricultura familiar e agroextrativista.

Esse compromisso institucional está associado à incidência no plano nacional para a reconstrução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, seus programas e espaço de participação e controle

⁴⁷ A construção social de mercados inclui também a responsabilização do Estado com compras públicas conforme abordado em outro estudo desta publicação.

social da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). No plano local cresce também a perspectiva de criar municípios e territórios agroecológicos, no campo e na cidade.

Junto à perspectiva de ampliar o apoio à organização das mulheres, com a adoção do instrumento das Cadernetas Agroecológicas que visibilizam o trabalho das mulheres em seu processo de emancipação, agregamos como desafio a incorporação da relação entre sistemas alimentares e a questão racial.

São perspectivas que se opõem aos processos de desterritorialização, artificialização, padronização e oligopolização da produção e da tendência ao aumento do consumo dos produtos ultraprocessados.

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- Caderno Pedagógico – Agroecologia, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Maria Emília Lisboa Pacheco Vanessa Schottz Daniela Oliveira (Orgs), Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional e Articulação Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, 2014. Aborda o tema das políticas de desenvolvimento de territórios rurais com a perspectiva agroecológica a partir de vários exemplos com a construção e negociação de políticas públicas setoriais sobre: sistemas agroflorestais e legislação ambiental; soberania alimentar e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, assistência técnica e financiamento da transição agroecológica. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Caderno-Fase_ANA.pdf
.....
- Revista Proposta – Natureza e alimentos: soberania e segurança alimentar e nutricional Nº 119, Ano 33, FASE, Rio de Janeiro, 2009. Aborda criticamente as consequências da chamada “Revolução Verde” com as propostas de biotecnologia de manipulação genética das empresas em contraposição às propostas dos movimentos sociais que defendem a manutenção da agrobiodiversidade para a soberania e segurança alimentar e nutricional. <https://fase.org.br/pt/acervo/arquivo-revista-proposta/edicao-119-ano-2009/>
.....
- Revista Proposta – Fome, pobreza e os caminhos para a soberania alimentar. Maria Emília L. Pacheco e Maureen Santos (orgs), Nº 130, Ano 44, FASE, Rio de Janeiro, 2021. Expõe os desafios da interligação das crises alimentar, ambiental e climática no contexto da tragédia da fome e da pandemia da Covid 19; examina os sentidos e impactos da Cúpula dos Sistemas Alimentares e apresenta análises e propostas sobre questão do abastecimento alimentar, mercado e compras públicas; bloqueios e perspectivas para a valorização dos sujeitos de direitos e culturas alimentares. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Proposta-130-ELETRONICA.pdf>
.....
- Nota Técnica – Sementes Tradicionais - Franciléia Paula de Castro e Robson Prado, FASE, Mato Grosso, 2021. Aborda práticas de manejo agroecológico em agroecossistemas para a conservação e multiplicação de sementes e mudas tradicionais. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/06/AF_FASE_NOTA_TECNICA-01.pdf

- Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody, Liliam Telles. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Tendo como base teórica a Economia Feminista. As Cadernetas evidenciam que o trabalho das mulheres rurais é fundamental para a alimentação das famílias e também para a sustentação do conjunto da economia. Ao dialogar com os Ecofeminismos, mostram como essa produção é imprescindível para o manejo adequado do ambiente, através da preservação da biodiversidade. **https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/10/2021-LIVROCADERNETAS_FINAL_WEB.pdf**
.....
- Soberania e Segurança Alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências. Org. Silvia do Amaral Rigon, GT Soberania e Segurança Alimentar da ANA, RJ, FASE, 2010. O adensamento desse debate, expresso nas experiências, mostrou-se, sobretudo no IV ENA, em 2018, no seminário sobre o tema Comida de verdade no campo e na cidade: caminhos e diálogos entre Agroecologia e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e na apresentação da Campanha do FBSSAN – “Comida é patrimônio” - iniciada em 2015. Uma publicação da ANA, em 2010, incluiu a experiência de promoção da agroecologia da FASE MT. **<https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2013/12/Agroecologia-e-SSAN.pdf>**
.....
- CASTRO, Franciléa P. Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2-16. **<https://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=4959>**
.....
- DEMETER, P. R.; OITICICA, F. F.; MELO, R. B.; CUNHA, J. A.; FALCAO, O. C.; SOUSA, V. S.; ANDRADE, N. A. Revista de Sistematização sobre “Jovens gerando renda na Agricultura Familiar”. REVISTA. 2015.

VÍDEOS QUE REGISTRAM A INTERVENÇÃO EDUCATIVA DA FASE BAHIA

- No Vídeo 1 **<https://youtu.be/9R8VA1BdctY>**, se registram momentos da intervenção relacionados aos Grupos de Mulheres e Jovens. Tem

depoimentos de protagonistas envolvidos em ações consagradas à construção de relações de gênero e de geração mais equitativas. Podem-se ver alguns dos passos concretos feitos na construção de maior autonomia econômica de mulheres e de jovens agricultores familiares.

.....

- No Vídeo 2 <https://youtu.be/yWClh-X3EHc>, se faz uma síntese de passos dados pela FASE Bahia no apoio à diversificação da produção das famílias agricultoras alcançadas pela intervenção. Contém depoimentos sobre como essas famílias vêm se organizando em associações e na cooperativa, para promover a construção social de mercados que valorizem e fortaleçam a Agricultura Familiar.

.....

- No Vídeo 3 <https://youtu.be/6jO66jKXjRw>, se abordam aspectos da busca por alternativas de geração de renda através do acesso a políticas públicas e programas governamentais como o PNAE e o PAA, enfatizando ainda as preocupações da FASE e das famílias com a Segurança Alimentar e Nutricional das pessoas.

.....

- No Vídeo 4 https://youtu.be/Fk_UiOggdDg, aparecem momentos registrando esforços feitos pela FASE e famílias agricultoras participantes, no sentido da promoção da agroecologia

4

AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE DE SUJEITOS POLÍTICOS NAS CIDADES

CAROLINE RODRIGUES,
JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO
E RUDRIGO RAFAEL

CONTEXTO

A acelerada urbanização que teve lugar no Brasil, sobretudo na segunda metade do século passado, vinculou-se a um processo de industrialização e crescimento econômico que não propiciou a incorporação produtiva e a integração socioeconômica de grande parte dos contingentes populacionais expulsos do campo por um processo de expansão da agricultura capitalista altamente excludente. Hoje 85% da população brasileira vive em cidades diversas entre si – metrópoles, médias e pequenas cidades, cidades periurbanas. Nas últimas décadas, o processo de desindustrialização precoce, aliado a um cenário recorrente de estagnação econômica, aprofundou esse quadro de exclusão produtiva, com a explosão do desemprego, da informalidade e do trabalho precário.

No período inaugurado pela Constituição de 1988, com a eleição de governos democráticos e/ou progressistas e com a abertura de espaços de incidência sobre as políticas públicas, ampliaram-se as lutas populares voltadas para a realização da agenda do direito à cidade (habitação, saneamento, transporte, regularização fundiária etc.).

A captura da agenda urbana pelo capital imobiliário (como ocorreu no programa Minha Casa Minha Vida) e a instrumentalização dos espaços de controle social por estes agentes contribuíram para a frustração das expectativas de movimentos urbanos em relação às políticas públicas.

O modelo de cidade mercadoria que historicamente orientou a produção das cidades no Brasil se aprofundou com a financeirização do espaço urbano e os megaeventos esportivos ocorridos no país (2014 – 2016). O ciclo de protestos de junho de 2013 já explicitava, entre outras coisas, o aumento das desigualdades urbanas decorrente deste modelo, o qual promoveu políticas de militarização das cidades, violações de direitos humanos, violência racial e o extermínio de jovens negros.

É nesse cenário de confronto do Estado e de corporações com os interesses da maioria que se dá a emergência de uma diversidade de sujeitos políticos nas cidades, junto aos quais a FASE atuou nos territórios periféricos e de favela.

O CASO EM RESUMO

O desmonte das políticas públicas urbanas e o fechamento dos espaços de participação institucional necessários à sua implementação, somado à consequente perda da capacidade de incidência política dos movimentos populares urbanos cujo protagonismo marcou o período anterior a 2013, impuseram enormes desafios para garantia do direito à cidade e dos direitos nas cidades.

Uma pluralidade de sujeitos políticos que compõem o tecido associativo urbano passou a disputar a agenda urbana utilizando-se de novas práticas políticas de resistência e, ao mesmo tempo de resiliência. Tais sujeitos passaram a reivindicar direitos locais ou territoriais que historicamente não foram contempladas pelas políticas urbanas. A constituição desses sujeitos políticos foi marcada pela afirmação das novas identidades, pela ampliação da consciência de gênero, pela ampliação da sua identidade racial e pela afirmação de sua identidade territorial.

IMPACTOS

A avaliação dos impactos do trabalho da FASE se faz no quadro do reconhecimento de que a histórica resistência da população negra e das mulheres hoje, se expressa, em crescente protagonismo e incidência política dessas populações na defesa e proteção de seus direitos.

Afirmção das novas identidades nos territórios de favelas e periferias

A afirmação de múltiplas identidades pelos sujeitos políticos das favelas e periferias – jovens, negros, mulheres, mães de vítimas, periféricos – foi central para garantia de direitos. A participação em diferentes espaços e grupos de pressão é parte das novas práticas e agendas de luta que caracterizam os sujeitos coletivos nas cidades, assim como a valorização dos seus territórios como lugar de vida, em contraposição à percepção destes como espaço de crime e da violência⁴⁸. Nos últimos anos, tal

⁴⁷ Um exemplo da valorização dos territórios deu-se com a Campanha “Mulheres Negras pela Vida” (Recife, 2019), uma iniciativa da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco que buscou dialogar com a sociedade sobre as violências que atingem cotidianamente as mulheres negras, geradas pelo racismo, machismo e a discriminação de classe. <https://fase.org.br/pt/informe-se/>

percepção foi reforçada pela priorização de investimentos estatais em segurança pública em detrimento das demais políticas públicas, o que contribuiu para a explosão da violência contra as populações das favelas e periferias. Por meio da produção de informações⁴⁹, organização de atos públicos⁵⁰ e ações de incidência⁵¹, a FASE contribuiu para superar a invisibilidade pública das violações de direitos nesses territórios e para a crítica à militarização das cidades. A FASE também denunciou a transmissão geracional do racismo e da desigualdade⁵², contribuindo para que esses sujeitos e suas organizações ampliassem sua consciência em relação ao futuro e valorizassem o acesso a direitos como educação e saúde.

A afirmação das identidades também se constituiu em meio às lutas contra os grandes projetos de urbanização e a especulação imobiliária⁵³.

noticias/campanha-mulheres-negras-pela-vida-fala-da-luta-das-mulheres-em-pernambuco/. No Rio de Janeiro, um exemplo foi a “Cartografia Social Urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Mangueiras” (2015), que sistematizou as estratégias de resistência criadas por mulheres impactadas por projetos de desenvolvimento urbano. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Cartografia_CajuMangueiras.pdf

⁴⁹ Produção e divulgação do “Boletim Informativo Mensal do Fórum Suape Espaço Socioambiental nº3” (2016), que denunciou a existências das “milícias de SUAPE” coagindo moradores por meio de violências físicas e psicológicas <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/JORNAL-FORUM-EM-A%20C3%87%20C3%83O-SETEMBRO16-min-min.pdf>; produção e divulgação da publicação “Desenvolvimento urbano e violência institucional: os impactos da militarização da cidade na vida das mulheres” (2015), que foi distribuído no ato do dia 9 de dezembro de 2015 https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Fase_Informativo_web-Mulheres.pdf

⁵⁰ Organização do Ato Público dia 9 de dezembro de 2015 : “As diversas violências, o racismo e o machismo matam as mulheres da favela todos os dias” realizado no Rio de Janeiro para visibilizar as violações de direitos sofridas por mulheres de favelas e periferias em decorrência da militarização da cidade; produção do vídeo “Mulheres Negras: história de luta na cidade” (2015) que registra o Ato do dia 9 <https://www.youtube.com/watch?v=QI5hmTbE2fk>; organização do Ato Público do dia 26 de outubro de 2016, realizado em Recife para denunciar as violências praticada pelo Complexo Industrial do Porto de Suape e visibilizar a morte do pescador e agricultor Luiz Abílio de Souza, que adoeceu após ser removido do seu sítio no Engenho Tiriri, município do Cabo de Santo Agostinho. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/BOLETIM-INFORMATIVO-FORUM-EM-A%20C3%87%20C3%83O-N%20%20BA-5-PDF.pdf> , participação na “Marcha Basta de Violência! Outra Maré é Possível” (2017) que reuniu cerca de 4 mil pessoas no interior do conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, para pedir paz na comunidade após a morte de 18 pessoas da comunidade num período de 4 meses. <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/moradores-da-mare-rj-realizam-ato-contraviolencia/>

⁵¹ Mobilização da Carta “Medidas para o Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco” (2015), enviada à Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/04/carta-jovens-PE.pdf>

⁵² Sobre a transmissão geracional do racismo consultar o artigo “Jovens negras do Brasil e a transmissão geracional do racismo e da desigualdade” (2015), publicado no encarte especial da edição nº 100 do Le Monde Diplomatique Brasil https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/11/encarte-Juventudes_Le-monde_Oxfam-Brasil.pdf

⁵³ Em Recife o Consórcio Novo Recife desenvolveu projeto que visava construir mais de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares (apartamentos de R\$400 mil e R\$1 milhão) na

A resistência desses sujeitos políticos para permanecerem em seus territórios gerou impactos relevantes. Na área de atuação da FASE destacam-se casos como os dos moradores do Morro da Providência e da região portuária do Rio de Janeiro, em que se conseguiu impedir a remoção das moradias, defender o espaço público e os bens comuns. A mobilização do Fórum Comunitário do Porto (Rio de Janeiro)⁵⁴ gerou pressão e reduziu o número de casas a serem removidas em 70%. No Recife, o movimento *Ocupe Estelita*⁵⁵, mesmo não tendo conseguido barrar o projeto dos especuladores, desencadeou mobilizações em defesa dos bens comuns.

• **Constituição de coletivos enquanto sujeitos políticos**

Diversos coletivos de territórios de favelas e periferias do Recife e Rio de Janeiro, muitas vezes em estágios incipientes de organização, se afirmaram enquanto sujeitos políticos relevantes na defesa de seus direitos: Mães de Manguinhos (Rio); Fórum de Manguinhos (Rio); Articulação Recife de Luta (Recife); coletivos de jovens (Recife e Rio); coletivos de mulheres jovens negras (Rio e Recife); associação de catadoras e catadores de recicláveis (Recife). Em resposta a condições extremamente precárias e a situações de violência estatal ou paraestatal novas estratégias de resistência foram construídas por esses sujeitos coletivos, tais como: articulação de coletivos entre territórios e municípios; afirmação cultural por coletivos de juventude negra. A atuação desses sujeitos teve capacidade de questionar o modelo de cidade e a lógica da militarização, ampliando a denúncia e visibilização da violência policial nos territórios periféricos e de favela.

área do antigo cais José Estelita, além de estacionamentos para cerca de cinco mil veículos. O projeto causou indignação em grande parte da população e deu origem ao Movimento Ocupe Estelita. No Rio de Janeiro, o Projeto Porto Maravilha implementou ações para a revitalização da área portuária por meio de uma Operação Urbana Consorciada que, à época, não era permitida pelo Plano Diretor vigente (1992). As obras foram realizadas dentro da maior parceria público privada do país, correspondente a 7,6 bilhões de reais, financiados pelo FGTS. A Concessionária Porto, formada pelas empresas Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, foi a responsável pelas obras. O Projeto promoveu a remoção de moradores do Morro da Providência, primeira favela do país, provocando um boom imobiliário na região central da cidade. A mobilização popular contra esse Projeto deu origem ao Fórum Comunitário do Porto.

⁵⁴ Mais informações disponíveis no blog do Fórum Comunitário do Porto <https://forumcomunitariodoporpto.wordpress.com/>; no documentário produzido pela Fase “Território Ocupado” <https://fase.org.br/pt/acervo/videos/territorio-ocupado/> e na publicação da Fase “Cartografia Social Urbana: Transformações e Resistências na Região Portuária” https://issuu.com/ongfase/docs/fase_web.

⁵⁵ Mais informações disponíveis nas redes sociais do movimento: <https://www.instagram.com/ocupeestelita/> e <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>.

PROCESSOS

Historicamente a FASE contribuiu para o fortalecimento da agenda do direito à cidade por meio da sua participação no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), cuja agenda tradicionalmente organizou-se a partir da lógica do planejamento urbano e, por consequência, era altamente dependente das políticas públicas. A paulatina erosão das políticas urbanas que estavam em construção nas áreas de moradia, saneamento, transporte, trânsito e regularização fundiária, dentre outras somada ao esvaziamento das instâncias de participação e dos mecanismos de controle públicos fizeram com que a FASE abdicasse de sua representação no Conselho Nacional das Cidades (2016) e avaliasse os limites de sua atuação no FNRU.

Esses retrocessos geraram um processo de transição na FASE, que resultou no aprofundamento do diálogo com a pluralidade de sujeitos políticos e agendas territoriais, as quais ganharam maior visibilidade após o ciclo de protestos de junho de 2013. A FASE ampliou seus canais de interlocução com sujeitos coletivos oriundos dos diferentes “lugares” dos feminismos, das ocupações de imóveis vazios em áreas centrais, das juventudes, dos movimentos, das mulheres pescadoras urbanas, quilombolas e indígenas nas cidades, de ambulantes e do comércio informal, das práticas de agricultura urbana, dos ativistas da cultura, dentre outras expressões de um “urbano alargado”. Tais expressões demonstraram potencial de resistências e de reivindicação por novos direitos nas cidades.

Foi o caso do Rio de Janeiro, quando, por exemplo, a FASE passou a atuar no Complexo de Mangueiras em 2011. O Fórum Social de Mangueiras e o coletivo das Mães de Mangueiras (Rio de Janeiro) explicitaram o carácter desumano da militarização das periferias urbanas bem como o racismo institucional que orienta as políticas públicas implementadas nestes territórios⁵⁶. A criação do Fórum se deu a partir das violações de direitos decorrentes da implementação do programa das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) e do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) neste território. O coletivo “Mães de Mangueiras” foi fundado por

⁵⁶ Parte do trabalho da Fase em Mangueiras está sistematizado no vídeo depoimento “Mulheres Negras: história de luta na cidade” (2015) <https://www.youtube.com/watch?v=QI5hmTbE2fk>

Fátima Pinho e Ana Paula Oliveira em 2014, após o assassinato de seus filhos por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP de Manguinhos.

Ainda no Rio de Janeiro, o trabalho com o Fórum Comunitário do Porto (FCP) também fortaleceu sujeitos que se organizaram desde lugares menos hierarquizados, com estruturas menos rígidas do que as que fazem parte da tradição do associativismo urbano brasileiro. Formado por moradores da área portuária, principalmente aqueles diretamente afetados pelas obras do Porto Maravilha; moradores de outras localidades impactados por grandes projetos de desenvolvimento; entidades culturais; ONGs; universidades; movimentos sociais; o FCP manteve-se mobilizado enquanto havia ameaça concreta de violação de direitos pelo projeto Porto Maravilha e outros projetos correlatos.

A FASE Pernambuco, desde o trienal 1999/2001, definiu fortalecer as mulheres e as juventudes em suas estratégias e iniciativas. O trabalho com as juventudes tinha o lastro da implementação de políticas de afirmação e inclusão dos jovens pretos e pretas nas universidades⁵⁷. Muitos dos sujeitos políticos jovens com os quais a FASE trabalhou foram os primeiros de suas famílias que acessaram a universidade e ocuparam um lugar que historicamente lhes foi negado.

O aumento no grau de instrução contribuiu para uma maior capacidade de questionamento e de incidência democrática por parte desta juventude. Nesse sentido, o trabalho da FASE buscou afirmar os direitos das juventudes periféricas bem como buscou problematizar o não acesso a direitos que esses sujeitos possuem. Em Recife, desde 2016 a FASE implementou o Projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo, que teve como um dos seus resultados importantes a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do estado para debater estratégias de combate à violência contra as mulheres negras e fazer uma cobrança ao Governo do Estado de soluções eficazes.

⁵⁷ Por políticas afirmativas entende-se um conjunto de medidas tomadas a partir de 2003 quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Entre as medidas destacamos: promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2003, que introduziu no currículo o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; e aprovação da Lei federal 12711/2012, que garantiu a implementação de cotas raciais em pelo menos 50% das vagas das universidades federais.

Outro acontecimento importante foi a criação da Associação de Catadoras e Catadores de Recicláveis, a partir de um diálogo estabelecido com a Prefeitura do Recife, que pretendia instalar galpões para reciclagem e formar cooperativas nas Regiões Político-Administrativas da cidade. A FASE contribuiu em 2014 com a formação de um grupo de 40 mulheres, na comunidade de Palha do Arroz, considerando quatro eixos: Desigualdades de Gênero e Racismo e o Direito à Cidade; Organização, Novas Leis Ambientais e Saúde da Mulher. O processo durou 6 meses, com dois momentos de formação por semana.

Em uma cadeia produtiva ainda muito desigual, onde os homens dominam, é importante ressaltar que nesse período essas mulheres, que em sua maioria nunca haviam participado de processos formativos, tiveram oportunidade de trocar com outras lideranças mulheres, presidentes de cooperativas e de conhecer in loco experiências da economia popular. Além do avanço na organização política, vale ressaltar que o processo também envolveu ter realizado uma pesquisa sobre a questão da insegurança alimentar, e no final foi definido como uma forma de resistência e denúncia da insegurança alimentar, a implantação de horta comunitária e de quintais produtivos.

Essa década foi marcada por uma intensificação do enfrentamento às formas de mercantilização da cidade. Uma das novidades que gerou repercussão nacional neste sentido foi a luta do Ocupe Estelita e com ele houve toda uma reativação de debates como o do processo de revisão do Plano Diretor do Recife, da participação, da gestão pública e do direito à cidade. A FASE está conectada a essas dinâmicas locais e tem atuado com outras organizações, mapeando conflitos urbanos e seus agentes.

Pensando a convergência desses processos, a Articulação Recife de Luta (ARL) surge em 2018, por ocasião do processo de Revisão do Plano Diretor, mas acaba assumindo o papel de aglutinar o campo político remanescente do Fórum Estadual de Reforma Urbana com novos sujeitos que surgiram na última década, como o MTST Brasil, CAUS, CPDH, SINTRACI, Coletivo Caranguejo Tabaiares Resiste etc. O que tinha como pretexto o debate sobre um instrumento urbanístico, acabou se constituindo como uma frente de resistência e ação pelo direito à cidade, atuando em casos de ameaça de despejo, no enfrentamento à pandemia e em diversos conflitos urbanos.

Esse “alargamento do urbano” ainda está em curso e a FASE está nele posicionada a partir dos territórios, em diálogo e construção permanente com esses sujeitos que seguem movendo lutas pelo direito à cidade.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

Ampliação do debate sobre o urbano: A FASE tem se consolidado como uma organização com uma contribuição técnica e política para o debate sobre a cidade e seus sujeitos. A última década foi marcada por um giro no debate sobre o urbano, que foi se deslocando do ideário da reforma urbana para os direitos nas cidades. A FASE teve uma atuação nesse processo, trazendo questões como a do urbano alargado, dos bens comuns⁵⁸, dos territórios e do bem viver nas cidades. Tal papel não se deu a partir de debates meramente teóricos, mas a partir do acompanhamento de conflitos territoriais e do fortalecimento dos sujeitos que atuam e surgem dessas dinâmicas. Neste sentido, podemos afirmar que a FASE vem fortalecendo sujeitos impactados pelas desigualdades e violências urbanas e contribuindo também com a criação de ferramentas que deem conta dos desafios. Esse processo se desdobra de ações de formação, mobilização e organização até uma incidência política e produção de análises que questionam o atual modelo de cidade e o significado do desenvolvimento, visibilizando outras práticas juntos com organizações territoriais e redes.

Metodologias e Inovação: a FASE investiu na elaboração e implementação de metodologias participativas como os mapeamentos, levantamentos, campanhas, cartografias, relatorias gráficas etc. O emprego dessas metodologias, com uma abordagem baseada na educação popular, contribuiu para gerar dados, informações e análises sobre esses processos, servindo também de ferramenta de articulação política entre os sujeitos e territórios⁵⁹.

⁵⁸ FASE participou do programa Conexão Futura sobre Cidades Insustentáveis (2015) problematizando a diversidade das cidades e as diferentes formas de vida possíveis nelas. <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/fase-participou-do-programa-conexao-futura-sobre-cidades-insustentaveis/>

⁵⁹ Parte dessas metodologias foi sistematizada nos documentos: “Cartografia Social: Olhares dos Jovens da Maré sobre Direito à Cidade e Injustiças Ambientais” (2015) https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Jornal_Cartografia_Mare_Maio2015.pdf artigo “Análises Cartográficas do cotidiano” (2017) <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/analise-cartografica-do-cotidiano/> vídeo “Cartografia social: olhares de jovens da Maré” (2014) <https://fase.org.br/pt/acervo/videos/cartografia-social-olhares-de-jovens-da-mare/>

Fortalecer a atuação em articulação e a de novos sujeitos: Uma das características de destaque da FASE é o de fomento de espaços coletivos de construção política e o investimento para o surgimento de novas entidades populares, com capacidade de gerar processos de maior fôlego como o Articulação Recife de Luta, Fórum Comunitário do Porto, Mães de Manguinhos, Fórum Social de Manguinhos, como já destacado.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Diante da heterogeneidade do tecido associativo contemporâneo e da diversidade de sujeitos políticos nas cidades aprendemos a identificar as múltiplas opressões estruturais (raça, classe, gênero) que cruzam a vida destes sujeitos e a interpretá-las pela chave da interseccionalidade, conceito que propicia a interpretação dos problemas urbanos que entrecruzam a trajetória dos sujeitos políticos. A FASE aprendeu que a interseccionalidade é uma prática política fundamental para construção de processos de resistência social, possibilitando convergências políticas num momento em que a afirmação das identidades tem gerado competição, individualismo e o empreendedorismo de si mesmo. Por exemplo, mesmo sem deixar de afirmar suas diferenças e identidades os sujeitos políticos, em sua maior parte jovens e mulheres periféricos, têm buscado “aquilombar-se”⁶⁰. Percebem que as necessidades que possuem são necessidades coletivas e se fortalecem mutuamente.

- Os sujeitos políticos nas cidades reivindicam crescentemente o direito de fala, o direito de serem ouvidos, desejam contar suas narrativas a partir de uma perspectiva própria, produzir conhecimento sobre si e sobre seu território. Nesse processo, a FASE aprendeu que o perfil e a trajetória de um educador popular, a raça, o gênero, a identidade sexual e a classe social são elementos importantes e estar atenta ao risco de

⁶⁰ Originalmente os quilombos foram territórios de organização social alternativa à sociedade colonial escravocrata onde pessoas escravizadas se refugiaram e desenvolveram sua cultura. A ideia do quilombo enquanto refúgio permanece no imaginário brasileiro e, contemporaneamente, vem sendo ressignificada como “instrumento ideológico contra as formas de opressão, passando de instituição clandestina a símbolo de resistência” (NASCIMENTO, 2006). Nesse sentido, o “aquilombamento” é uma forma de resistência cultural, política, social dos homens e mulheres negros, que se contrapõe à lógica neoliberal de controle dos corpos e individualismo extremo e inspira as práticas políticas contemporâneas.

que o campo das organizações da sociedade civil também reproduza as opressões de raça, classe e gênero, constitutivas da sociedade brasileira, e que vêm sendo tensionadas pelo próprio processo de afirmação dos sujeitos nas cidades.

.....

- Outro aprendizado é relativo à segurança dos indivíduos, lideranças e coletivos urbanos atingidos pela violência e dos próprios educadores da FASE. A atuação da FASE com esses sujeitos nos faz estar mais vulneráveis. Nesse contexto, a FASE vem reconhecendo que o adoecimento psíquico em decorrência da militância ou do trabalho como educador popular é um fato, assim como o autocuidado e a segurança digital são necessários.

PERSPECTIVAS

Existem processos em curso com desdobramentos necessários, como, por exemplo, o enfrentamento da pandemia e seus impactos nos novos sujeitos, que devem se estender para além da pandemia. Nesse sentido, o trabalho da FASE deverá manter as ações de solidariedade, mas também no trabalho de denúncia e combate às desigualdades socioeconômicas aprofundadas nesse contexto.

É fundamental valorizar ações nos territórios já que é no cotidiano destes territórios que a violência e violações têm se intensificado. O trabalho no território não deve se desconectar da escala mais ampla das lutas urbanas. As ações territoriais da Fase devem favorecer articulações políticas capazes de pautar as demandas destes territórios e conectar essas experiências com uma escala global, abrindo diálogo com redes e organizações internacionais.

Considerando o acúmulo da Fase com metodologias participativas, devemos aprimorá-las e ampliar seu uso na formação política dos sujeitos, na produção de informações qualificadas sobre a cidade e no desenvolvimento de tecnologias sociais de participação social.

Tendo em vista as transformações do tecido associativo, a Fase deve buscar fortalecer concepções de políticas urbanas que superem a perspectiva da “Reforma Urbana” e que estejam alinhadas com a defesa dos bens

comuns nas cidades. Ao que tudo indica, a gestão pública das cidades seguirá orientada pela lógica neoliberal de militarização das cidades, portanto, o horizonte das políticas públicas deve contemplar a diversidade do “urbano ampliado” e as necessidades postas pela “questão social urbana”; tendo como exemplos disso a soberania alimentar, a questão ambiental, o direito ao trabalho e à moradia e a questão da violência.

Reafirmar que a atuação da Fase seguirá voltada para o trabalho de educação popular e incidência política com mulheres, juventudes, negros e negras, pescadoras e pescadores, agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras informais, moradores e moradoras de favelas e periferias, movimentos sociais urbanos.

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- Ao longo de 2015, a FASE realizou um conjunto de oficinas sobre desenvolvimento e movimentos sociais no Brasil, como parte de um ciclo de debates que culminou na realização de um seminário nacional sobre o tema. Muitos dos acúmulos das reflexões coletivas estão na publicação “Ciclo de Debates – Desenvolvimento e Movimentos Sociais.

https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/11/FASE_CICLO_DE-BATES.pdf

.....

- O livro *“A luta urbana por seus protagonistas: Direito à Cidade, Direito nas Cidades,”* editado pela FASE, compartilha percepções e expectativas sobre o ativismo popular urbano no Brasil, especialmente a partir do Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará.

<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>

.....

- *“Territórios de utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil”*: o sexto número da série Caderno de Debates apresenta diferentes iniciativas de Cartografia Social desenvolvidas pela FASE nos últimos anos. Esse processo participativo revela diferentes realidades sociais, ambientais e territoriais, visando contribuir para o processo de articulação e integração de lutas.

https://issuu.com/ongfase/docs/caderno6_web

.....

- *“Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro”*: o terceiro número da série Caderno de Debates traz uma coletânea de artigos que contribuem para o entendimento sobre o que significa o atual modelo de desenvolvimento e sobre quais são suas consequências no contexto brasileiro.

https://issuu.com/ongfase/docs/caderno_debates3_web-1



5

AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DAS MULHERES

LUIZA DE MARILLAC MELO,
RACHEL BARROS E
TACIANA GOUVEIA

CONTEXTO

A construção e fortalecimento da autonomia econômica e política para mulheres é uma luta histórica que se atualiza a partir dos obstáculos criados pela estrutura patriarcal e racista. Nos últimos 10 anos, a sociedade civil brasileira tematizou a autonomia das mulheres em ações, políticas públicas e mobilizações.

No que diz respeito à dimensão econômica, as mulheres do campo ampliaram sua participação nos programas nacionais de aquisição de alimento e de alimentação escolar, gerando ganhos para a agricultura familiar e para as redes produtivas. No entanto, essas mudanças foram insuficientes para alterar o quadro estrutural de violência e subordinação. A participação das agricultoras continuou sendo invisibilizada pela cultura machista, responsável pelo baixo número de mulheres nos espaços cooperados e detentoras do título de propriedade da terra.

Quanto à dimensão política, as mulheres que habitam os espaços urbanos vivenciaram um início de década favorável à sua autonomia. A violência doméstica foi enfrentada com a implementação do “Disque 180” para denúncia e acolhimento de mulheres (2011) e a criação da lei do feminicídio (2015); o trabalho da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e políticas de ações afirmativas no ensino superior (2012) instituíram ações de enfrentamento ao racismo; as trabalhadoras domésticas tiveram seus direitos reconhecidos (2013). Contudo, as mulheres continuaram com baixa presença na formulação de políticas públicas e nos espaços de poder.

Demarcamos que a partir de 2015 as medidas de congelamento do teto de gastos (PEC 55), reformas trabalhistas e previdenciária, a perda do status de ministério da SEPPIR, retrocessos nas políticas de fomento à agricultura familiar e o impeachment de Dilma Rousseff aprofundaram o cenário desfavorável para as mulheres. O discurso cristão conservador passou a ser uma das principais justificativas ideológicas para atacar a sua autonomia política e econômica.

Como reação ao conservadorismo, movimentos e mobilizações de mulheres lutaram pela manutenção do direito à democracia, tais como Marcha das Vadias (2011), Marcha das Mulheres Negras (2015) e das

mulheres indígenas (2019), assim como movimento de Mães e Familiares de vítimas da violência estatal (2015) e as manifestações contra a criminalização do aborto (2016).

Essa trajetória de mudanças e continuidades, avanços e retrocessos nas lutas sociais das mulheres por sua autonomia precisa ser analisada olhando para diferentes situações. Para este estudo, focalizamos as mulheres que vivem tanto no campo como nas cidades, priorizando processos nacionais e em quatro estados: Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O CASO EM RESUMO

Na última década registram-se importantes avanços na participação política e econômica das mulheres que resultaram de suas lutas e mobilizações em prol dos seus direitos. No entanto, registrou-se também um aumento vertiginoso das escaladas das violências doméstica e do feminicídio sobre as mulheres que, por sua vez, atravessaram um contexto econômico, social e sanitário dos mais negativos sobre suas vidas e a de seus familiares – especialmente as mais pobres e negras. É nesse contexto de contradições e desafios que a FASE, a partir de seu acúmulo, desenvolveu e expandiu iniciativas que impactaram positivamente as condições de participação econômica e política das mulheres, apesar das dificuldades e do reconhecimento que há ainda um desafiante caminho a percorrer.

IMPACTOS

As mulheres têm sido cada vez mais as presenças majoritárias em todas as ações realizadas pela FASE no RJ, PE, BA, MT, ES, PA ou via Grupo Nacional de Assessoria (GNA), Fundo SAAP e Fundo DEMA: por exemplo, em 2019, elas constituíram 65% de todas as pessoas envolvidas em nossas ações; isso possibilitou que a FASE realizasse acompanhamento direto a cerca de 120 grupos, coletivos, organizações de mulheres ou ainda que alcançasse cerca de 16.265 pescadoras, em projetos como “Chapéu de Palha da Pesca Artesanal”, em parceria com outras 14 organizações.

Números como esses são exemplos de como os impactos gerados nesse estudo são resultantes do conjunto largo de estratégias, metodologias de trabalho, parcerias e ação própria da FASE em articulação com outros sujeitos políticos de defesa dos direitos das mulheres, em especial, fóruns, redes e movimentos de mulheres. Nesse estudo, trabalhamos com dois elementos de impactos, sendo (i) autonomia política e (ii) autonomia econômica das mulheres, a partir dos casos estudados no RJ, PE, MT e BA.

Do ponto de vista da **autonomia política**, avaliamos que a FASE contribuiu para ampliação do campo de alianças políticas para a defesa dos direitos das mulheres nos espaços e dinâmicas urbanas, fortalecendo ao mesmo tempo as organizações e movimentos de mulheres como sujeitos políticos autônomos nas articulações e lutas em torno dos direitos nas cidades. A associação desses elementos das práticas da FASE na defesa dos direitos das mulheres, em 10 anos, produziu os seguintes impactos:

- **Reconhecimento e legitimidade das pautas de luta das mulheres em espaços de incidência política mistos**, como foram os casos das Plataformas do Direito à Cidade, produzidas pelos Fóruns de Reforma Urbana entre 2011 e 2015 e a atuação das organizações de mulheres, com destaque para as mulheres negras, na Articulação Recife de Luta nos últimos anos.

.....

- **Ampliação e fortalecimento das ações de enfrentamento à violência estatal, institucional e doméstica**, como são os casos da criação da Coletiva Articuladas no Rio de Janeiro e da Campanha pela Vida das Mulheres Negras, realizada em parceria com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

A associação de tais impactos produz a ampliação do campo de alianças políticas para a defesa dos direitos das mulheres nos espaços e dinâmicas urbanas, fortalecendo ao mesmo tempo as organizações e movimentos de mulheres como sujeitos políticos autônomos nas articulações e lutas em torno dos direitos nas cidades.

Do ponto de vista dos elementos de impactos relacionados à **autonomia econômica**, destacamos ampliação da visibilidade das mulheres na

produção da agricultura familiar, criando assim possibilidades mais sustentadas para a melhoria de suas condições de vida e trabalho. A associação desses elementos das práticas da FASE na defesa dos direitos das mulheres, em 10 anos, produziu os seguintes impactos:

- **Ampliação de políticas públicas destinadas às mulheres e suas organizações**, particularmente nos anos iniciais da década. Em 2011, a FASE participou do Grupo Consultivo do Grupo Gestor do PAA. Nesse período foi aprovada a Resolução nº 44, do Grupo Gestor desse Programa, assegurando o mínimo de 5% da dotação orçamentária anual para as organizações de mulheres, bem como definiu que 40% a 30% delas participassem como produtoras fornecedoras de várias modalidades do PAA. Em 2013, as Chamadas Públicas de ATER estipularam que 50% fossem destinadas às mulheres que trabalhavam com agroecologia e produção orgânica. A existência dessas políticas, articuladas às estratégias da FASE para acompanhamento e assessoria a grupos produtivos de mulheres, produziu um **aumento da participação das organizações das mulheres no acesso ao PAA e PNAE**, especialmente nos estados do MT e BA.

-
- **Fortalecimento e reconhecimento de categorias de mulheres produtoras**, como foi o caso das 16 mil mulheres pescadoras em Pernambuco (com a Secretaria da Mulher/PE, no Programa do “Chapéu de Palha da Pesca Artesanal”, 2012 a 2019).

PROCESSOS

Na última década registram-se importantes avanços em leis no país que resultaram de lutas e mobilizações das próprias mulheres em prol dos seus direitos. No entanto, registrou-se também um aumento vertiginoso das escaladas das violências doméstica e do feminicídio sobre as mulheres que, por sua vez, atravessaram um contexto econômico, social e sanitário dos mais negativos sobre suas vidas e a de seus familiares – especialmente as mais pobres e negras –, cujas marcas são de um Brasil crescentemente mais violento, mais desigual e mais hostil à sobrevivência e à participação política das mulheres.

É nesse ambiente que a ação da FASE vai se realizar e, apesar das

garantias formais previstas em leis⁶¹ visando a igualdade de gênero, a ampliação da participação política das mulheres e ou de sua autonomia econômica, a instituição sabia que ainda estavam desfavoráveis as condições de obtenção de mudanças concretas no cotidiano da imensa maioria das mulheres, o que tornou e ainda torna o Brasil um país com muitos entraves a mudanças cultural, econômica e social em favor dos direitos fundamentais das mulheres.

A FASE ajudou a impulsionar tais dinâmicas e experiências tanto via Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como por exemplo, através da participação no grupo de trabalho sobre gênero e segurança alimentar e nutricional, como também por sua participação direta nos CONSEAs de Mato Grosso e da Bahia. Nesses estados, a FASE abrigou metodologias de trabalho com mulheres agricultoras diretamente em seus territórios de produção e de incidência coletiva.

No que diz respeito ao trabalho de formação e mobilização das mulheres, também foi de grande importância para organizações como a FASE a aprovação, em 2015, da Lei do Feminicídio que o configurou como crime de homicídio qualificado e, já em 2018, a entrada em vigor da lei que caracteriza o assédio como crime, dentre outras tipificações. Exemplos como esses contribuíram para sinalizar a importância e o lugar das organizações de mulheres e suas redes, fóruns, articulações na manutenção da agenda pública por seus direitos, com efeitos sobre toda a sociedade. A par dessa situação, a FASE se manteve uma organização solidária com as mulheres, atuante e presente em suas trajetórias de lutas no campo, na floresta, nas águas, nas cidades, tendo participado e contribuído de forma direta em diferentes regiões para proteção de seus direitos, tendo contribuído para o reconhecimento e legitimidade das pautas de luta das mulheres em espaços de incidência política mistos e para a ampliação e fortalecimento das ações de enfrentamento à violência estatal, institucional e doméstica. A metodologia do trabalho da FASE esteve atenta

⁶¹ A própria Constituição Brasileira, de 1988, passou a reconhecer direitos iguais aos homens; ampliou os direitos civis, sociais e econômicos das brasileiras, bem como estabeleceu a igualdade de direitos e deveres conjugais, instituindo-se o princípio da não discriminação por sexo, a proibição da discriminação no mercado de trabalho e seus direitos sexuais e reprodutivos. De outro lado, fruto da organização e das mobilizações das mulheres e suas organizações, em 2006, a Lei Maria da Penha marca um ponto de inflexão muito importante em favor dos meios legais e sua aplicabilidade no enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo um instrumental de luta em uso nos territórios e junto aos públicos com quem atuamos.

na defesa e valorização dos princípios da autonomia política e econômica das mulheres, bem como ao lado da união e da solidariedade que mobilizou movimentos sociais e organizações do país em torno dessa pauta.

De outro lado, a FASE se mobilizou para criar as oportunidades e estratégias de trabalho orientados à ampliação das políticas públicas destinadas às mulheres e organizações com quem atuava, bem como para fortalecer e reconhecer diferentes categorias de mulheres como produtoras de saberes agroecológicos e alimentos saudáveis.

Naquele contexto, no âmbito da Agricultura Familiar, outras Leis e Programas contribuíram diretamente para a autonomia econômica das mulheres no país. Iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foram centrais para mobilizar as mulheres para dentro das dinâmicas econômicas produtivas no campo, bem como para oferecer novos referenciais à própria experiência de geração de renda, trabalho e associativismo a grupos e organizações de mulheres que passaram a incidir nas políticas públicas nessa área.⁶²

A FASE ajudou a impulsionar tais dinâmicas e experiências tanto via Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como também via CONSEAs de Mato Grosso e da Bahia. Nesses estados, a FASE abrigou metodologias de trabalho com mulheres agricultoras diretamente em seus territórios de produção e de incidência coletiva.

Como parte de sua estratégia de ação, também registra nessa trajetória a participação própria da FASE e sua incidência em espaços da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres. Além de assento em Conselhos e Comitês de políticas públicas, a organização manteve presença em espaços da sociedade civil que realizavam (e ainda realizam) incidência, denúncias, proposições de agendas dos direitos das mulheres ou em campanhas, marchas, atos e mobilizações locais e nacionais,

⁶² Sobre esse aspecto, favor conferir estudo de impacto relativo à incidência da FASE nas políticas públicas do PAA e PNAE.

a exemplo do GT de Mulheres da ANA, da Marcha das Margaridas, das Mulheres Negras, das Mulheres Indígenas ou ainda em espaços de elaboração e controle das políticas para as mulheres, realizando diálogos, audiências com autoridades governamentais, fortalecendo os espaços institucionais para incidência em políticas para as mulheres.

Por fim, a FASE também procurou mobilizar diretamente as mulheres e suas organizações nos estados em que atua para que exercessem o direito à vocalização de suas próprias lutas e agendas de incidência coletivas, passando a incentivar grupos de mulheres e suas organizações para participação em espaços institucionais e espaços próprios dos movimentos de mulheres, assim como de mobilizações nacionais já destacadas acima, apoiando a constituição local de redes de solidariedade entre mulheres e suas organizações.⁶³

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

Podemos afirmar que um diferencial da FASE no trabalho com mulheres – enquanto organização mista – é o fato de poder se relacionar e agregar uma diversidade crescente de identidades em suas ações, com isso tendo acesso a um largo perfil de grupos, coletivos e coalizões de mulheres no país.⁶⁴ Essa condição tem permitido dialogar com diferentes aspectos

⁶³ Ao apresentar o papel diferencial da FASE, observaremos melhor algumas ações diretas como as de solidariedade (vigílias, ações emergenciais, de cuidado-autocuidado, de apoio psicológico para saúde mental de mulheres militantes em situações pessoais/familiares muito complexas) e as coalizões políticas mobilizadas (como a Articuladas/RJ; Mães de Manguinhos/RJ; Rede de solidariedade e autocuidado entre pescadoras/PE; Apoio psicológico mulheres mães jovens e negras/PE; Articulação Recife de Luta - PE; Mulheres e jovens agricultores familiares da BA e do MT).

⁶⁴ As mulheres com quem a FASE tece relações diretas nessa última década são, em geral, mulheres jovens e adultas; pobres, negras, de periferias, de assentamentos urbanos, bairros populares, do campo, das águas, da floresta; são mulheres que estão no centro dos conflitos e das iniciativas de resistência às violações; são interessadas na formação oferecida pela FASE; elas conduzem seus filhos pequenos nessas iniciativas; são militantes de organizações de mulheres, de coletivos, de base local periférica, de sindicatos, de organizações populares, de movimentos sociais, movimentos de povos e comunidades tradicionais, sendo elas próprias pescadoras, marisqueiras, catadoras, agricultoras familiares, da agroecologia, extrativistas, quilombolas, indígenas, empreendedoras, costureiras, artesãs, processadoras de matéria-prima que se convertem em produtos alimentares, dentre outros. As mulheres jovens são, em geral, integrantes de coletivos de juventude, pequenas Ongs e organizações populares, do movimento estudantil e cultural, de organizações de mulheres ou próximas a organizações feministas, além de estarem ligadas ao ensino fundamental e superior. Em geral, mobilizam outras mulheres lideranças para os espaços de incidência coletiva e são mulheres que cuidam e se importam com a vida de outras mulheres, de seus territórios e do meio ambiente.

das pautas trazidas por elas, estabelecendo relação com as Causas da FASE, desde os territórios e necessidades cotidianas mais concretas.

Para lidar com essa diversidade, a FASE começou sua trajetória valorizando e investindo no seu primeiro ciclo que foi de **desenvolvimento institucional interno**.

Nesse ciclo se procurou propiciar um ambiente favorável ao trabalho com mulheres, atualizando diretrizes, estratégias, metodologias e ações nacionalmente articuladas. É daí que essa década registra a instituição e o fortalecimento da “Causa das Mulheres”, que passou a compor o Plano Estratégico Institucional, ainda vigente. Como fruto, se constituíram GTs, coletivos e espaços internos dedicados à Causa, a exemplo do GT Mulheres; Coletivo de Assessoria da Causa 4-Mulheres.

Esse processo interno demandou ações de formação, produção de diagnóstico, sistematização, dentre outros, que procuraram evidenciar a autoformação/capacitação interna da equipe para pedagogia de trabalho com mulheres. Produções, diagnósticos e análises acerca das condições de vida, foram fundamentais para compreensão do contexto, das áreas de moradia, trabalho, relações familiares das mulheres com quem a FASE trabalha, bem como para qualificar a abordagem e estabelecer relações de trocas com as mulheres e suas organizações, a exemplo das mulheres catadoras, pescadoras, fruticultoras, sem-teto, costureiras – PE; moradoras de favelas e periferias; quilombolas, camponesas, agricultoras – MT e BA; jovens negras – PE e RJ.

Na sequência, a FASE procurou elaborar metodologias especialmente orientadas para:

- A** Integrar o trabalho coletivo entre organizações / coletivos de mulheres e sua aplicação em contextos de afirmação da coesão social e política dessas mulheres (Metodologia FAE Mulheres/SAAP – PE e RJ; metodologia “rede de formação de educadoras e trabalhadoras da fruticultura e da pesca – PE”; caderneta agroecológica – BA, MT);
- B** Favorecer o intercâmbio interno e trocas de saberes na FASE, visando elaboração, difusão, compartilhamento de conhecimentos / pesquisas / estudos de casos sobre as mulheres e com as mulheres

(fortalecimento iniciativas produtivas das mulheres e comercialização – BA; PE; MT; e das redes (REDHUMA – PE; ARPEP – MT; Rede Mulheres Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá-BA) e Articuladas (RJ).

O segundo ciclo desse processo foi o **fortalecimento institucional das organizações das mulheres e suas práticas de solidariedade**. Para isso, a FASE procurou:

- Ⓐ Fortalecer os Fundos SAAP e Dema (FAE Mulheres/SAAP – PE, BA, MT, RJ; elaboração de projetos / editais, gestão de recursos, Fundo Dema/Dorothy);
- Ⓑ Desenvolver orientação e assessoria técnica em “desenvolvimento institucional e organizacional” voltado para as organizações, coletivos de mulheres, dentre outros para se qualificarem mediante a oferta de editais e gestão de recursos e
- Ⓒ Apoiar experiências de constituição de fundos Rotativos Solidários para atividades produtivas das mulheres (MT e BA).

Por fim, o terceiro ciclo foi o que a FASE investiu mais diretamente em práticas de educação popular, com **formação, produção, aperfeiçoamento e aplicação de metodologias do fazer coletivo das mulheres e suas práticas econômicas**, tanto no Mato Grosso como na Bahia.⁶⁵ Nesses estados, a FASE apoiou processos de autonomia econômica das Mulheres, por meio de assessoria técnica (ATER); mobilizou na Baixada cuiabana mulheres quilombolas, comunidades tradicionais, coalizões como GIAS, CONAQ, Rede de Mulheres Quilombolas para a conservação e multiplicação da agricultura tradicional, de sementes crioulas, dos quintais produtivos, das plantas medicinais, na captação de água. Na Bahia, a FASE seguiu fortalecendo a autonomia política das mulheres, processo amplamente registrado em vídeos, a exemplo da Cooperativa e organizações de mulheres agricultoras.⁶⁶ A partir de suas lutas, elas ajudaram a

⁶⁵ É singular destacar dois expoentes: na Bahia, a Associação de Mulheres de Duas Barras do Fojo (Mutuípe) e a Redes de Mulheres do Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá e, no Mato Grosso, a ARPEP, em 2013, premiada como organização “Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável”.

⁶⁶ O trabalho dessas mulheres resultou em produção e em oferta de alimentos para hospitais, asilos, creches, escolas do sistema público, chegando, portanto, a milhares de alunos, mães, crianças, idosos. Acesse pelo <https://www.youtube.com/user/ONGFase>.

qualificarsuasprópriasproblemáticas,identificando suas origens, as soluções e as pautas defendidas coletivamente; fortaleceram o associativismo com outras mulheres agricultoras (Vale do Jiquiriçá-BA ou em Mato Grosso), conceberam o agroextrativismo pelo olhar das mulheres produtoras do Pantanal (ARPEP e AMAFAP) ou fortaleceram seus negócios com o aplicativo “Rota de Comercialização” e através da implantação de feiras livres.

LIÇÕES APRENDIDAS

A diversidade do trabalho com mulheres desenvolvido pela Fase ao longo dos anos oportunizou a construção de um repertório de conhecimentos que possuem rebatimentos na forma como as ações de educação popular são executadas, dentre os quais destacamos:

Reconhecer que o trabalho com mulheres necessariamente envolve a compreensão multidimensional do lugar que elas ocupam na sociedade.

Aprendemos que toda ação desenvolvida com este público necessariamente precisa considerar os diferentes lugares que ocupam. Mulheres que atuam no campo, mas que também são donas de casa e realizam incidência política nos espaços institucionais, assim como as mulheres que passam por situações de violência que ocupam o espaço público demandam a garantia de direitos e criam espaços de cuidado coletivo. Na medida em que percebemos essas ações como complementares, aprendemos a trabalhar com a diversidade das mulheres e a criar formas de diálogo e apoio mais efetivos.

Importância do lugar das mulheres que são mães nos processos de luta contra a violência institucional.

Com as mães que tiveram seus filhos assassinados, moradoras de favelas e periferias, aprendemos a reconfigurar o lugar da maternidade como fala e posicionamento legítimo de denúncia. A presença destas mulheres no espaço público, sobretudo mulheres negras, tem sido um dos principais diferenciais na luta contra o racismo e contra a violência.

A Consolidação do trabalho com mulheres pela Fase incorpora a dimensão do cotidiano como elemento essencial de suas ações.

Na medida em que trabalhamos com mulheres que atuam em seus territórios de vida, que partem da sua experiência pessoal para construir suas ações políticas, compreender essa dimensão converteu-se num aspecto fundamental para a mobilização, construção de relações, elaboração de metodologias e manutenção das ações da Fase com as mulheres do campo e das cidades.

Compreensão de que o fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres contribui para a manutenção da sua autonomia política.

O trabalho de acompanhamento e assessoria desenvolvido pela Fase com mulheres do campo possibilitou a compreensão de que autonomia econômica e política como elementos complementares, na medida em que a organização coletiva das mulheres contribui de maneira decisiva para a sua autonomia política. O acesso das mulheres às políticas públicas de agricultura familiar, aquisição de alimento e alimentação escolar é resultado do estímulo à consolidação de associações, cooperativas e espaços de comercialização geridos e organizados de forma autônoma por elas.

PERSPECTIVAS

O trabalho que a FASE vem realizando junto às organizações de mulheres têm como ponto de partida e de chegada a ampliação da autonomia em todas as esferas da vida das mulheres. Autonomia não é um bem, nem mesmo um direito. Autonomia é um modo de existência e por assim ser, não está assegurada para sempre, ao mesmo tempo em que depois de conquistada jamais se perde por completo. A autonomia pode ser exercida individualmente, mas as condições de possibilidade para sua ampliação só se fazem coletivamente. Assim sendo, em contextos tão adversos como o que vivemos no começo da terceira década do século XXI é mais urgente do que nunca a FASE seguir fortalecendo as organizações de mulheres, pois são elas que têm o poder de definir quais os rumos das lutas e os modos de realizá-las. Considerando a centralidade da dimensão racial na

sociedade brasileira, também ressaltamos a importância de construir propostas voltadas para o combate ao racismo institucional, bem como o enfrentamento aos diversos tipos de violências cometidas contra as mulheres, ambas como parte de uma agenda ampla de mobilização e lutas na sociedade. Destacamos também a importância de assegurar o diálogo com os feminismos, especialmente o feminismo negro que tem pautado o debate sobre gênero, raça e violência de forma interseccional. Fortalecer as suas condições materiais de existência; apoiar suas articulações e incidências políticas; dar sustentação aos seus projetos econômicos; dar suporte às suas práticas, aos seus saberes e produção de conhecimentos; amplificar suas vozes e reivindicações. Pois a resistência se faz a cada dia, nas permanências dos avanços conquistados e na transformação daquilo que nos oprime e explora. Ou como diz Audre Lorde, no poema *Outlines*, “escolhemos uma à outra/ e as fronteiras das batalhas de cada uma/ a guerra é a mesma/ se perdemos/ um dia o sangue das mulheres coagulará/sobre um planeta morto/se vencermos/não há como saber/ procuramos além da história/ por um encontro mais novo e mais possível.”

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- FASE. Revista Proposta. A cidadania das mulheres. Rio de Janeiro, Dez/Mar 2005, Ano 28/29, nº 103/104.
.....
- Mulheres em Ação nas cidades periurbanas. Recife, 2011
(<https://issuu.com/ongfase/docs/mulheres-em-acao>).
.....
- FASE. Revista Proposta. Fome, pobreza e os caminhos para a soberania alimentar. Rio de Janeiro, Out/2021, nº 130 (**https://issuu.com/ongfase/docs/proposta-130-eletronica_1_**)
.....
- Série Cadernos FASE Aprendendo com o exercício de cidadania. Gouveia, Taciana. *“Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades?”* IN: Gênero nas políticas urbanas: um debate sobre a participação das mulheres. FASE. Recife, 2006.
.....
- FEIRA REÚNE GRUPOS DE MULHERES QUE CULTIVAM A AGRO-ECOLOGIA NO BAIXO SUL (BA): **<https://www.fase.org.br/pt/noticias/feira-reune-grupos-de-mulheres-que-cultivam-a-agroecologia-no-baixo-sul-ba/>**
.....
- Maria Emilia L. Pacheco, Vanessa Schottz e Rodica Weitzman: *“Mulheres construindo a Agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional”*. IN: Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas / organização Thalita Rody , Liliam Telles. – Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

6

REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA
E PROTEÇÃO
TERRITORIAL

JULIANNA MALERBA,
DANIELA MEIRELLES
E LEONEL WOHFAHRT

CONTEXTO

Dados referentes à concentração fundiária no Brasil são, por si só, reveladores do processo histórico de exclusão da maioria dos cidadãos do acesso à terra. Dados oficiais de 2017⁶⁷ indicam que metade dos 5.072.152 estabelecimentos rurais existentes no país tem 10 hectares ou menos e juntos detém apenas 2,28% das terras utilizadas para agropecuária. Enquanto 50.865 propriedades (cerca de 1% do total de estabelecimentos rurais) concentram 47,52% das terras agrícolas. Os dados também demonstram que aumentou de 45% para 47,5% a porção de terras ocupadas por estabelecimento com 1.000 hectares ou mais em relação ao censo de 2006, o que indica não apenas a persistência dessa problemática, quanto seu aprofundamento.

Por compreender que a democratização do acesso à terra é condição fundamental à superação das desigualdades, organizações da sociedade civil vêm atuando, no plano nacional e regional, em defesa da reforma agrária e da garantia de direitos territoriais a povos e comunidades tradicionais. No Pará e no Espírito Santo, a FASE tem apoiado o reconhecimento dos direitos territoriais de agroextrativistas, pescadores/as e quilombolas. Nesses estados, e ainda na Bahia e Mato Grosso, também assessora assentados/as rurais que produzem alimentos saudáveis por meio de práticas agroecológicas e da gestão coletiva.

Todos esses territórios vivenciam, há décadas, conflitos com setores econômicos ligados ao agronegócio, a mineradoras e petroleiras que se aproveitam da indefinição fundiária das ocupações tradicionais e pressionam pela desafetação de assentamentos, a fim de integrá-los a diferentes pontos da organização produtiva e espacial dos seus empreendimentos. Tais conflitos são atravessados por conquistas alcançadas pela luta social que se traduziram em iniciativas de autodemarcação, políticas de reforma agrária e na incorporação pelo ordenamento jurídico de modalidades de regularização fundiária e de destinação de terras públicas⁶⁸ que asseguram a posse coletiva e inalienável da terra a povos e comunidades tradicionais.

⁶⁷ Cf. Censo Agropecuário de 2017, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶⁸ No Brasil, temos atualmente várias modalidades de regularização fundiária que preveem a destinação coletiva de terras a povos e comunidades tradicionais. Segundo a Constituição, as terras indígenas devem

O CASO EM RESUMO

Em face da histórica concentração fundiária, a atuação da FASE buscou engajar a sociedade na defesa da reforma agrária e do reconhecimento de direitos territoriais. Também buscou pressionar as esferas governamentais pela implementação de políticas que ampliassem o acesso seguro e estável à terra a trabalhadores/as sem terra e assegurassem a posse coletiva e inalienável da terra a povos e comunidades tradicionais.

As estratégias desenvolvidas nos estados do Pará, Mato Grosso e Espírito Santo compreenderam: ações de incidência sobre a política fundiária e agrária; desenvolvimento projetos demonstrativos de ordenamento fundiário, apoio a ações de retomadas, criação de fundos e de implementação de práticas de produção orientadas pela promoção da soberania, da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia; produção de informações críticas e denúncia dos impactos socioambientais decorrentes dos conflitos vivenciados nos territórios.

Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- ❶ Reconhecimento da identidade dos povos e comunidades tradicionais e da importância da destinação coletiva de territórios tradicionais;
.....
- ❷ Afirmação e disseminação do conceito político de “territórios livres”, com a incorporação em instrumentos normativos existentes;
.....
- ❸ Evitada a desterritorialização e garantida a integridade e proteção dos territórios;

ser mantidas como bens da União, mas sua posse e usufruto são garantidos aos povos que as ocupam. Já em relação às terras quilombolas, a lei prevê a concessão de um título coletivo aos moradores. Em ambas, não está prevista nenhuma forma de concessão individual ou familiar. Além do que estabelece o texto constitucional em relação aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, temos formas de destinação coletiva de terras asseguradas por políticas ambientais (no caso das unidades de conservação de uso sustentável, que reconhecem a importância da presença das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade e asseguram a sua permanência nessas áreas: é o caso das Reservas Extrativistas/RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável/RDS, por exemplo) e de reforma agrária (que prevê a criação de Projetos de Assentamentos Diferenciados em áreas onde há muita biodiversidade e presença de populações tradicionais).

IMPACTOS

❶ Reconhecimento da identidade dos povos e comunidades tradicionais e da importância da destinação coletiva de territórios tradicionais

Um primeiro impacto significativo se deu no nível organizativo, a partir do fortalecimento das identidades coletivas (assentados, agroextrativistas, quilombolas e pescadore/as) e da ampliação das agendas políticas dos movimentos que passaram a conectar a reivindicação pelo direito à terra e ao território, à exigibilidade da segurança alimentar e nutricional e ao reconhecimento e valorização das dinâmicas socioculturais. A criação de coletivos de resistências a nível regional – a exemplo da articulação entre assentamentos no MT ameaçados pela mineração ou entre pescadores artesanais de distintas regiões do ES – também expressam conquistas em termos organizativos e políticos.

❷ Afirmação e disseminação do conceito político de “territórios livres”, com a incorporação em instrumentos normativos existentes

O desenvolvimento de campanhas que reivindicam a imposição de restrições às atividades extrativas, de ações autodemarcação e retomada de terras, de reivindicação da titulação coletiva em territórios (pesqueiros, quilombolas, agroextrativistas) tradicionalmente ocupados e do direito a permanência na terra em assentamentos conquistados se tornaram horizontes e referências importantes para outros territórios. Diversas experiências de resistência Brasil afora, que vêm declarando seus espaços de vida e trabalho como territórios livres de mineração, monocultivos e petróleo, territórios livres para a agroecologia e pesca artesanal ou realizando experiências de autodemarcação, apontam o Projeto de Assentamento (PA) Roseli Nunes, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande e os territórios quilombolas do Sapê do Norte como referenciais importantes. Isso graças a articulação desses sujeitos no plano nacional por meio de redes e articulações, estratégia cara à metodologia de trabalho e ação da FASE.

❸ Evitada a desterritorialização e garantida a integridade e proteção dos territórios

Em face das ameaças de desterritorialização pela mineração, os assentados do Projeto de Assentamento (PA) Roseli Nunes (MT) provocaram o Ministério Público Federal (MPF) a questionar junto ao Ministério de

Minas e Energia, a compatibilidade entre a democratização do acesso à terra, que objetivou a criação do assentamento, e a extração mineral que pode provocar a sua desafetação. A mobilização dessa narrativa enuncia os usos e sentidos culturais e produtivos dados pelos assentados à terra, às águas e demais bens naturais que contrastam com o interesse de empresas mineradoras. Seu resultado têm sido a permanência dos assentados a despeito das ameaças de desafetação que se mantêm.

Em sentido semelhante, no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande (PA), com apoio do MPF, a justiça federal determinou, em primeira instância, que quaisquer ações que a mineradora ALCOA desenvolver no PAE não podem prescindir da realização de consultas prévias, livres e informada nos moldes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que na prática vem impedindo-a de atuar na área.

Em meio a um contexto de priorização da titulação pelo governo em detrimento das políticas de distribuição de terras e apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, outra conquista significativa foi a paralisação da entrega pelo INCRA de documentos individuais de propriedade no PAE Lago Grande, onde, a rigor, a destinação coletiva de terras públicas deve ser feita por meio de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso às organizações representativas dos assentados.

PROCESSOS

As estratégias em defesa da democratização do acesso à terra articularam múltiplas dimensões e foram desenvolvidas de forma multiescalar por diferentes sujeitos, no plano local e nacional, que interagiram de forma dialógica com técnicos e educadores da FASE. Indicamos a seguir as mais significativas:

- **Ações de monitoramento e incidência sobre a política fundiária e agrária**

Envolveu a produção de análises sobre os impactos das mudanças nos marcos normativos sobre a reforma agrária e a destinação coletiva de terras. Algumas dessas análises subsidiaram a proposição de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, em Santarém (PA), em face

ao INCRA pela concessão indevida de documentos de individuais de propriedade em assentamentos coletivos. Essa ação, articulada a uma estratégia de comunicação e denúncia pública, resultou concretamente na paralisação da entrega dos títulos individuais aos beneficiários da reforma agrária no PAE Lago Grande.

• **Desenvolvimento de projetos demonstrativos de ordenamento fundiário, em apoio à destinação coletiva de terras públicas e à titulação de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais**

A FASE é partícipe de um convênio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 255/2019⁶⁹, por meio de análises e procedimentos técnicos e jurídicos, este convênio pretende corrigir as indefinições existentes no registro de terras públicas do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PA) e efetivar a definição dos seus limites a fim de garantir a conclusão do processo de titulação coletiva às famílias beneficiárias da reforma agrária que ocupam historicamente a gleba e vivem sob constante pressão da especulação fundiária e de interesses de grande setores econômicos, ligados à extração de madeira, ao cultivo de grãos em larga escala e, principalmente, minérios.

• **Apoio a ações de retomadas, criação de Fundos e de implementação de práticas de produção orientadas pela promoção da soberania, da segurança alimentar e nutricional e da agroecologia**

No norte do ES, comunidades quilombolas se organizam desde 2005 para retomar seus territórios expropriados pela Aracruz Celulose (atualmente Suzano). Organizadas em Comissões regionais, estadual e nacional, as comunidades quilombolas articularam-se com um conjunto de organizações da Rede Alerta contra o Deserto Verde e RECOMA (Rede Latino-americana contra os monocultivos de árvores) para pressionar o Estado pela titulação de seus territórios. Ao mesmo tempo, decidiram iniciar um processo de retomadas em Conceição da Barra, município que estava 60% coberto por eucaliptais. Reconvertendo seus territórios em espaços de produção agrícola familiar, as comunidades de

⁶⁹ Esse acordo é celebrado entre a FASE, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR/STM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), através da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia e Integradata Amazônia.

Linhaquinho (em 2007), São Domingos e Angelim 1 (em 2010) iniciaram planos de manejo para recuperar nascentes, córregos e lagoas, implantar agroflorestas, produzir alimentos e estabelecer moradias. De lá para cá diversas outras retomadas e autodemarcações foram se dando no Sapê do Norte, entre conflitos, disputas e litígio, mas reconfigurando a mobilização e resistência quilombola na defesa de seu território. A FASE vem apoiando esse processo com ações de formação e articulação política e ambiental, fortalecimento de organizações representativas, apoio aos processos produtivos de reconversão e de comercialização.

• **Produção de informações críticas e denúncia dos impactos socio-ambientais decorrentes dos conflitos vivenciados nos territórios**

A realização de audiências públicas e produção de representações pela FASE ao MPF, que sistematizaram conflitos causados pela ação da Alcoa no PAE Lago Grande levou o órgão a produzir uma recomendação – seguida posteriormente de uma ação judicial – à mineradora, instruindo a empresa a paralisar as doações que vinha fazendo às escolas do Assentamento, onde possui interesses minerários. A ação reconheceu os impactos negativos que a ação da empresa causou às dinâmicas comunitárias e determinou que quaisquer ações da empresa naquele território não podem prescindir da realização de consultas prévias, livres e informada nos moldes da Convenção 169 da OIT. Na prática, essa ação, ganha em primeira instância (2019), teve o efeito de paralisar a atuação da ALCOA no PAE Lago Grande.

Tanto com os quilombolas do Sapê do Norte, como com o/as pescadores /as artesanais, a FASE/ES iniciou os trabalhos nos territórios identificando os impactos e sobretudo os conflitos com as empresas de celulose, petróleo e gás, respectivamente, e a partir daí construiu conjuntamente as estratégias de resistência.

A partir de 2008, quando foi feito o primeiro diagnóstico sobre a Segurança Alimentar e Nutricional nas comunidades quilombolas, se iniciou um processo de denúncia, culminando com a criação de uma Missão da Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada nas Comunidades Quilombolas Sapê do Norte no Estado do Espírito Santo, ligada ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana (depois Conselho Nacional de Direitos Humanos). Em seus relatórios de 2011 e 2013, depois de 2 visitas a campo, a Missão Especial reconheceu que a

condição de insegurança alimentar e nutricional está diretamente ligada aos monocultivos de eucalipto na região e que as retomadas são uma importante construção para a segurança alimentar e nutricional. As recomendações foram monitoradas junto com o CONSEA/ES.

• **Realização de cursos e atividades de formação, no desenvolvimento de campanhas e ações de articulação política e na criação de Fundos em apoio a pesca artesanal visando o fortalecimento do protagonismo das mulheres.**

Em parceria com a Federação Estadual da Pesca, MPP, CPP, Colônias e Associações foi construída a Campanha antipetroleira Nem um Poço a Mais, que contribuiu para fortalecer a campanha estadual pela regularização dos territórios da pesca artesanal, para a resistência às ameaças petrolíferas em seus territórios, para a construção de um discurso mais articulado entre as 68 associações de pesca artesanal e para a pressão no cumprimento de condicionantes não realizadas (como na comunidade de Degredo em Linhares).

No caso quilombola, a atuação da FASE envolveu 32 comunidades do Sapê do Norte, com a Comissão Quilombola do Sapê do Norte, com a Coordenação Estadual Quilombola Zacimba Gaba, com a CONAQ, articulando com vários outros grupos, movimentos, organizações, igrejas, sindicatos, universidades em 5 estados na Rede alerta contra o Deserto Verde e internacionalmente com a RECOMA. No caso da pesca artesanal a atuação envolveu 68 associações de pescadores artesanais, a Federação estadual da Pesca, o Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), articulando uma pluralidade de sujeitos em 8 estados na Campanha Nem um Poço a Mais e internacionalmente com Oilwatch.

Os territórios de pesca artesanal no ES em conflito com petroleiras foram se fortalecendo desde 2015 quando a FASE, junto com outras organizações da Campanha Nem um Poço a Mais e Oilwatch Latino-america iniciam um amplo trabalho de formação com encontros regionais, intercâmbios, seminários, produção e difusão de materiais, elaboração de denúncias e manifestos.

No Mato Grosso, a FASE apoiou a construção coletiva do PER – Plano Estratégico de Resistência, junto à comissão de enfrentamento à

mineração do PA Roseli Nunes. O plano, construído a partir de uma ampla mobilização que envolveu um conjunto de organizações existentes no assentamento, se estrutura em dois eixos:

- 1 Denúncia dos impactos que a mineração e o agronegócio já vêm causando no assentamento,
- 2 Anúncio sobre a importância do assentamento para a região enquanto fonte de produção alimentos limpos, agroecológicos que atende à população vulnerável e alunos/as do município.

A Comissão de enfrentamento à mineração do PA Roseli Nunes ampliou seu escopo de atuação articulando-se com outras associações de assentamentos vizinhos, igualmente ameaçados de prospecção mineral. Com forte presença de lideranças regionais do Movimento dos Sem Terra, a Comissão transformou-se em um espaço de articulação regional e construiu alianças com redes e movimentos nacionais e regionais⁷⁰. Também conta com apoio do núcleo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) que integra pesquisadores de diversas universidades do país.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

- Nossa participação em redes e articulações contribuiu para ampliar, reconhecer e apoiar as demandas dos movimentos e organizações locais/regionais, ampliando a solidariedade a suas lutas nos planos nacional e internacional.
-
- A escuta atenta, aliada à formulação de diagnósticos participativos, à assessoria, à produção de denúncias consistentes, seu encaminhamento ao sistema de justiça e sua publicização na esfera pública (imprensa, redes sociais e incidência no sistema legislativo local, regional e nacional) também contribuíram para evitar a desterritorialização em meio à insegurança fundiária vivenciada cotidianamente

⁷⁰ Rede Brasileira de Justiça Ambiental/RBJA, o comitê em defesa dos territórios frente à mineração/CDTM e o Movimento pela soberania Popular na mineração/MAM e o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Mato Grosso/FORMAD

pelos sujeitos. O desenvolvimento de uma assessoria integral e contínua às comunidades, organizações e suas articulações regionais, que envolve um mosaico de atividades e estratégias articuladas e multidimensionais⁷¹, também merece destaque quando analisamos os resultados que, com nossos aliados, temos alcançado em relação à garantia de segurança fundiária a famílias que vivenciam conflitos agrários.

- Os Fundos de apoios a projetos (resultado de uma articulação entre os programas regionais e SAAP ou Fundo Dema), com destaque ao apoio direcionado a mulheres e a povos e comunidades tradicionais, também foram centrais ao fortalecimento organizativo e político dos sujeitos nos territórios. Um exemplo significativo foi o Fundo mais Vida menos Petróleo, que apoiou 23 grupos e coletivos de mulheres, de pescadores/as artesanais, quilombolas, artistas, cineclubistas e ativistas.

LIÇÕES APRENDIDAS

- As experiências mencionadas contribuíram para atualizar o nosso fazer político ao ampliar nossa compreensão sobre as estratégias corporativas e o poder exercido pelas corporações sobre o Estado.
- Esses aprendizados resultaram em ações de incidência junto a acionistas, investidores ou consumidores dos países de origem das corporações;
- Também ampliaram nossa percepção sobre os impactos diferenciados que as violações de direito impõem sobre os grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente as mulheres, seja pela perda de autonomia, pela sobrecarga de trabalho, pela violência sexual, pelas condições produtivas limitadas, pela participação política restringida. Todavia, percebemos que a resistência, muitas vezes, começa pelas mulheres e ganha força com a sua participação.

⁷¹ Relacionadas: i) à formação política e ambiental, ii) ao fortalecimento organizativo dos grupos populares, iii) à promoção de intercâmbios de mobilização de solidariedades nos planos regional, nacional e internacional, iv) à elaboração de estudos e diagnósticos e a denúncia às violações de direitos, v) à produção de materiais para formação e disputa junto à opinião pública, vi) à incidência em políticas públicas, vii) ao fomento a alternativas produtivas e participação em mutirões e viii) à visibilização e valorização do trabalho das mulheres e à inclusão das crianças e jovens nas atividades.

- Percebemos o desafio de comunicar com setores mais amplos da sociedade e em desenvolver mais ações de exigibilidade de direitos junto ao sistema de justiça.

PERSPECTIVAS

Desde o golpe em 2016, se intensifica o ataque à reforma agrária e aos direitos territoriais. De um lado, são paralisadas as políticas de reconhecimento de direitos territoriais, reforma agrária e de apoio à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que é facilitada a regularização fundiária de terras griladas. De outro, é priorizada a entrega massiva de títulos de propriedade em assentamentos de reforma agrária, que deverá estimular a venda de terras pelos assentados em um contexto de cortes orçamentários em programas destinados à agricultura familiar e de sobreaquecimento do mercado de terras. Ao mesmo tempo, nos territórios, as empresas ignoram direitos coletivos, valendo-se dos processos de flexibilização das leis de proteção ambiental e territorial.

Esse contexto aponta um conjunto de desafios à ação política dos movimentos e organizações da sociedade civil. Os esforços políticos da FASE estarão voltados à:

- Proposição/reelaboração de marcos normativos e políticas públicas que estão sendo desestruturadas (tendo como referencia o regime fundiário⁷² estabelecido pela Constituição);
.....
- Reafirmação de uma agenda de direitos em face dos processo de mercantilização da natureza;
.....
- Defesa e proteção de bens comuns; ampliação das capacidades associativas e de desenvolvimento da auto-organização e da autonomia econômica dos sujeitos no plano territorial e nacional;

⁷² O atual regime fundiário constitucional prioriza a destinação de terras públicas à Reforma Agrária (art. 188); condiciona o direito de propriedade ao exercício de sua função social e ambiental (art. 182 e 186); prevê a criação de áreas ambientalmente protegidas (art. 225) e reconhece as terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (art. 231 e art. 68 da ADTC).

- Afirmação de conceitos políticos – como justiça ambiental e bens comuns – e a elaboração de novos conceitos, sobre os quais vimos investindo no último período, a exemplo do conceito de territórios livres⁷³ (de mineração, agrotóxicos, etc.).

Todas essas ações estão ancoradas em uma leitura sobre a centralidade de nossas apostas históricas na constituição e no fortalecimento de sujeitos políticos. Nossas estratégias futuras seguirão tendo essa leitura como referência e será a partir dela que pretendemos enunciar com mais ênfase as conexões entre o enfrentamento dos problemas ambientais e sociais e a desconcentração da propriedade da terra.

Apostaremos em demonstrar para a sociedade que sem alterar a concentração fundiária não enfrentaremos o desmatamento e a fome. Também buscamos reforçar a conexão da democratização do acesso à terra a outras agendas, como a da soberania e segurança alimentar (evidenciando que produção de commodities não corresponde à produção de alimentos), do combate ao aquecimento global (enunciando os sistemas agrícolas camponeses como instrumento de mitigação às mudanças climáticas) e da proteção da biodiversidade e de defesa dos bens comuns pelas práticas e relações sociais camponesas.

⁷³ O conceito de territórios livres tem sido elaborado no âmbito das lutas de resistência à mineração no Brasil. Por meio dele sujeitos políticos têm incidido sobre normas e leis no plano municipal e estadual e reivindicado a instituição de restrições e limites às atividades de mineração a fim de garantir a proteção das águas, a conservação da sociobiodiversidade, a segurança alimentar e nutricional, o direito ao trabalho e à saúde, o fortalecimento das economias locais, o patrimônio sociocultural e o acesso das gerações futuras aos bens naturais. Esse conceito se conecta ao direito de autodeterminação dos povos ao passo que propõe mecanismos democráticos para se definir onde minerar, quais recursos minerais devem ser realmente extraídos, quais as formas social e ambientalmente mais seguras e justas de fazê-lo e para que finalidade o destinar. Dessa maneira, articula os desejos e projetos de futuro construídos no plano local a um debate mais amplo sobre as escolhas de projeto e políticas para o país.

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- MALERBA, Julianna. *Mobilidade e ordenamento fundiário: a importância da destinação coletiva de terras para reprodução das relações sociais e econômicas no PAE Lago Grande (PA)*. In: FASE. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande** – Santarém – Pará, 2019.
.....
- MALERBA, Julianna; TRECCANI, Girolamo Domenico. **Mais proprietários e menos assentados. Como e por que a atual política fundiária ampliará a concentração da propriedade de terras**. *Série Direito à Terra e ao Território*. Rio de Janeiro: FASE, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/terra_territorio_n1-3.pdf.
.....
- Oliveira, S. S. **(Des) Caminhos da Resistência Camponesa nos Assentamentos de Reforma Agrária: Avaliação da Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental no Assentamento Roseli Nunes – Município de Mirassol D'Oeste/MT**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas /UFSC.2015.
.....
- SILVA, Eymmy e TRECCANNI, Girolamo. **Definição dos Limites Territoriais do PAE Lago Grande: Sistematização da Experiência do Acordo de Cooperação Técnica Nº 225/2019**. 2020 (mimeo).
.....
- Documentário **As Sementes do Angelim**. <https://youtu.be/TliHvhLLFDs> (Documentário relata a experiência de retomada de terras por quilombolas, após 30 anos de monocultura de eucalipto, o chamado “deserto verde”).



7

MEIO AMBIENTE E JUSTIÇA CLIMÁTICA

MAUREEN SANTOS,
MARCELO CALAZANS
E SARA PEREIRA

CONTEXTO

A economia verde, como novo ciclo de expansão capitalista, permitiu alinhar as narrativas em nome do desenvolvimento sustentável com mecanismos do mercado de carbono, trazendo a lógica do capital natural e da financeirização da natureza para os territórios. No início da década de 2010, o Brasil funcionava como o fiel da balança nas negociações internacionais de clima. Isso porque existia um posicionamento do Estado brasileiro para a não abertura do mercado de compensações florestais e a defesa da abordagem de pagamento por resultados.

Somava-se, ainda, os avanços no seguimento do ciclo de combate ao desmatamento⁷⁴, na atenção especializada dentro de ministérios no âmbito federal e nas secretarias de meio ambiente em estados e municípios. A criação de políticas públicas, planos e financiamento⁷⁵, ainda que incipientes, já caminhavam na construção de uma governança nacional climática, tendo parte da sociedade civil brasileira atenta e mobilizada.

Contraditoriamente, no entanto, a economia marrom, baseada na indústria extrativa, seguiu ganhando reforços no país com a exploração do Pré-Sal e a crescente petrodependência. Para todo Sul Global, em particular para o Brasil, o chamado capitalismo verde se mostrou complementar ao capitalismo herdado da segunda fase da revolução industrial, baseado na queima de combustíveis fósseis, desigualdades e violações de direitos.

No plano internacional, a década foi marcada pela tentativa de flexibilizar o regime climático com a aprovação do Acordo de Paris, trazendo mudanças profundas com a adoção de metas voluntárias e o incentivo a parcerias-público-privadas e de investimentos. Esse movimento foi acompanhado pelo aprofundamento do poder corporativo e das soluções de mercado como força motriz do regime e a falta de iniciativas dos Estados frente o agravamento da crise climática. Ao mesmo tempo, a resistência às falsas soluções e a voz dos povos indígenas e comunidades tradicionais ecoaram de forma amplificada nas ruas, cúpulas dos povos e

⁷⁴ Ver Balanço de Execução dos Planos PPCDAM e PPCERRADO http://combateaoedesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balano-PPCDAm-e-PPCerrado_2018_f.pdf.

⁷⁵ Destaque para a implementação do Fundo Amazônia e da Política Nacional de Mudança do Clima, além dos Planos Estaduais de Mudança do Clima produzidos em vários estados brasileiros (18 estados possuem planos estaduais e 19 possuem instâncias estruturadas como fóruns ou comitês com representação social).

mídias sociais, buscando sair da invisibilidade e disputar a representação nesses espaços, apontando as contradições e as alternativas possíveis para a justiça ambiental e climática.

O CASO EM RESUMO

A FASE teve intensa e estratégica atuação no debate ambiental e climático. Enfrentou suas causas estruturais e denunciou as falsas soluções, tendo a justiça climática e a crítica à exploração petrolífera e ao mercado de carbono florestal como eixos principais. Promoveu alternativas de apoio comunitário e anunciou experiências de transição ecológica, por meio da defesa e proteção dos bens comuns, dos povos das florestas e das águas. Atuou em espaços institucionais nacionais e internacionais de proposição e implementação de políticas públicas. No plano local, com o trabalho de educação popular, produziu vasto material informativo e pedagógico, organizou encontros, intercâmbios e seminários. Mobilizou comunidades, formou lideranças e promoveu experiências comunitárias, com apoio financeiro e fortalecimento de modos de vida e seus usos da terra, por meio do Fundo Dema. Junto a comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e de pescadores, esteve inserida nas principais lutas de resistência contra os desertos verdes, a expansão petrolífera e por justiça climática. Contribuiu, assim, decisivamente, para a consolidação do Fundo Dema e de articulações, como Grupo Carta de Belém e a Campanha Nenhum Poço a Mais.

IMPACTOS

Por meio de intenso diálogo e atuação junto a diferentes comunidades locais, redes e fóruns regionais, nacionais e internacionais da sociedade civil, foi possível para a FASE construir uma ampla abordagem sobre a crise do clima: de suas causas estruturais, de seus efeitos nos territórios, tal como de suas falsas e reais soluções.

① Manutenção e aprofundamento do posicionamento do governo brasileiro contra a compensação florestal de carbono

A FASE, junto de organizações e movimentos sociais, consolidou a atuação

do Grupo Carta de Belém, que ao longo desse último período, advogou no âmbito oficial contra os mercados de carbono, fortalecendo a posição do Estado brasileiro de não abertura do mercado de compensações florestais e defesa da abordagem de pagamento por resultados. As ações de incidência e formação foram fundamentais para equilibrar o debate político nacional no sentido de manutenção desse posicionamento brasileiro e da construção de regulações e políticas domésticas que respeitassem esse posicionamento.

2 Consolidação do primeiro mecanismo financeiro de apoio a iniciativas locais com governança dos povos e comunidades tradicionais

Ao longo da última década, o Fundo Dema ampliou sua capacidade de atuação e aperfeiçoou os mecanismos e metodologias de participação. As inovações promovidas pelo Fundo Dema, desde sua criação, resultaram na recuperação de áreas degradadas e no reflorestamento de centenas de hectares de florestas, somando mais de 1 milhão de árvores distribuídas e plantadas em quase 60 mil hectares, 582 projetos coletivos apoiados, 22.526 famílias beneficiadas diretamente e mais de 920 comunidades envolvidas. Foram investidos mais de R\$10.102.296,80 e um retorno em contrapartida das associações nos projetos executados, que somam R\$4.420.733,06.

3 Fortalecimento das lutas de defesa de territórios tradicionais e das populações ameaçadas pela expansão da indústria petrolífera no Brasil

A FASE, junto com o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP), federações estaduais, colônias, associações de pesca artesanal, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), ambientalistas, defensores de DH, movimentos de mulheres, ativistas, acadêmicos, religiosos, criou a Campanha “Nem um poço a mais!” (2015), fortalecendo as lutas locais de resistência em 8 Estados. A campanha tornou-se referência latino-americana nas lutas contra a indústria fóssil e seu papel central na crise do clima.

PROCESSOS

A FASE, que nos anos 1990 teve intensa participação no processo de realização do Fórum Global das ONGs durante a Eco-92 e, posteriormente,

na Cúpula dos Povos durante a Rio+20, iniciou a década de 2010 produzindo documento “Compromissos da FASE Contra a Mercantilização do Clima e Pela Justiça Climática”, que orientou sua ação. Assim, ao longo da década passada, através de processos locais e regionais, articulados a estratégias e redes nacionais e internacionais, a FASE apostou sobretudo na constituição e consolidação de sujeitos políticos por justiça climática, como a Campanha Nem um Poço a Mais!, o Grupo Carta de Belém e o Fundo Dema. Para responder aos desafios da crise climática, enfrentar suas causas estruturantes, denunciar falsas soluções e anunciar caminhos de transição socioecológica, a FASE aprofundou sua natureza de educação popular e atualizou sua história como organização socioambiental na sociedade civil brasileira.

FUNDO DEMA

A criação do Fundo Dema foi um marco relevante nesse processo. Desde 2003, o Fundo atua na Amazônia paraense apoiando projetos coletivos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares que visam a valorização socioambiental dessas populações, através de atividades econômicas que manejam a biodiversidade mantendo a floresta em pé, fortalecendo os sujeitos locais e garantindo vida digna às famílias.

A existência do Fundo Dema é fruto das lutas dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu. Ele emprega recursos para conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento das comunidades para a gestão coletiva e sustentável de seus territórios. Esses objetivos evidenciam a natureza do Fundo como mecanismo de enfrentamento às mudanças climáticas e contra os crimes ambientais.

O Fundo Dema se constitui a partir de sujeitos locais e seus modos de vida ancestrais que protegem florestas, águas, terra e ar, formando uma rede de resistência ao modo de produção hegemônico. Apresenta-se como inovação às formas de financiamento, pois garante às organizações de base, sejam elas legalmente regularizadas ou informais, acesso a recursos para serem empregados em atividades socioprodutivas de gestão e manejo da biodiversidade associada à manutenção da floresta em pé, o emprego de práticas agroecológicas na produção de alimentos, que promovem segurança alimentar e nutricional às comunidades, fomenta

a construção social de mercados, estimula a autonomia econômica e política das mulheres, assim como, apoia povos indígenas e comunidades tradicionais nas lutas para manterem seus territórios protegidos.

Na última década, o Fundo estimulou a participação das comunidades e suas lideranças em redes e fóruns de justiça climática e ambiental, contribui para disseminar os debates acerca dos impactos das alterações nos ecossistemas resultantes da ação humana, a aplicação de medidas urgentes para o enfrentamento ao aquecimento global e da necessidade de políticas públicas e programas de prevenção aos desastres ambientais.

GRUPO CARTA DE BELÉM

O Grupo Carta de Belém (GCB) foi constituído em outubro de 2009, quando da realização do seminário nacional, “Clima e Floresta – REDD é solução para o desenvolvimento da Amazônia?”, organizado pela FASE e parceiros. Esse encontro buscou chamar atenção para a pressão do setor corporativo para a inclusão das florestas como eixo central da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas negociações de clima, a partir de mecanismos de compensação florestal de carbono. Essas iniciativas trazem impactos sobre os modos de vida e os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, além da preocupação de retirar a centralidade da principal fonte do problema, que são as emissões globais de GEE provenientes da queima de combustíveis fósseis.

O debate gerou o documento de criação do grupo, com mais de 50 organizações e movimentos sociais brasileiros signatários. Ao longo desse período, o grupo foi se consolidando como principal articulação nacional voltada para a crítica à financeirização da natureza e a defesa dos direitos socioterritoriais, através da realização de encontros e produção de materiais pedagógicos e de comunicação que visibilizaram as contradições da economia verde.

Logo no início da década a FASE investiu na produção de vídeos sobre os impactos das mudanças climáticas, em mapeamentos do mercado de carbono no Brasil e atividades internas de formação. Entre 2012 e 2014, a FASE, em conjunto com o GCB, construiu um ciclo de debates e reflexões chamado “Visões Alternativas ao Pagamento de Serviços Ambientais (PSA)”, que buscou a partir de discussão de iniciativas governamentais e da sociedade civil e de casos concretos, aprofundar as diferentes propostas e

conceitos sobre pagamento por serviço ambiental, para a construção de propostas alternativas.

Durante todo este período, a FASE participou nas COP's do clima, buscando a democratização dos espaços de participação da sociedade civil, incidindo sobre o posicionamento brasileiro nas negociações climáticas, como membro da delegação brasileira, e nas políticas domésticas, inserindo-se nos espaços de gestão colegiada, de participação e controle social, e na preparação de documentos de posicionamento do Grupo Carta de Belém.

Até 2018, a FASE foi membro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – instância de governança climática nacional – participando ativamente no Grupo de Trabalho Pobreza e Clima, onde debateu-se a Política Nacional de Adaptação e, posteriormente, compondo os debates da câmara temática de Florestas e Agricultura. De 2016 a 2018, como representante do Grupo Carta de Belém, foi membro-suplente na Comissão Nacional de REDD+ (CONAREDD+), acompanhando e intervindo no processo de construção das resoluções. Junto com representante do Ministério de Relações Exteriores (MRE), coordenou sua Câmara Técnica Temática de Salvaguardas.

CAMPANHA “NEM UM POÇO A MAIS!”

A FASE tem atuado nas principais cadeias produtivas diretamente relacionadas ao aquecimento global: a indústria petroleira e as monoculturas de soja e eucalipto. Para fins desse estudo nos concentramos na primeira.

Aprofundando as causas estruturais da crise climática, a exploração do Pré-Sal foi uma das principais alavancas de aceleração do crescimento econômico. A distribuição dos royalties e dos investimentos petroleiros foram elementos centrais na gestão da política e do pacto federativo brasileiro. Ofertando novos blocos para a exploração offshore, a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) e o Ministério das Minas e Energias (MME) atraíram investimentos de grandes corporações petroleiras. *Pari passu* se flexibilizaram as leis ambientais, notadamente as que regulavam os processos de licenciamento ambiental. Em nome do desenvolvimento e do interesse nacional, a expansão da indústria petroleira avançou sobre novas fronteiras: comunidades de pesca artesanal, quilombolas, camponeses, populações habitantes das zonas de sacrifício da extração,

do transporte, do armazenamento e do refino de petróleo. Sem prevenção e sem precaução, a expansão petroleira ameaçava, criminalizava e tornava invisível toda e qualquer resistência local.

Ao longo da costa atlântica capixaba a exploração do Pré-Sal se deu de forma acelerada e avassaladora. Diante disto, desde 2013, a FASE denuncia violações de direitos humanos e impactos ambientais da indústria petroleira. Neste processo, em 2015, foi criada a Campanha “Nem um poço a mais!”, no seu primeiro Seminário Nacional.

A campanha tem articulado lutas locais de resistência em 8 Estados da federação. Suas ações fortalecem a mobilização e a formação de lideranças e organizações representativas de comunidades de pesca artesanal (Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras – MPP, Federações, Colônias, Associações), de quilombolas (CONAQ), ribeirinhas, povos cujos territórios estão nas novas fronteiras de exploração. Também junto a populações habitantes das periferias urbano-industriais de refinarias, portos e projetos de infraestrutura, como o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía (FAPP) e o Fórum Suape.

De 2015 a 2020, a Campanha organizou 06 seminários nacionais, 09 intercâmbios inter-regionais, 22 encontros comunitários, 08 mobilizações de protesto. Ela se articula em 03 redes nacionais (Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social/FMCJS, Rede Brasileira de Justiça Ambiental e o GCB) e 2 redes internacionais (Oilwatch e Plataforma Latinoamericana y del Caribe por la Justicia Climática/PLACJC). A Campanha, ainda, produziu 04 edições da Semana Sem Petróleo e um Curso de Agentes Comunitários para a Transição Energética, provocando o debate público e questionando os modos de vida e de consumo petrodependente, através de Canais no YouTube, página na web e Boletins informativos.

O PAPEL DIFERENCIAL DA FASE

Capacidade de diálogo e reconhecimento institucional: A participação da FASE no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), sua importante atuação e reconhecimento pelas organizações da sociedade civil, fez com que fosse escolhida como representante do Grupo Carta de

Belém como membro suplente na CONAREDD+, trazendo a dimensão socioambiental e de direitos e os acúmulos do GCB, mas também de outras redes e articulações que a FASE ajudou a construir e participa ativa, como o Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). No caso do Fundo Dema, o reconhecimento extrapola seus sujeitos beneficiários e alcança instituições e organismos do Estado – como o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE). Tal reconhecimento tem se desdobrado em parcerias e cooperações técnicas, e permitido ao Fundo Dema construir uma expertise na gestão de danos coletivos decorrentes de crimes ambientais, promovendo reparação e justiça ambiental.

Atuação multiescalar e diversa: a trajetória da FASE em produzir análises que conectam o debate internacional com as ações domésticas e impactos locais são fundamentais para traduzir a complexidade desses processos, como por exemplo, as ações contra a indústria petroleira, visibilizando o papel desta nas emissões de gases de efeito estufa e denunciando as falsas soluções propostas. O acompanhamento das negociações internacionais de mudanças climáticas pela FASE, desde 2008, a partir de sua entrada no movimento global por justiça climática, e posteriormente, junto do GCB, também foi essencial para seu reconhecimento frente ao tema e liderança em processos, como por exemplo, durante as oficinas promovidas pelo CONAREDD+ para a construção de salvaguardas do REDD+, baseadas em direitos e não em indicadores para os financiadores e para o mercado.

Inovadora no financiamento popular territorial e de governança: enquanto Fundo de justiça climática e socioambiental de apoio a projetos coletivos, o Fundo Dema destaca-se pela sua atuação junto aos povos das florestas, das águas e das periferias urbanas amazônicas, territórios atravessados por conflitos socioambientais na Amazônia legal. O acesso do Fundo Dema ao Fundo Amazônia, com mais de 100 projetos apoiados, permitiu o fomento às lutas contra desmatamento e outras formas de degradação, como também de recuperação e fortalecimento socioambiental aos povos indígenas e tradicionais, se diferenciando de outros fundos e projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O Fundo, juridicamente representado pela Fase, tem sua gestão, planejamento e execução participativa e democrática pelas organizações e movimentos sociais atuantes nas suas áreas de abrangência. Esse protagonismo materializa-se nos processos decisórios e de gestão política e econômica do Fundo, por meio do seu Comitê Gestor. Essa experiência tem sido exitosa e produziu importantes mudanças na realidade das comunidades onde atua. Neste sentido, o Fundo Dema é muito mais que um mecanismo de acesso a valores monetários, é uma conquista dos povos da Amazônia na luta por seus direitos socioterritoriais, econômicos e ambientais e na proteção do seu bem viver, expressa na prática transparente, democrática e plural com que é gerido.

Entidade de educação popular com base nos pressupostos Paulo Freirianos: esses pressupostos constituem a FASE no seu fazer histórico e transbordam nas práticas metodológicas, éticas e políticas que exprimem na gestão do Fundo Dema, na atuação no Grupo Carta de Belém e na Campanha Nenhum Poço a Mais. Os percursos formativos promovidos pela FASE potencializam e fortalecem os processos auto-organizativos e autogestionados de formação política e mobilização socioambiental.

Construção de alternativas como Resistência: Ao questionar a expansão da indústria petroleira e das falsas soluções à crise climática sobre os territórios tradicionais e periferias urbano-industriais, a FASE faz o debate público sobre o consumo e promove experiências locais alternativas às economias marrom e verde, buscando um caminho de construção do bem viver e de proteção dos bens comuns.

LIÇÕES APRENDIDAS

- Justiça ambiental e climática como perspectiva orientadora do trabalho político-pedagógico sobre mudanças climáticas, que busca articular conservação da floresta e da biodiversidade, garantia de direitos socioterritoriais e soberania e segurança alimentar e nutricional.
.....
- Necessidade de formação popular permanente sobre temas tão complexos como mudanças climáticas e suas inter-relações com a indústria petroleira, mineração, complexo agroindustrial e as dinâmicas urbanas, que são moldadas a partir dessa matriz econômica predatória.

Com as mudanças na conjuntura, processos que pareciam consolidados em sua visão crítica e massificada, mudam quando não há regularidade na formação, frente à atuação do setor corporativo, com amplo domínio sobre a comunicação e detentor de recursos para isso.

.....

- Importância de transformar conquistas democráticas, como os espaços de participação social e políticas públicas estruturantes, em regulações de Estado para não ficarem à mercê de governos que possam alterá-las via medidas infralegais. Nesse sentido, é fundamental pensar em como fortalecer os vínculos com distintos setores e investir na autonomia da sociedade civil.
-

- Processos de comunicação da Fase com o público externo devem evidenciar que as economias dos povos da floresta, do campo, das águas e das cidades amazônicas geram renda, melhoram a qualidade de vida das populações locais e contribuem para o equilíbrio ambiental no planeta.
-

- A experiência do Fundo Dema comprova que as iniciativas de enfrentamento à degradação ambiental são exitosas quando promovem o protagonismo das comunidades locais, envolvendo-as desde a propositura, passado pela gestão até a execução. A construção da unidade política para a governança entre sujeitos coletivos com variadas formas de atuação e escala de intervenção exige grande capacidade de diálogo, de mediação e de construção coletiva dos processos político-organizativos. A preservação da floresta depende da garantia dos direitos territoriais dos povos que a habitam.
-

- São grandes as dificuldades para ampliar as alianças com organizações mais sensíveis à crítica contra-hegemônica nesses temas, onde no debate ambiental, há uma correlação de forças desfavorável em relação às lógicas de mercado e em temas como a indústria petrolífera e mudança do clima, que estão no seio do debate sobre modelo de desenvolvimento.

PERSPECTIVAS

As crises institucionais vividas no Brasil desde 2015, as mudanças em marcos legais socioambientais, as distintas crises econômicas e a eleição de um governo de extrema direita, contribuiram para grandes retrocessos frente às conquistas ligadas ao combate ao desmatamento e à conservação ambiental. Com a pandemia do COVID-19, houve um agravamento desse quadro. Em resposta, muitas propostas governamentais e corporativas têm sido apresentadas para a “Retomada Verde”. Assim, a FASE se propõe pensar o debate na chave da “Retomada Verde: para quem, para que e como?”, refletindo criticamente sobre as propostas apresentadas e trazendo as distintas contribuições nacionais e dos regionais da FASE para influenciar no debate sobre recuperação pós-Covid19 e a reconstrução do Brasil – em temas como: clima, desmatamento, petróleo, mineração, bens comuns, cidades, justiça ambiental, racismo ambiental, dentre outros.

A FASE compreende, ainda, a necessidade de comunicar melhor e traduzir os temas nos quais atuamos, assim como as narrativas que vão ao encontro da resistência frente às ações inócuas, e os anúncios que dão visibilidade às alternativas existentes. Essa comunicação precisa alcançar massivamente o conjunto da sociedade.

Por fim, ampliar a dedicação aos aspectos técnico-políticos do debate sobre meio ambiente e justiça climática para que a FASE tenha maior atuação como sujeito próprio, ainda que permaneça fortalecendo as alianças no âmbito local/territorial.

REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS

- Revista Proposta – Justiça Climática. Nº 122, Ano 35, FASE, Rio de Janeiro, 2012. Revista traz discussões importantes sobre Justiça Climática, desde os desafios das mudanças climáticas nas cidades, os impactos do Pré-sal ao posicionamento da FASE na Rio+20.
<https://issuu.com/ongfase/docs/proposta122/44>
.....
- Grupo Carta de Belém
<https://www.cartadebelem.org.br/about/>
.....
- “Compromissos da FASE Contra a Mercantilização do Clima e Pela Justiça Climática”
<https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/carta-de-belem-A-CARTA.pdf>
.....
- Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. / Jean Pierre Leroy (autor); Maiana Maia e Julianna Malerba (organizadoras). Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016, 44p. A publicação apresenta os modos de vida de povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato e sua importância para o planeta, busca ampliar os espaços em que se discute clima e biodiversidade, e incluir neste debate os povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato.
https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/10/FASE_Mercado-ou-Bens-Comuns-JPL-PDF.pdf
.....
- Campanha Nenhum poço a Mais!
<https://areaslivresdepetroleo.org/>
<https://www.oilwatch.org/2015/05/17/brazilian-pre-salt-expansion-corruption-and-the-petroleum-industry/>
.....
- Sobre o Fundo Dema
<https://www.fundodema.org.br/>
.....
- Revista de sistematização “Saberes tradicionais e práticas agroecológicas na Amazônia”, aborda os resultados de 19 projetos apoiados pelo fundo em 2018, com o apoio da Aliança Internacional “Clima e Uso da

Terra” (CLUA), com importantes resultados junto às suas comunidades quanto à relevância que suas formas de viver e produzir têm para a conservação da Amazônia.

https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Compactar-Revisita-BEM-VIVER_final_view_09-06-20.pdf

.....

- Carta Pública “Fundo Dema 15 anos de apoio a iniciativas do Bem Viver na Amazônia” dos povos da floresta dos 15 anos do Fundo Dema.


<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/09/15-anos-de-fundo-dema.pdf>

.....

- Revista Comemorativa “Somos a Floresta: Cenários e Narrativas de Justiça Ambiental na Amazônia”. Revista reúne experiências coletivas ao longo dos 10 anos do Fundo Dema.


<https://fase.org.br/pt/noticias/fundo-dema-comemora-10-anos-com-lancamento-de-revista/>

<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-DEMA.pdf>

 /ONGFASE

 /ONGFASE

 @ONGFASE

 /ONGFASE

APOIO



FORD
FOUNDATION